

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**GASTRONOMIA E MEIO AMBIENTE: PERCEPÇÕES SOBRE A  
SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS DE GASTRONOMIA DA  
GRANDE VITÓRIA**

**THIAGO CORREIA DE OLIVEIRA**

**VILA VELHA**  
**SETEMBRO / 2017**

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**GASTRONOMIA E MEIO AMBIENTE: PERCEPÇÕES SOBRE A  
SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS DE GASTRONOMIA DA  
GRANDE VITÓRIA**

Dissertação apresentada à Universidade de Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, para obtenção grau de Mestre em Sociologia Política.

**THIAGO CORREIA DE OLIVEIRA**

**VILA VELHA**  
**AGOSTO / 2017**



Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

O48g

Oliveira, Thiago Correia.

Gastronomia e meio ambiente: percepções sobre a sustentabilidade nos cursos de gastronomia da Grande Vitória. / Thiago Correia Oliveira. – 2017.

144 f.: il.

Orientador: Augusto Cesar Salomão Mazine  
Dissertação (mestrado em Sociologia Política) -  
Universidade Vila Velha, 2017.

Inclui bibliografias.

1.Sociologia Política. 2. Educação ambiental.  
3.Gastronomia.4.Resíduos sólidos. I. Mazine, Augusto Cesar Salomão. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 306.2

**THIAGO CORREIA DE OLIVEIRA**

**GASTRONOMIA E MEIO AMBIENTE: PERCEPÇÕES SOBRE A  
SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS DE GASTRONOMIA DA  
GRANDE VITÓRIA**

Dissertação apresentada à Universidade  
Vila Velha, como pré-requisito do  
Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia Política, para obtenção do  
grau de Mestre em Sociologia Política.

Aprovado em 04 de setembro de 2017.

**Banca Examinadora:**

*Tânia M. Z. F. Delboni*

Profa. Dra. Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni (UFES)

*Teresa da Silva Rosa*

Profa. Dra. Teresa da Silva Rosa (UVV)

*Augusto Cesar Salomão Mozine*

Prof. Dr. Augusto Cesar Salomão Mozine (UVV)

Orientador



Para “Dona Lica”, minha heroína! Leve  
como mais belo pássaro. E que nunca  
me deixou desistir de voar.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela grandiosidade da vida.

Aos meus pais, que diante de todas as dificuldades souberam me dar exemplos de dignidade, respeito e solidariedade, mostrando-me sempre o valor do estudo, do trabalho e do conhecimento.

À Tatiana, Tarcísio, Caio, minha família e todos aqueles que considero como pertencentes dela. Obrigado pelo apoio, paciência, torcida e amor.

Ao Professor Dr. Augusto Cesar Salomão Mozine, por ter me acolhido generosamente nessa longa caminhada, pela sabedoria, calma, respeito e dedicação com que me orientou durante essa pesquisa.

À Professora Dr<sup>a</sup> Teresa Rosa e a Professora Dr<sup>a</sup> Tânia Mara Delboni, que gentilmente contribuíram para realização da pesquisa participando da qualificação e da defesa. Levo todos os ensinamentos. Obrigado por “conspirarem” comigo as inquietações e me ensinarem a “respirar”!

À amiga Cinthia pelo imenso carinho, amizade verdadeira e capacidade de me impulsionar a escrever um projeto em menos de quatro horas.

Aos pesquisadores e amigos que a sociologia me presenteou (Ana Paula, Lilian, Ilza, Chicarino, Thyago e Uggere), obrigado pelo carinho com que me acolheram e partilharam suas pesquisas. Além dos cafés, dos churrascos, das risadas e do ombro amigo nas horas difíceis.

A todos que estiveram comigo durante essa caminhada, meu muito obrigado.

“A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos”.  
(Marcel Proust)

## RESUMO

OLIVEIRA, Thiago Correia. Universidade Vila Velha – ES, Setembro de 2017. **Gastronomia E Meio Ambiente: Percepções Sobre a Sustentabilidade nos Cursos de Gastronomia da Grande Vitória.** Orientador: Augusto Cesar Salomão Mazine.

A pesquisa foi elaborada com o objetivo de analisar o desenvolvimento de práticas sustentáveis nos cursos de gastronomia da Grande Vitória para compreender sua organização e fundamentação na formação de profissionais que se voltem para a reflexão dos impactos que sua profissão causa na natureza. Para tanto, partimos dos fundamentos de diversas contribuições teóricas da sociologia sobre o debate da racionalidade ambiental, a crise ambiental e ecologia atual com o intuito de compreender as práticas de Educação Ambiental trabalhada de maneira interdisciplinar e transdisciplinar nos cursos de gastronomia. Nesse sentido, a base teórica que deu sustentação à investigação partiu da sociologia, em particular da Teoria da Racionalidade Ambiental, baseando-se principalmente nas contribuições de Leff (2008; 2014). A metodologia desenvolveu-se no sentido de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, envolvendo elaboração teórica de um diálogo permanente entre os dados coletados e a teoria de base e a compreensão da realidade ocorreu a partir de um cruzamento de dados e entrevistas entre sujeitos. Como parte empírica, elaboramos e coordenamos entrevistas com quatro professores dos cursos de gastronomia de duas instituições de ensino superior e confrontamos suas respostas com um questionário de perguntas fechadas para setenta e três alunos matriculados no primeiro e último período, trabalho este que aproximou do processo de elaboração e desenvolvimento das práticas de Educação Ambiental. Com essa pesquisa, confirma-se que ainda existe um grande descompasso e distanciamento entre o que é discutido e proposto pelos professores e a realidade das práticas. A pesquisa propõe o investimento no trabalho interdisciplinar da temática ambiental assim como a inclusão de políticas de resíduos nos cursos de gastronomia.

**PALAVRAS – CHAVE:** educação ambiental; gastronomia; racionalidade ambiental; resíduos sólidos; lixo; interdisciplinaridade; transdisciplinaridade.

## **ABSTRACT**

OLIVEIRA, Thiago Correia. Vila Velha University – ES. September, 2017. **Gastronomy and the Environment: Perceptions About Sustainability in the Courses of Gastronomy the Greater Vitória.** Advisor: Augusto Cesar Salomão Mozine

The aim of this work is the analysis of the development of sustainable practices in the gastronomy courses of the greater Vitória area, Espírito Santo, Brazil, in an attempt to understand its organization and bases in the training of professionals and their perception of the environmental impacts of their activity. Therefore, there were used theoretical sociology contributions, such as the environmental rationalism and the ecology and environmental crisis, in order to understand the inter and transdisciplinarity of Environmental Education practices in the gastronomy courses. The theoretical foundation of this research is sociological, based particularly on the Environmental Rationalism Theory, and the contributions of Leff (2008; 2014). This work was developed as a qualitative research, including a permanent dialogue between the collected data and the theory. The understanding of the reality occurred from a cross-reference of data and interviews. The empirical work included the elaboration and coordination of interviews with four professors of the gastronomy courses and the confrontation of their answers with a questionnaire that was applied to seventy three students of the first and last semester of the courses. This research confirms that there is a great mismatch and gap between what is discussed and proposed by the professors and what is actually practiced. This work proposes the investment in the interdisciplinary work of the environmental theme as well as the inclusion of waste and residues policies in gastronomy courses.

**KEY-WORDS:** environmental education; gastronomy; environmental rationalism; solid residues; waste; interdisciplinarity; transdisciplinarity.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I: RACIONALIDADE AMBIENTAL: FORMAÇÃO DA CRISE AMBIENTAL, RELAÇÕES DE SABERES E EDUCAÇÃO AMBIENTAL ECOCÊNTRICA .....</b>	<b>21</b>
1.1 A CARACTERIZAÇÃO DE UMA CRISE DO AMBIENTE .....	21
1.1.2 A Relação dos Saberes e a Modernidade .....	27
1.1.3 Racionalidade Ambiental .....	30
1.1.4 Perspectivas de uma Educação Ecocêntrica .....	34
1.2 JUSTIÇA INTERGERACIONAL E A PRÁTICA DA SUSTENTABILIDADE.....	38
<b>CAPÍTULO II: UNIVERSIDADE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, INTERDISCIPLINARIDADE E GASTRONOMIA .....</b>	<b>43</b>
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INTERDISCIPLINARIDADE NA UNIVERSIDADE .....	47
2.1.1 Educação Ambiental no Âmbito da Universidade .....	49
2.1.2 Interdisciplinaridade e Educação Ambiental .....	56
2.2 DIÁLOGO ENTRE MODERNIDADE, SOCIEDADE EM RISCO E DESENVOLVIMENTOS SUSTENTÁVEL.....	61
2.3 RECONHECENDO OS CURSOS DE GASTRONOMIA .....	70
<b>CAPÍTULO III: SUSTENTABILIDADE E ENSINO NOS CURSOS DE GASTRONOMIA .....</b>	<b>79</b>
3.1 APRESENTAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA E ANÁLISE QUALITATIVA GERAL DAS ENTREVISTAS COM DOCENTES.....	82
3.1.1 O Meio Ambiente em Geral e a Gastronomia .....	84
3.1.2 Currículo da Gastronomia e a Educação Ambiental .....	87
3.1.3 Práticas Pessoais de Ensino Ambiental .....	90
3.2 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS FACE AOS RELATOS DOCENTES .....	95
2.3 A IMPORTÂNCIA DO DEBATE ACADÊMICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS .....	112
2.3.1 Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil e Sua Aplicação.....	113
2.3.2 Responsabilidades, Participação Social e Gestão dos Resíduos .....	122

GASTRONOMIA, RESÍDUOS SÓLIDOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL ....	126
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>134</b>
<b>APÊNDICE I: ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PROFESSORES DO CURSO DE GASTRONOMIA.....</b>	<b>141</b>
<b>APÊNDICE I: PESQUISA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE GASTRONOMIA.....</b>	<b>142</b>

## INTRODUÇÃO

Ao se analisar as práticas voltadas à área de gastronomia e restauração se identifica um campo marcado pelo conflito direto com as problemáticas ambientais dadas por um processo de crescimento capitalista. Esse campo de estudo se fomenta e, uma racionalidade técnica dominada pelo viés da economia, segundo Leff (2014), se caracteriza pelo afastamento cultural do ser humano da natureza e favorece a desigualdade entre as nações e suas classes sociais.

Segundo Leff (2014), o século XX é marcado por uma crise da civilização perante suas práticas e exploração da natureza, marca uma profunda transformação destrutiva da natureza e constitui o ambiente segundo Beck, Giddens e Lash (1997), um ambiente de risco, que sinaliza uma crise da humanidade perante a exploração da natureza e impactos ambientais ao longo da história. Com a percepção da crise ambiental e a demonstração do esgotamento dos recursos do planeta o homem começa a discutir sobre sua capacidade de reagir diante dos riscos, trazendo a questão ambiental para o cotidiano. Ou seja, as discussões são guiadas por uma maneira reflexiva proposta por Beck; Giddens e Lash (1997) que é a capacidade da sociedade em perceber os riscos e reagir perante a essa percepção. “Ao contrário dos riscos ocorridos no passado, que tinham causas estabelecidas e efeitos conhecidos, os riscos hodiernos são incalculáveis e de implicações indeterminadas.” (GIDDENS, 2004 p. 65)

As questões sobre a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas e hoje se encontram em matérias que devem ser discutidas nas formações profissionais e na Educação Ambiental como temas interdisciplinares e transdisciplinares como forma de reaproximação da natureza dos alunos e profissionais através de diálogos com diversos saberes e conhecimentos. Segundo Leff (2014), é na crise ambiental que se propõe como repensar a educação e a profissionalização combatendo a fragmentação do conhecimento da ciência moderna que impede entender o meio ambiente em sua totalidade.

Práticas essas são refletidas em face de uma ciência moderna manifestando um fracionamento do conhecimento, marcados por logocentrismo da ciência moderna e pelo transbordamento da

economização guiado pela racionalidade e do livre mercado. (LEFF, 2011 p. 309).

É na crise ambiental que se situa uma maneira de repensar as práticas educacionais e se localizar perante o meio ambiente como forma de interação. Expõe-se assim a incapacidade de conhecimento de saberes disciplinares para a compreensão das relações complexas que gerem a sustentabilidade e a natureza.

A temática ambiental se torna assim inevitável aos currículos escolares, já que a poluição, degradação e a identificação de problemas ambientais têm se tornado rotineiros na sociedade. Essas abordagens necessitam de aporte concreto e uma formação de reflexão verídica. Exigem, também, respostas da sociedade através dos diversos veículos, inclusive a educação, maneiras de soluções dos problemas para a sobrevivência da espécie humana e uma melhor utilização dos recursos naturais. “Desenvolvimento sustentável é aquele que melhora a qualidade da vida do homem na Terra ao mesmo tempo em que respeita a capacidade de produção dos ecossistemas nos quais habitamos” (VENTURA, 2008 p.57).

A inclusão dos temas relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade ocorre gradativamente na educação através de propostas curriculares, de Organizações não governamentais – ONG's e diversas tentativas individuais de educadores. Contudo, é a partir de 1997 com a definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, pelo Ministério da Educação e do Desporto, que a temática ambiental entrou como tema transversal para a educação básica. Com isso, a Educação Ambiental passou a integrar os currículos tradicionais, assumindo sua responsabilidade para melhorar a qualidade de vida através da conscientização.

A articulação da produção teórica – orientada para os propósitos de alcançar a sustentabilidade do processo de desenvolvimento através das práticas sociais de produção e transformação da natureza –, transcende os alcances de um princípio metodológico para a reintegração dos conhecimentos existentes. A luta social pela reapropriação da natureza e do conhecimento está incidindo na produção teórica, assim como na inovação tecnológica com suas aplicações sociais e produtivas para a exploração e o aproveitamento sustentável da natureza. (LEFF, 2011. p. 324).

Entende-se que assim, incluída em diversas matrizes curriculares a Educação Ambiental começa a ser utilizada em diversos campos do conhecimento nos currículos de ensino, porém, sem grandes reflexões ou sem discussões aprofundadas. Nesse contexto, embora tratada de uma maneira ainda muito superficial a escola torna-se assim, o primeiro passo para a conscientização ambiental da sociedade. Assim, constituem-se, nesse momento, diversos trabalhos da educação para suprir a demanda de assuntos relacionados ao meio ambiente, em suma pontuais e que não se articulam num projeto pedagógico transversal na escola.

Com a generalização da Educação Ambiental como uma reunião de discussões e trabalhos pontuais se diminui o poder de sua reflexão e prática e desvincula a sua intensão dos cotidianos das instituições de ensino superior, criando um ambiente ingênuo para ensinar os profissionais e a serem responsáveis por suas práticas e impactos na natureza, que embora possam ser bem intencionados, pouco conseguem de resultados ao final do curso em relação aos seus alunos, conforme observados durante a realização das entrevistas da pesquisa. Conforme comentado por Dias, 2000:

[...] Um dos princípios básicos da educação ambiental é a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, sócio-econômico e o cultural sobre o enfoque da sustentabilidade. (p.21)

As questões ambientais, segundo Leff (2008; 2014), não podem ser trabalhadas sobre o domínio de raciocínio fragmentado da ciência moderna. Sua complexidade e a ramificação de diversos saberes culturais atrelados a uma prática reflexiva traz a natureza como um saber universal e que interage com o homem e não pode ser entendido como algo externo ou distante de si, da cidade ou da realidade. Ou seja, as questões que perpassam o meio ambiente não podem ser analisadas de maneira fragmentada e nem disciplinarizadas em matrizes curriculares padronizadas e engessadas.

Nessa perspectiva, várias questões emergem da nossa pesquisa, tais como: Qual é a real intensão da Educação Ambiental nos cursos de gastronomia? De que maneira

os professores trabalham o tema? Como as práticas de cozinha são desenvolvidas e guiadas sob o olhar da Educação Ambiental? Existem propostas que coordenem as práticas da Educação Ambiental? O tema é desenvolvido de forma interdisciplinar, transdisciplinar ou é abordado em matérias específicas? Como essas práticas influenciam o comportamento do profissional em formação?

Diante do exposto, a principal pergunta que delimita e norteia o estudo da pesquisa é: como os docentes trabalham a temática da educação ambiental e a sustentabilidade nos cursos de gastronomia da Grande Vitória para uma formação consciente do profissional com relação aos impactos das suas práticas na área de atuação?

Para responder a essa problemática, a parte empírica da nossa pesquisa foi guiada através de entrevistas com docentes dos cursos de gastronomia da Grande Vitória, localizados na cidade de Vila Velha. Com isso, conseguimos a contribuição de quatro professores divididos, sendo dois de cada instituição de ensino que trabalham com várias disciplinas em diversos períodos dos cursos. Logo depois, essas entrevistas foram conflitadas com o questionário de perguntas guiadas aos alunos de períodos diferentes para apenas refletir e analisar se realmente as práticas ambientais é entendida como parte da sua formação ou se existe reais intenções da Educação Ambiental, porém, ainda trabalhadas superficialmente.

Diante desse campo, para além de um debate sobre a Educação Ambiental a pesquisa faz uma análise sobre a proposta de Justiça Intergeracional como ferramenta para conscientização da sustentabilidade ao discutir direitos e deveres dessa geração para as gerações que virão. Para isso autores como José Eli da Veiga (2010), Anthony Giddens (2010), Ulrich Beck (1995). Os autores abordam a temática de sustentabilidade e trazem o discurso para a área da sociologia. Para a abordagem da justiça ambiental e intergeracional no conceito de sustentabilidade pretende-se utilizar autores como Dornelas e Brandão (2010).

Aponta-se, a Política Nacional de Resíduos sólidos como forma de reflexão sobre as práticas gastronômicas e a inclusão do tema nas matrizes curriculares como forma de diálogo direto entre as práticas ambientais nos cursos de gastronomia e a conscientização dos alunos. Consistindo assim, um viés prático de reflexão acerca

do papel do profissional e seus deveres para o cuidado e manutenção dos recursos naturais.

A preocupação em trazer as temáticas da Educação Ambiental se dá por considerarmos de que nada adiantaria continuar num processo de aprendizagem gastronômica que dialoga com o meio ambiente de forma fragmentada. Consideramos que as atividades no âmbito da universidade devem ser voltadas para o reconhecimento dos deveres e direitos apoiados nos valores da cidadania e reintegração do homem no meio ambiente através da conscientização e reapropriação da natureza pelo entendimento de diversas culturas e saberes.

Trabalhar com os cursos de gastronomia tem especial importância e deve-se ao fato de localizar o estudo como meu campo de trabalho. A pesquisa foi realizada nos dois únicos cursos de nível superior na área que atende a região da Grande Vitória. Dentro desse ambiente nota-se uma falta de pesquisas relacionadas ao tema ou pouca intenção de se desenvolver trabalhos de origens ambientais nos cursos. Assim, a presente pesquisa visa contribuir para a problematização da sustentabilidade e da educação ambiental nos cursos de gastronomia, assim, como trazer à tona o discurso ambiental dentro dos cursos.

Na área da gastronomia, importa citar que os estudos acadêmicos são matéria de investigação recente no Brasil. Com uma base escassa de conhecimento, a presente pesquisa também se justifica para compreender de que forma a complexidade ambiental pode vir a contribuir na produção de conhecimento nas profissões ligadas a alimentos e bebidas.

O estudo proposto é fundamental para permitir a compreensão dos impactos decorrentes do avanço da conscientização ambiental e suas influências na definição da Gastronomia no Estado. Sugere métodos aos cursos de gastronomia sobre a importância do estudo da Racionalidade Ambiental e analisar como acontecem as práticas sustentáveis em suas matrizes curriculares. A partir destas análises trazer significância ao estudo da Educação Ambiental e de acordo com Goldenberg (2004, p.34), “O propósito destes métodos é compreender as significações que os próprios indivíduos põem em prática para construir seu mundo social.”

A pesquisa foi dividida em três capítulos, sendo dois capítulos iniciais de debate teórico relacionando os temas da complexidade ambiental, racionalidade ambiental e sustentabilidade. No primeiro capítulo se insere a discussão sobre a crise ambiental e a racionalidade ambiental apontada por Leff (2008; 2011; 2014). O autor se destaca no campo do conhecimento por apontar o lapso da humanidade com a natureza devido aos modelos de racionalidade da modernidade não darem conta da solução dos problemas ambientais da atualidade e propõe uma nova aproximação do homem ao meio ambiente sobre o olhar dos saberes culturais diversificados. Apresenta que o problema ambiental precisa ser analisado como um todo, e não segmentado como propõe a ciência moderna. Situa, também, o campo do saber interdisciplinar como forma principal de resgate de uma educação ecocêntrica.

No mesmo capítulo, se insere um debate sobre as concepções da Justiça Intergeracional para a prática da sustentabilidade. Utilizam-se, para esse debate, autores como Rawls (1997), Tobim (1974), Dornelas e Brandão (2010) e outros que buscam a reflexão do docente e discente sobre os recursos e direitos dessa geração e seus deveres para com as gerações vindouras.

No segundo capítulo, após a caracterização dos problemas ambientais da modernidade, se discute a capacidade de reflexão humana perante o desenvolvimento de maneira desenfreada que oferece riscos à sociedade e se insere trabalhadas na reflexividade proposta por Beck, Giddens e Lash (1997). Neste capítulo, objetiva-se a compreensão da universidade e seu papel na formação de profissionais guiados para as práticas sustentáveis de sua atuação profissional. São discutidos temas como a caracterização da universidade como ator social de mudanças de comportamento, a inclusão da Educação Ambiental nas matrizes curriculares nos cursos e como devem ser trabalhadas de maneiras transversais e interdisciplinares no decorrer da formação acadêmica do aluno.

Por fim, o segundo capítulo situa os cursos de gastronomia no âmbito da universidade para o diálogo de suas práticas e como vem sendo trabalhados os temas ambientais e de sustentabilidade nas suas matrizes. Para essa etapa selecionou-se vários autores da gastronomia como: Cascudo (1983), Savarin (1995) que falam sobre a história da alimentação e caracterização da gastronomia. Autores

como Atala e Dória (2008) abrem a discussão sobre a profissão de chef de cozinha. E para dialogar os temas de Educação ambiental e políticas ambientais na gastronomia se utiliza diversos artigos científicos e documentos como dados do Ministério do Meio Ambiente, o Panorama Nacional de Resíduos Sólidos (2016), Diretrizes e os Parâmetros Curriculares nacionais.

No terceiro capítulo da pesquisa é discutido o campo da pesquisa, iniciando pela análise qualitativa realizada em maio de 2017 nos cursos de gastronomia. Foram entrevistados docentes para a compreensão do ambiente de trabalho dos professores, como são tratados os temas de meio ambiente em suas disciplinas e se existe algum trabalho focando a conscientização do aluno para as práticas sustentáveis. Nesse momento se caracterizam os cursos da Grande Vitória e faz-se o cruzamento da pesquisa de campo com o debate dos capítulos I e II.

Na mesma seção, fez-se o cruzamento das entrevistas dos professores com o questionário de perguntas *on line* realizadas em maio de 2017 com os alunos dos cursos em questão. Esta seção tem o objetivo de analisar se as práticas dos docentes são reconhecidas e executadas pelos alunos. Por fim, de acordo com as percepções e a leitura da realidade dos cursos de gastronomia, se insere o debate da Educação Ambiental sobre a ótica da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos cursos de gastronomia.

O capítulo III finaliza com sugestões para os cursos de gastronomia trabalhar os temas de Educação Ambiental sobre a gestão dos resíduos como caminho de interação do aluno aos temas relacionados ao meio ambiente, mostrando assim, que a interação do aluno no processo de coleta, separação, reusa e reciclagem é única maneira imediata dos cursos começarem a trabalhar o entendimento do sistema como um todo. Olhar o problema ambiental conforme proposto por Leff (2008; 2014) para uma reaproximação do homem da natureza, trabalhando na racionalidade ambiental uma maneira de construir sua profissão consciente do seu papel com a natureza.

Traz juntamente com a fundamentação teórica a ecogastronomia que se preocupa com a alimentação sobre o viés ecológico, defende a utilização de ingredientes sem produtos químicos e agrotóxicos em seu cultivo. A ecogastronomia já vem sendo

praticada no presente e na profissionalização do mercado gastronômico. A alimentação natural pode se tornar autossustentável. Preparar esses alimentos orgânicos e artesanais, colhidos na sua horta ou comprados nos seus vizinhos e com um toque gastronômico, aproxima a natureza das práticas sociais cotidianas.

## **CAPÍTULO I: RACIONALIDADE AMBIENTAL: FORMAÇÃO DA CRISE AMBIENTAL, RELAÇÕES DE SABERES E EDUCAÇÃO AMBIENTAL ECOCÊNTRICA**

Este capítulo discute a problemática ambiental sob a perspectiva de Enrique Leff (2014). Debate a racionalidade ambiental com seus conceitos e desdobramentos levando a uma análise da Universidade e seu papel educador e formador de profissionais. O autor é escolhido para o debate das questões ambientais ao trazer o conceito que caracteriza a crise ambiental como apropriação da Natureza através do Saber, de um entendimento social do meio ambiente como ponte para o reconhecimento das questões ecológicas, não apenas como prática, mas reconhecimento de si como parte do Ambiente. Então, busca mostrar a importância da educação ambiental atrelada à interdisciplinaridade para se compreender o funcionamento da inserção dos temas ambientais nas matrizes curriculares.

A partir disso, é elaborada a temática de firmar o conceito de responsabilidade e o compromisso com o Ambiente para as próximas gerações discutindo a justiça intergeracional, deixando-o igual ou melhor a seus descendentes. A justiça intergeracional insere neste debate as práticas da Educação Ambiental – EA, que mostra a importância da preocupação na formação de alunos e profissionais que trazem o discurso da sustentabilidade em suas práticas, assim como demonstra a responsabilidade dos cursos de Gastronomia em desenvolver ou inserir debates sobre sustentabilidade, ambiente e práticas profissionais do mercado de trabalho.

### **1.1 A CARACTERIZAÇÃO DE UMA CRISE DO AMBIENTE**

O debate sobre a crise ambiental e o discurso do saber ambiental é proposto nos trabalhos do cientista Enrique Leff (2008; 2014), um dos maiores intelectuais da América Latina que analisa a problemática ambiental comparando-a ao sistema de racionalidade vigente. As teorias ambientais são amplamente discutidas na Sociologia e são grande preocupação da sociedade contemporânea. O autor se destaca ao debater o meio ambiente acoplado ao campo do saber, incluindo as diversas compreensões do Mundo sob o olhar de uma ciência focada na Cultura e na Diversidade.

Enrique Leff é um dos autores contemporâneos que mais orientou sua produção intelectual no Socioambientalismo. Suas pesquisas vinculam-se diretamente às análises de processos socioambientais. O autor expressa influência da escola marxista francesa quando debate a filosofia da ciência e a teoria do conhecimento; porém, tenta superar o estruturalismo presente em suas influências. O autor procura construir em sua obra uma teoria aberta, complexa e, segundo ele próprio, inacabada. Então, o exposto em suas obras não é teoria sólida nem juízo de valor, mas construções teóricas capazes de se oporem e complementarem aos espaços de ressignificações do Mundo, que ele chama disputas teóricas simbólicas. “O saber ambiental é o ponto de não conhecimento que impulsiona a produção do saber”. (LEFF, 2008 p. 155).

Diante dos processos racionais que levam a Humanidade ao lapso com a Natureza, destaca-se o campo da complexidade ambiental que redimensiona e reorienta as valorações humanas para a formação de nova postura humana com relação à Natureza. Leff (2014) afirma que a produção do conhecimento e conceitos junto ao estabelecimento de novas relações inova e amplia a educação ambiental. Através de contribuições para o entendimento não genérico por múltiplos enfoques, preceitos e premissas de diversas áreas do conhecimento diretamente envolvidas com a visão interdisciplinar da educação.

A crise ambiental problematiza o pensamento metafísico e a racionalidade científica, abrindo novas vias de transformação do conhecimento por meio do diálogo e da hibridização de saberes, no saber ambiental flui a seiva epistêmica que reconstitui as formas do ser e do pensar para apreender a complexidade ambiental (GROHE, 2013 p. 6).

O modelo de pensamento da racionalidade técnica, cartesiana e dicotômica tem levado o homem a desestruturar o Ecossistema, degradar o Ambiente e a desnaturalizar e dessignificar a própria Natureza. Segundo Leff, “[...] a crise ambiental inaugura uma nova relação entre o real e o simbólico” (2014 p.17). Nesse contexto, o indivíduo é situado no limite e na potência da Natureza e atua visando u futuro sustentável. “A crise ambiental é uma manifestação da exclusão da natureza, da cultura e da subjetividade do núcleo duro da racionalidade da modernidade”. (LEFF, 2014 p. 263).

O que sua discussão orienta são alicerces teóricos permitindo articular cientificamente diferentes teorias e relações entre a História, as práticas sociais e as visões de mundo. Logo, o Mundo, entendido como a Natureza, e as práticas sociais são conceitos científicos diversos e transversais. Ao diagnosticar a história da evolução das sociedades, cujo modelo de racionalidade dominante é a tecnologia e a economia, o autor associa à crise civilizatória. Assim, como propõe Leff (2014), somente integrando diversos campos do conhecimento interdisciplinares de culturas é que pode emergir a problemática ambiental.

Dessas afirmações emerge a discussão da racionalidade ambiental que desarma os círculos que amarram as cadeias do pensamento e os conceitos da ciência moderna, quebrando os efeitos da racionalidade econômica e instrumental a partir de uma crise ambiental. Reconstrói-se o Mundo a partir da ideia da morte do Planeta e ressignifica-se a Natureza pela Cultura, com diversos saberes inexplorados pela ciência moderna, novas práticas sociais e novos modelos de ação política.

Na teoria sociológica, já se identificam fragmentos de uma sociologia ambiental e um aporte à construção da racionalidade ambiental. Segundo Leff (2014), para Karl Marx, o conceito de capitalismo é o eixo em torno do qual o resto se articula e define apontando a racionalidade econômica e a separação entre os produtores e os meios de produção como definidores do Sistema. Marx demonstra que o pensamento se embasa face às condições concretas da materialidade em que o indivíduo se insere. “A racionalidade dialoga com os movimentos sociais pela construção de sociedades

sustentáveis pela reapropriação da natureza e seus territórios de vida.” (LEFF, 2014 p. 26).

Nessa perspectiva, a destruição das relações feudais e patriarcais, a despersonalização dos vínculos sociais, a substituição do fervor religioso pelo cálculo egoísta caracteriza a ascensão do capitalismo em função das mudanças econômicas. Para Leff (2014), o capitalismo é a chave interpretativa da sociedade moderna, e os outros elementos nela envolvidos integram a superestrutura, como o industrialismo, a democracia e a racionalização. São decorrências da sua infraestrutura econômica, dividindo a Sociedade em proletários e donos dos meios de produção.

Nessa lógica, a Modernidade é a época do conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas, incluindo aí as ciências, incentivadas e criadas pela burguesia, e as relações de produção e de propriedade, o conjunto de normas éticas e costumes morais que fundamentam e caracterizam o sistema de vida burguês. Segundo Leff (2014) Marx acredita que o capitalismo está destinado ao agravamento progressivo das suas contradições internas até seu colapso final, etapa na qual a ditadura do proletariado romperia a ordem social existente e abriria caminho para a construção de uma sociedade sem classes. Enfim, uma forma já nasce predisposta à sua destruição.

Assim, identifica-se uma preocupação entre o Homem e a Natureza em Marx. A alienação capitalista gera relação de estranhamento do indivíduo com o Mundo, incluindo o meio biofísico caracterizado pela crise de estranhamento Homem-Natureza; conseqüentemente, libertar o Homem dessa alienação é propor volta ao relacionamento entre o Homem e o meio natural. Que segundo Leff (2014) propõe que:

Marx apresenta o conhecimento do processo histórico que condiciona o desejo humano, para transformá-lo em uma demanda crescente por mercadorias, e que opera sobre o desejo de saber o processo de produção de conhecimentos científicos; não para submeter a matéria e a natureza aos ‘objetivos do homem’, mas sim à lógica do capital. (p.53)

Contudo, nota-se na teoria do valor ou teoria do valor-trabalho que é o reconhecimento de que em todas as sociedades o processo produtivo pode ser reduzido a uma série de esforços humanos. Geralmente, o trabalho dos seres humanos é caracterizado por transformar o ambiente natural de uma forma que lhes seja mais conveniente. O ponto de partida da teoria de Adam Smith é enfatizado pelo seguinte raciocínio: O trabalho era o primeiro preço, o dinheiro da compra inicial pago por todas as coisas. Assim, Smith afirmou que o pré-requisito para qualquer mercadoria ter valor era que ela fosse produto do trabalho humano. Assim, o valor de um bem ou serviço depende diretamente da quantidade de trabalho a ele incorporado: o trabalho é a unidade de medida exata para quantificar o valor. “[...] tanto a oferta quanto a demanda são produtos da dinâmica da acumulação capitalista e não do livre jogo de fatores produtivos no mercado ou de um princípio fundado em desejos e necessidades do homem” (LEFF, 2014 p.39). Uma historicidade da teoria marxista da produção e como as formas dominantes exploram a Natureza e o Trabalho atualmente veem-se na capitalização da Natureza com estratégias de mercado. Conforme demonstrado por Smith:

[...] como no começo da idade moderna a natureza se reduz cada vez mais a um momento de atividades sociais, as determinações da objetividade vão entrando gradualmente no sujeito [de maneira que] só seria cognoscível, em sentido estrito, o que é feito pelos sujeitos. (SMITH, 1976 p.136).

Smith (1976) ajuda a entender os meios de produção capitalistas, porém não explica as condições ecológicas do modo de produção, nem suas relações constitutivas em suas relações com os sistemas jurídicos, científicos, educativos e até como o Ambiente se vincula às estruturas de poder.

A revolução científica intervém na transformação do processo de trabalho e modifica a Natureza; as forças naturais são convertidas pela Ciência em fontes de riqueza, considerando que o equilíbrio do ecossistema sustenta o próprio processo econômico. Então, a economia antes fundada no trabalho aos poucos passa à economia baseada no poder do conhecimento científico como instrumento de apropriação social da natureza, ou seja, apropriação capitalista da Natureza dentro

de um desenvolvimento sustentável, mantendo a agricultura capitalizada, com bens naturais e serviços ambientais.

Segundo Leff (2014), a racionalidade ambiental se ancora no conceito de valor de Karl Marx, pois os fundamentos da economia convencional, através de sua historicidade, criaram efeitos no progresso e desconstruem-se numa perspectiva nova contrastando com o valor objetivo e o valor da racionalidade ambiental. O autor critica o modelo de economia convencional e apoia-se em diversas áreas do conhecimento, mostrando a impossibilidade de reduzir os valores ambientais e culturais a mercadorias. A produtividade e estabilidade da Natureza não correspondem a ciclos da economia, pois as esferas sociais e culturais não se reduzem a processos econômicos e científicos.

A valorização da complexidade ambiental implica em transformar a atual métrica que reduz a diversidade ontológica e axiológica do mundo a valores objetivos, quantitativos e uniformes do mercado a uma teoria qualitativa de economia sustentável, capaz de integrar os processos econômicos, ecológicos e culturais em um pluralismo epistemológico e axiológico capaz de expressar os antagonismos entre a racionalidade econômica e a racionalidade ambiental - incluindo a multiplicidade de racionalidades culturais que a conformam - nos processos de apropriação da natureza e da incorporação das condições ecológicas de sustentabilidade dos processos produtivos. (LEFF, 2014 p.61).

Assim, Leff (2014) aponta que a racionalidade ambiental demanda nova aproximação entre a integração dos valores ecológicos e da sustentabilidade e a construção de significados e sentidos a partir da cultura. Torna-se, então, necessário desconstruir a racionalidade econômica moderna orientando-se para o ecossocialismo democrático e sustentável. A própria racionalidade ambiental transcende a teoria econômica ou ecológica do valor, pois não equivale a valor específico. Teorias como essas tendem a se limitar e remetem a um valor objetivo, diferente dos valores culturais. Os conflitos ambientais não podem ser explicados e analisados através de valores econômicos nem meramente naturais.

A racionalidade ambiental leva a repensar a produção a partir das potencialidades ecológicas da natureza e das significações e sentidos atribuídos à natureza pela cultura, além dos princípios da 'qualidade total' e

da 'tecnologia limpa' da nova ecoindústria, assim como a qualidade de vida derivada da 'soberania do consumidor'. A racionalidade ambiental que daí emerge se distancia de uma concepção conservadora e produtiva da natureza para converter-se em uma estratégia para a reapropriação social da natureza, baseada na valorização cultural, econômica e tecnológica dos bens e serviços ambientais da natureza. A racionalidade desemboca em uma política do ser, da diversidade e da diferença que reformula o valor da natureza e o sentido da produção. (LEFF, 2014 p.69).

Conforme expôs Leff, a questão ambiental configura-se numa zona de conflito que pode extrapolar o próprio discurso e a política que se sustenta em consenso para o futuro comum da Humanidade. Essencial neste processo é o saber ambiental trabalhando com a estratégia, e um pensamento crítico que transforma as diferentes disciplinas e constrói novos aparatos para a gestão ambiental do Estado, melhor administrando as atividades ligadas ao Ambiente, para utilizar os recursos naturais de maneira racional para exploração sustentável.

### **1.1.2 A Relação dos Saberes e a Modernidade**

A crise ambiental força o aparecimento de novas relações de saberes possibilitando a construção de conhecimentos interdisciplinares. O Ambiente se converte hoje no campo produtivo, aparecendo como meio ou condição de sobrevivência; mas os problemas ambientais superam as tentativas de reajuste da crise na cadeia, levando a Natureza ao maior campo de reflexão filosófica da atualidade. Um dos grandes desafios é integrá-la ao processo econômico.

Para Leff (2014), é na crise que surge a necessidade de formular uma racionalidade, dotada principalmente de sentidos que confrontem a racionalidade moderna. Para o autor, a reapropriação social da Natureza requer a quebra dos paradigmas e métodos estabelecidos pela Ciência. Assim, a apropriação é guiada no campo do saber e da cultura, daí a ideia de apropriação social ligada a um conjunto de significações tangendo a dimensão da ética existencial. A apropriação, por sua vez, se desdobra em práticas do cotidiano, de modo que os indivíduos ressignifiquem a relação racional e simbólica com o Ambiente, objetivo jamais alcançado pelos códigos rígidos da razão científica e instrumental.

O grande desafio é conscientizar-se dos limites do crescimento e do tamanho da degradação ambiental, pois o modelo de economia e crescimento atual leva à uma catástrofe ambiental. A economia, por sua vez, ainda é incapaz de assimilar a crítica pela racionalidade ambiental contra os desequilíbrios do desenvolvimento presente. Discursos neoliberais reafirmam o livre mercado com reajustes dos desequilíbrios ambientais e sociais. Leff se preocupa com tais disposições, afirmando existirem diferenças e

[...] controvérsias em torno dos sentidos da sustentabilidade e do enfrentamento de interesses para ecologizar a economia e dissolver as 'contradições da racionalidade econômico-tecnológica – formal-instrumental – dominante. Várias questões estão no centro dessa polêmica, como por exemplo, a eficácia das políticas ambientais para incorporar valores ambientais da natureza. (LEFF, 2014.p.225).

Afirma-se, nesse momento, que a crise ambiental emerge da insustentabilidade da racionalidade econômica. Deve-se discutir outro modelo de racionalidade capaz de integrar valores sociais das diversas culturas, centrado na Natureza. Tal postura se reflete em formulação econômica considerando a potência do Planeta, do poder político, poder do saber da Ciência e da Tecnologia, direcionada significar a natureza sob formas culturais diversificadas.

Os conceitos de racionalidade de Leff (2014) acarretam um futuro incluindo aspectos racionais e não racionais caracterizados como saberes empíricos, formados a partir do entendimento do Mundo, não unicamente embasados nos valores de mercado. Propõe-se, no longo prazo, sem certeza de êxito, o reconhecimento da Natureza e da Cultura como garantia de sobrevivência e sustentabilidade do Homem. Por outro lado, destruir ou desacelerar a economia pode desencadear lapso no sistema danificando Natureza e Sociedade. “[...] nenhuma ciência permite reconhecer que esta seja a única ou a melhor via para o futuro da humanidade”. (LEFF, 2014 p.238).

A única forma de internalizar os conceitos da racionalidade ambiental é pelo conhecimento ou o que Leff (2014) mesmo chama de saber. O saber ambiental, segundo o autor, emerge nas ciências sociais para construir conhecimento capaz de ligar as relações do processo da ordem natural e social afetando comportamentos e

gerando reflexões socioambientais que podem ser fundadas nos princípios da sustentabilidade. O saber ambiental se caracteriza principalmente em analisar o que a ciência tradicional ignora, e esse saber inclui-se em nova realidade teórica ensejando várias estratégias conceituais que revalorizam um conjunto de saberes sem pretensão de cientificidade. Ou seja, a importância do saber ambiental e da racionalidade ambiental não pode ser medida com meios rígidos e conceitos transformados em métodos de investigação direta, ligados à ciência instrumental. Conforme Leff, o saber ambiental se

[...] abre à construção de um saber ambiental que transforma conhecimentos, gera novos sentidos e produz verdades que mobilizam a reconstrução da realidade, libertando os processos naturais e sociais que aparecem subjugados e agrilhoados pela racionalidade científica tecnológica e econômica dominante. (LEFF, 2008 p.179).

Surge, assim, o pensamento sobre complexidade, interdisciplinaridade e investigação de sistemas complexos, já que a racionalidade envolve análises e produções teóricas e transformações sociais. O mesmo mecanismo de poder orienta as ações para o nascimento ou reconfiguração de nova ordem de racionalidade social enfocando economia mais sustentável.

Caracteriza-se a racionalidade ambiental como o conjunto de processos sociais entrelaçando formações teóricas, produção de conhecimento organizando de maneira produtiva as ações induzidas pelo Ambientalismo, sugerindo comunicação entre os saberes e os processos sociais dos valores ambientalistas e orientando o comportamento dos atores econômicos propiciando regulação dos direitos e sancionando o comportamento dos atores políticos.

Em um sentido mais crítico e propositivo, o saber ambiental se orienta para uma nova construção de uma racionalidade social. Nessa perspectiva, as formações teóricas e ideológicas, assim como as práticas de ambientalismo emergem em um sentido prospectivo e utópico, reorientando valores, instrumentando normas e estabelecendo políticas para construir sociedades sustentáveis. (LEFF, 2014 p.242).

Entende-se, com isso, que o saber ambiental tem grande papel de reconstrução da realidade social desenvolvendo novas bases conceituais para explicar a realidade complexa incorporando as condições ecológicas e de um desenvolvimento sustentável. O saber ambiental surge como forma de explicar os movimentos ambientais para a ação social e construção da racionalidade ambiental.

Contudo, a questão ambiental ultrapassa a reforma e administração do Estado. A racionalidade incorpora novo comportamento econômico e novas técnicas mitigando os danos causados pela racionalidade capitalista. Compreende-se, assim, as vias pelas quais a racionalidade destruiu as bases sustentáveis do Planeta e os sentidos existenciais do mesmo. Ou seja, reorientar o encontro de pensamentos, teorias e ações sociais para um futuro sustentável com princípios teóricos e éticos. “A transição de uma racionalidade capitalista para uma racionalidade ambiental implica a confrontação de interesses e a combinação de objetivos comuns de diversos atores sociais que incidem em todas as instâncias dos aparatos do Estado”. (ALTHUSSER, 1971 *apud* LEFF, 2014 p. 251).

O saber ambiental conduz o pensamento da ação segundo os valores e objetivos integrando a racionalidade moderna para a racionalidade ambiental, podendo analisar os princípios ecológicos dentro das normas administrativas do Estado. Internaliza-se, assim, a crise da Natureza refuncionalizando a racionalidade econômica, e seus paradigmas reorientam para os objetivos da sustentabilidade:

[...] o saber ambiental é desconstrução dos saberes consabidos e construção, a partir de sua alteridade, de novos conhecimentos, de novas utopias, de novos direitos e novas identidades que impulsionam a história pra frente. (LEFF, 2008 p.193).

Saber ambiental e racionalidade ambiental são concepções fortemente ligadas; porém, separando-se cada conceito observa-se que o saber ambiental é um conjunto de valores e saberes que trazem uma ordem cultural, e a racionalidade ambiental se destaca como sistema de conhecimento científico e instrumentalização técnica conformada pelos processos sociais. Ou seja, a racionalidade é constituída

de saberes ambientais extrapolando a Ciência, abrindo terreno para os valores dos conhecimentos práticos, valores éticos e os saberes tradicionais e culturais para resguardar a natureza e projetar a melhor ação do Homem na exploração de seus recursos.

### **1.1.3 Racionalidade Ambiental**

Para nomear os conceitos da racionalidade ambiental, Leff (2014) critica as bases racionais da sociedade moderna e prevê o colapso desse modo de vida se a Humanidade não conseguir se aproximar da Natureza, entendendo-a e compreendendo-a enquanto sujeito. O Ambiente ainda é terreno pouco explorado e menos ainda interpretado na Sociedade e, segundo o autor, o ser humano se encontra afastado da natureza. As explicações das crises da Sociedade contemporânea encontram-se nas bases da economia, que impossibilitam a explicação da natureza e do meio ambiente segundo o autor:

Os economistas de todas as escolas assinaram atestado de óbito da teoria do valor como o princípio que haveria de assentar o processo de produção por alicerces objetivos e uma substância material, seja na força da natureza ou na potência do trabalho. Sem essa âncora do real, o processo econômico ficou determinado pelas leis cegas do mercado, subjetivado pelo interesse do individual, guiado pelo espírito empresarial e sustentado pelo potencial tecnológico que, convertido numa ciência econômica, legitimaram uma racionalidade desvinculada das condições ecológicas da produção, de um juízo moral sobre a distribuição da riqueza e das formas de significação cultural da natureza. (LEFF, 2014 p.31).

Nesse contexto, para Leff, a racionalidade ambiental surge de conjunto de disciplinas não meramente destinadas a explicações progressivas do homem moderno. O saber ambiental, neste caso, é conhecimento capaz de juntar as relações dos processos naturais e sociais que determinam as mudanças socioambientais. Assim, deve-se construir racionalidade social orientada pelo entendimento do Ambiente buscando desenvolvimento sustentável, equitativo e duradouro para a Humanidade. Embasado nos saberes e nas culturas, “[...] a racionalidade ambiental emerge do questionamento da hipereconomização do

mundo, do transbordamento da racionalidade coisificadora da modernidade, dos excessos do pensamento objetivo e utilitarista” (LEFF, 2014 p.16).

Assim, existe hoje a necessidade de se trabalhar estratégias e conceitos que viabilizem outro modelo de racionalidade, que explore teoricamente a relação Sociedade-Natureza. Isso requer trabalhar alguns processos de ordem social como a incorporação de valores ambientais na ética individual no direito humano, na norma jurídica, nos atores econômicos e sociais. Isso para promover apropriação do saber da Natureza por meio de legislação ambiental eficaz e da reorientação interdisciplinar do conhecimento e da formação profissional, fundamentais ao desenvolvimento dessa nova racionalidade. A reorientação dos valores atuais, promovendo nova instrumentalização das normas e novas políticas, constrói esse modelo de racionalidade não formalizado e instrumentalizado:

[...] um conhecimento axiomatizado e sistematizado capaz de induzir a um processo de racionalização até a consecução de objetivos e meios instrumentalmente traçados da sustentabilidade, um conceito capaz de finalizar-se através do pensamento teórico da ação social. (LEFF, 2014 p. 26).

Na discussão, o autor aspira desconstruir a racionalidade existente em benefício de nova visão de mundo, conscientizada pelo ser humano sobre sua exploração da Natureza em suas práticas cotidianas. Propõe nova maneira de interpretar o Ambiente, em que o próprio ser humano interage e pertence à Natureza.

Na racionalidade ambiental, a economia, por sua vez, precisa se reordenar, reformulando seus conceitos sobre as relações desenvolvimento-forças produtivas no sistema ecológico. Isso requer deslocar a teoria fundada na produtividade do capital, trabalho e tecnologia para produtividade sustentavelmente ecológica e cultural interligando o domínio da Natureza com as múltiplas culturas na complexidade contemporânea.

Um dos grandes desafios é repensar o modelo econômico e político. Um dos primeiros planos é o modelo de um desenvolvimento sustentável, que se torna um dos maiores desafios contemporâneos. Tentativas como internalizar o Ambiente aos

critérios da racionalidade econômica, integrar produção e consumo aos processos ecológicos, por exemplo, buscam economia ambiental baseada na economia neoclássica, em que o sistema pode internalizar custos ecológicos atribuindo direitos, propriedade e preços à Natureza ou a serviços ambientais. Porém, o ambiente está exposto a condições e produções não equivalentes aos ciclos econômicos, evidenciando seu esgotamento próximo.

Descolando-se das normas do capital e da coisificação da Natureza, a percepção da racionalidade ambiental, fundada nos atores sociais capazes de mobilização política, pode convergir às mudanças do saber para a sustentabilidade:

[...] a nova ordem sustentável não poderá se construir pela globalização do mercado, mas sim através dos processos socioculturais nos quais se definem estratégias de apropriação, uso e transformação da natureza em que a economia global haverá de reconstruir-se como articulação de economias locais sustentáveis. Tais processos de transformação implicarão no encontro de diversas racionalidades, algo muito mais complexo e complicado, porém mais viável como estratégia de sustentabilidade que os ditames do mercado. (LEFF, 2014 p.233)

O conceito de racionalidade ambiental se sustenta então na capacidade de transformação do conhecimento evocando a problemática do ambiente sobre um conjunto de paradigmas científicos. A associação de saberes técnicos, afetivos e práticos mobilizados valoriza as formas de uso dos recursos da Natureza. O sentido do diálogo entre os saberes é uma possível construção social da Natureza a partir da diversidade e diferença.

Porém, esse modelo de racionalidade ambiental não se realiza pelos mesmos métodos da racionalidade econômica. Se o próprio ambientalismo questiona a racionalidade por sua codificação e instrumentalização, a nova racionalidade fundada nos valores, na mobilização humana, natural e guiada pela cultura não pode ser avaliada através de estratégias que são modelos de racionalidade geradas pelo capitalismo. Então, Leff afirma sobre a racionalidade ambiental:

Trata-se então, de analisar processos de legitimação e as possibilidades de realização dos propósitos transformadores do ambientalismo, diante das

restrições impostas a seu processo de construção pela institucionalização dos mecanismos de mercado, da razão tecnológica e da lógica do poder estabelecidos. (2014, p. 254)

Para isso, a racionalidade ambiental se constrói em diferentes etapas. Na racionalidade material ou substantiva, que são os sistemas de valores que normatizam a prática social, a racionalidade funda-se nos princípios do saber ambiental, na racionalidade ecológica e nos princípios éticos da sustentabilidade. A racionalidade teórica que constrói os conceitos e articula os valores da teoria anterior orienta a construção da racionalidade produtiva ecológica segundo as significações das diferentes comunidades.

Para Leff (2014) a racionalidade técnica se desdobra associando o desenvolvimento sustentável nas ações da racionalidade material, o que torna o sistema mais eficaz. Na racionalidade cultural dada como significações e identidades das diversas culturas se estabelece a singularidade das racionalidades ambientais diversas não submetidas à lógica do sistema de racionalidade formal enriquecendo os seres culturais diversos. Como conclusão, abrem-se à Ciência outros saberes não instrumentalizados produzindo relação ambiental inclusiva.

A racionalidade ambiental legitima decisões orientadas por diversas ações do desenvolvimento sustentável. A mudança do atual modelo de racionalidade para o modelo sustentável segue os interesses de cada modelo de racionalidade com seus meios de dominação e padrões de negociação, transformando ideologias, governos e práticas e normas jurídicas.

A racionalidade ambiental apoia-se nos valores da pluralidade étnica, cultural, na economia e no diálogo dos saberes, critica a racionalidade econômica e tecnológica, orientadas pelo lucro, eficiência e produtividade.

#### **1.1.4 Perspectivas de uma Educação Ecocêntrica**

Ao compreender que a racionalidade ambiental cresce pelo reconhecimento e busca interdisciplinar a partir da cultura, Leff (2011; 2014) tenta aplicar ao Ambiente e à

Sociedade uma série de análises para reconstruir a realidade segundo os conceitos de um ensino ou pedagogia do Ambiente, maneira de compreensão do uso consciente dos recursos naturais, selando espécie de contrato social Sociedade-Indivíduo-Natureza.

A complexidade ambiental não só leva à necessidade de aprender fatos novos [...], mas inaugurar uma nova pedagogia, que implica a reapropriação do conhecimento a partir do ser do mundo e o ser no mundo; a partir do saber e da identidade que se forjam e se incorporam ao ser de cada indivíduo e de cada cultura. Esse aprender o mundo se dá através de conceitos e categorias de pensamento com os quais codificamos e significamos a realidade; por meio de formações discursivas que constituem estratégias de poder para a apropriação do mundo. (LEFF, 2008 p. 441).

Essa pedagogia faz o sujeito começar a produzir sentidos e verdades, olhando à volta e encontrando sua cultura para se reapropriar da própria história a partir de sua realidade. “Toda aprendizagem é reapropriação subjetiva do conhecimento” (LEFF, 2008 p. 441).

Na configuração disciplinar da pedagogia ambiental, Leff insere a contribuição de Max Weber que, por sua vez, cria os conceitos de uma racionalidade formal e teórica instrumentalizada que permite cogitar integração com diferentes processos sociais dando coerência e eficácia aos princípios materiais e aos valores culturais que se organizam numa formação social sustentável. Desta formação teórica weberiana e da sustentabilidade de Leff, cogita-se a racionalidade articulando quatro níveis de racionalidade: racionalidade substantiva, teórica, técnica e cultural.

Na leitura weberiana de Leff (2014) a racionalidade formal é embasada no capital, refletindo então os modos de produção e estilo de vida das pessoas. São regras processuais do Direito; na Ecologia são cálculos econômicos determinando as formas de apropriação da natureza e a utilização do Ambiente.

A racionalidade técnica é a normatização da conduta dos atores sociais por ordenamentos legais também orbitando o Direito e a Economia. Já a racionalidade substantiva é a forma pela qual o sujeito se orienta em suas ações baseando-se em seus valores; esse tipo de racionalidade acolhe a diversidade cultural, os valores e

interesses de diferentes tipos e pode ser guiada pelos costumes quanto a valores mais atuais: economia, política etc. “Implica a ativação de um grupo conjunto de processos sociais: a incorporação dos valores do ambiente na ética individual, nos direitos humanos e nas normas jurídicas que orientam e sancionam o comportamento dos atores econômicos e sociais” (LEFF, 2014 p. 241). Cada conceito especifica um campo nas esferas de racionalidades, pois são conceitos preparando a análise ambiental, refletindo a integração dos diferentes processos.

A interação das racionalidades no entendimento da natureza permite pensar, legitimar e sancionar as ações sociais sobre os diferentes processos de integração da natureza. Assim, segundo as racionalidades de Weber e segundo Leff:

[...] é possível compreender o complexo de processos sociais que determinam a constituição das relações de produção depredadoras da natureza, ou que projetam a ação social para a construção de outra racionalidade produtiva, até a colocação em prática de um processo de gestão participativa da sociedade sobre seus recursos produtivos e orientada pelos objetivos de um desenvolvimento sustentável. (2014, p. 245)

Os valores, as normas e as ações se relacionam entre os meios e os fins no processo social; logo, legitimam um conjunto de direitos que normatizam o comportamento social para a mobilização de estratégias alternativas de produção, redirecionando os comportamentos de consumo e estilo de vida. Então, permite relacionar meios e fins analisando os processos sociais que interferem na construção de uma organização social fundada nas especificidades da Natureza e em seus valores culturais. Questiona-se, assim, o modelo de racionalidade econômica tecnicista pelas condições do Ambiente e da diversidade, já que a racionalidade capitalista encontra-se dominada e instrumentalizada.

Leff (2014) destaca como a temática da racionalidade emerge no contexto de sua reflexão sobre a arte, acentuando ainda o quanto a ideia de racionalização se articula no contexto da diferenciação das esferas de valor e ordens de vida. Articula-se, nesse paradoxo, a Natureza como fonte de racionalização na organização da sobrevivência no Meio.

Isso implica conjunto de processos de desconstrução e reordenação que pode transformar a racionalidade econômica em modelo de desenvolvimento sustentável. A racionalidade que emerge pode ser configurada num modelo de racionalidade social fundado nos princípios da sustentabilidade. O que implica nova visão de administração transversal do Estado e gestão e decisões com participação da Sociedade. Nesse sentido, é importante reforçar que:

[...] a questão ambiental expressa a crise da racionalidade na qual foi fundado o projeto de modernidade. A racionalidade ambiental é construída a partir da desconstrução da racionalidade econômica e científica da modernidade. (LEFF, 2014 p. 247)

Neste contexto, os princípios de uma organização ecológica formam-se na Cultura, pois a Cultura imprime suas características na Natureza através de suas formas de significações conectando a diversidade cultural. Chega-se assim a um diálogo dos saberes fortalecendo as identidades locais. “Racionalização ambiental implica, assim, realização de um processo de desconstrução da cultura dominante e hegemônica para o encontro de uma cultura ecológica e ambiental”. (LEFF, 2014 p. 260).

Cria-se uma cultura de novos valores e nova política que o mesmo autor chama de “política da interculturalidade”, que emerge junto aos princípios da racionalidade cultural, racionalidade ambiental substantiva ligada aos valores ecológicos que legitima e inclui uma ordem universal e novos direitos humanos no ambiente.

Se a racionalidade econômica foi a que dominou, subjugando e excluindo as culturas, agora a racionalidade ecológica constrange o desdobramento das práticas tradicionais e conduz a partir da cultura ecológica a configuração de novas identidades e novas práticas dentro da geopolítica do desenvolvimento sustentável. (LEFF, 2014 p. 261)

O servilismo da Natureza ao Homem e ao Mercado ameaça o equilíbrio ecológico juntamente com as culturas que integram o Sistema. O autor já demonstra sua preocupação com a submissão da Natureza afirmando que:

A organização das culturas e dos ecossistemas aparece assim como condição de sustentabilidade, como um conjunto de princípios criativos e potenciais produtivos que orientam a reconstrução social diante da racionalidade econômica que domina o valor da vida e o sentido da existência. (LEFF, 2014 p. 263).

Leff (2014) propõe o conceito de sustentabilidade dentro de projetos culturais diversos sem confrontação direta, mas agindo como forma de motivação individual a valorização considerável da Natureza, integrando as condições ecológicas de produção a modelo de significação e produção ecológica.

Enfim, o que o autor pretende ao longo da teoria da racionalidade ambiental é instigar a transformação do conhecimento em conhecimento ambiental, afirmando ser um este dos principais itens de aprofundamento teórico da Contemporaneidade. Leff (2014) não trata a Natureza como mera matéria no campo das disciplinas ambientais, mas como grande metodologia interdisciplinar nas áreas do conhecimento. Sua noção de sustentabilidade é uma posição crítica contrariando a posição reducionista definindo a Natureza como objeto domesticado e internalizada pela racionalidade econômica e tecnológica dominante.

## 1.2 JUSTIÇA INTERGERACIONAL E A PRÁTICA DA SUSTENTABILIDADE

Considerando os recursos ambientais e a prática da racionalidade ambiental nos cursos de Gastronomia, uma das questões que emerge é como discutir, ou relacionar o assunto às condições do Ambiente e da prática profissionalizante do aluno visando à reflexão constante da sustentabilidade. E pensando que utilizamos os recursos naturais e causamos impactos ambientais na prática profissional, como garantir que esses mesmos recursos podem ser conciliados para suprir a necessidade da nossa e das futuras gerações?

Estaria num pensamento de sustentabilidade induzir o aluno à reflexão de que ele precisa garantir os mesmos recursos e direitos desta geração para a próxima. O

usufruto de diversos recursos pode causar seu esgotamento, para gerações vindouras.

Levar o profissional à reflexão sobre os direitos que regem a sua formação é fazê-lo refletir sobre a garantia de condições iguais ou melhores aos seus descendentes. Os recursos naturais escasseiam, trazendo o questionamento de consumir tudo hoje ou reservar algum tipo de estoque para as gerações futuras. O reconhecimento da sustentabilidade e preservação da Natureza pode ser alcançado no debate da Justiça Intergeracional e na reflexão dos direitos que devemos reservar para a próxima geração, direitos ambientais de ter condição ambiental igual ou melhor que a atual.

Escrito em 1974, pelo economista James Tobin, o conceito de justiça intergeracional prevê que os administradores de instituições detentoras de patrimônio são os guardiões do futuro contra as reivindicações do presente. “Sua tarefa, ao administrar esse patrimônio, é preservá-lo entre gerações. O uso insustentável de recursos naturais leva à injustiça intergeracional”. (TOBIN, 1974 p. 21). No Brasil, aliado a esse conceito, a Constituição de 1988 obrigou a presente geração a preservar o Ambiente e os recursos naturais para as gerações futuras segundo o Artigo 225. O desenvolvimento da coletividade presente deve ser consciente, usando os recursos ambientais sem esgotá-los, já que o bem ambiental é finito. A próxima geração tem o direito a um ambiente, senão melhor, nas mesmas condições atuais.

John Rawls (1997), economista e grande pensador, em sua obra “Uma Teoria da Justiça”, apresenta contribuições para maior entendimento da justiça, aqui especialmente da Justiça Intergeracional, que tenta garantir constitucional de um ambiente equilibrado para esta e as futuras gerações. Nesse contexto, a Justiça Intergeracional é fundada sobre a concepção de que o Planeta e seu ecossistema são legado para nós de nossos ancestrais para ser usufruído aos que vivem e viverão no futuro, ou seja, a geração atual deve manter relações jurídicas criando direitos e obrigações para com as gerações anteriores e posteriores a nós. O conceito da justiça neste caso é o de integrar as dimensões sociais, ecológicas, econômica e ética. Buscar com ela enfrentamento da realidade da Natureza numa sociedade regida pelas relações econômicas.

Assim, cada geração deve preservar e retribuir o recebido de gerações anteriores, permitindo vida melhor em sociedade mais justa. Enquanto a geração atual assume o compromisso para o futuro, o futuro ainda não chegou e não pode ser parte do contrato. É nesse sentido que a ideia de comunidade se torna útil. É dentro de uma comunidade que membros do coletivo encontram sentimento de identidade disseminado ao longo do tempo. Logo, os conceitos de justiça podem ser aplicados nas relações além das atuais. Isso ocorre especialmente na justiça distributiva. Até certo ponto, a geração de hoje exerce poder sobre as futuras e tem a possibilidade de esgotar os recursos de tal maneira que negue os direitos das gerações futuras.

Para Rawls (1997), a sociedade é uma associação sustentável de pessoas que reconhecem e cumprem regras, quando há uma identidade de interesses, para a realização do bem comum em cooperação com o sistema social. Portanto, a preservação ambiental focaliza danos ou consequências para o futuro. Tomando decisões que evitem o esgotamento, considerando o desejo geral de tirar o máximo proveito dos recursos naturais.

Assim, autores a exemplo de Dornelas e Brandão (2010, p. 17) afirmam que o compromisso com as futuras gerações relaciona-se à equivalência ou equidade intergeracional, na qual a solidariedade e a sustentabilidade alicerçam ética nova. “Houve uma crescente conscientização de que as mudanças globais podem ter como efeito a redução da parte da riqueza global a que cada habitante do mundo tem acesso”.

O conceito de equidade intergeracional dos anos de 1980 relaciona-se diretamente ligado à ansiedade desencadeada pelas mudanças globais na segunda metade do século XX, quando disparou o uso dos recursos naturais, causando grande reflexão sobre sua escassez.

Assim o discurso da justiça traz a reflexão e interpretação de nova ética ambiental, num único princípio, o de responsabilidade, no cuidado e na conservação do Planeta. Cabe enfatizar que na necessidade de soluções para a crise ambiental e as agressões ao Ambiente a alternativa é reparar os danos e principalmente buscar saídas de prevenção e proteção do Planeta. Ou seja, cuidar do interesse do outro ainda não nascido.

[...] Ao seguir um princípio justo de poupança, cada geração faz uma contribuição em favor daqueles que vêm depois e a recebe de seus predecessores. Não há como as gerações posteriores possam ajudar a situação das gerações anteriores menos afortunadas (RAWLS, 1997, p. 317).

Destaca-se ainda, a ligação da Justiça Intergeracional ao Desenvolvimento Sustentável, pois atende as necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras. Os trabalhos da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas, em 1987, produziram o “Nosso Futuro Comum”, conhecido mundialmente como Relatório Brundtland: “Relatório o qual os governos se comprometem na promoção do seu desenvolvimento econômico e social sem comprometer o ecossistema vigente” (VENTURA, 2008 p.56).

Seguem-se outros documentos na temática da equidade intergeracional, tais como: documentos de proteção dos direitos humanos, no preâmbulo da Declaração de Estocolmo de 1972, a primeira a formular o princípio ambiental reafirmado por diversos tratados internacionais e outros instrumentos internacionais; na 29. Sessão da Conferência Geral da Unesco em 1997 em Paris; na Declaração sobre a Responsabilidade das Presentes Gerações em torno das Futuras gerações.

Portanto, as bases da equidade intergeracional encontram-se em documentos internacionais como na carta das Nações Unidas; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Convenção Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos; Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Que sustentam a matriz filosófica da justiça a partir da preservação socioeconômico-ambiental. Assim enfatizam Dornelas e Brandão (2010, p. 8):

[...] muito além de leis internas e diplomas internacionais, a efetivação do princípio da equidade intergeracional e dos direitos das gerações futuras perpassa pela conscientização das pessoas, governantes e instituições do compromisso ético a ser travado na tutela ambiental e do desenvolvimento sustentado, onde cada vez mais, com o desenvolvimento científico e

tecnológico, faz-se necessário a adoção de medidas precaucionárias atreladas aos direitos dos que ainda virão.

A equidade intergeracional incorporada ao princípio do desenvolvimento sustentável resolve então questões emergentes da sociedade moderna representa o controle dos riscos e o compromisso ético de preservar os bens ambientais para as gerações futuras, sustentadas pela qualidade de vida ambiental considerando as necessidades humanas. A justiça intergeracional emerge para garantir o direito ao Ambiente equilibrado, propondo também o dever do Estado e da Sociedade de mantê-lo e protegê-lo.

[...] a ideia de justiça ambiental deve reforçar a relação existente entre direitos e deveres ambientais, objetivando uma redistribuição de bens sociais e ambientais que possa rumar para uma equalização de direitos entre ricos e pobres – e entre os países de Norte e países do Sul na ordem internacional sendo que todos são, em maior ou menor medida, reféns das condições ambientais. (FENSTERSEIFER, 2008 p. 108).

Assim, a justiça se sobrepõe à esfera espacial e temporal buscando justiça para o futuro, pois trata de ameaças à Humanidade. É nessa ideia contratual e preservacionista que se reconhecem as práticas sustentáveis. Imaginar que todos têm parcela de dívida com as gerações futuras é pensar que os métodos de racionalidade precisam ser reformulados e ressignificados para uma óptica ambiental, voltada à sustentabilidade.

A conscientização e a reflexão de uma preservação dos recursos promove senso de justiça dessa geração em relação à futura. É na equidade e na busca de uma condição melhor de vida para o Planeta que se gera a sustentabilidade atrelada à racionalidade ambiental. Na busca de condições adequadas de vida, do entendimento dos saberes culturais e na preservação ambiental que acontecerá a real preservação associada ao crescimento.

## **CAPÍTULO II: UNIVERSIDADE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, INTERDISCIPLINARIDADE E GASTRONOMIA**

Neste capítulo, faz-se uma análise sobre o papel da universidade na formação profissional. Bem como seu papel ao longo da história e a adaptação da educação nos dias atuais. Busca-se ao longo deste capítulo trazer discussões sobre a educação ambiental na educação básica e seu reflexo na educação superior.

Ao final se apresenta a gastronomia através de um breve relato histórico, como se desenvolveu ao longo do tempo se transformando em curso superior de graduação. Ao final se abre o campo para a apresentação metodológica da pesquisa empírica.

Dentre as principais características de uma universidade se destaca seu papel na formação profissional e cidadã junto à pesquisa, extensão e ensino. É indiscutível o protagonismo socioambiental da Universidade ao inserir o profissional em diversos setores da Sociedade. A Universidade é caracterizada por gerir o campo de diversos saberes científicos, sendo responsável pelo diálogo sobre novos valores humanos; exercita os papéis sociais da cidadania e leva o conhecimento de novas realidades, incluindo a socioambiental.

A Ciência por sua vez é propulsora da qualidade de vida e conseqüentemente ambiental. O ensino e a educação são o cerne da missão da Universidade diante do desenvolvimento sustentável e a nova função da Universidade no século XX é a educação para o reconhecimento de diversos saberes culturais das reais condições ambientais e guiar a educação para as práticas da sustentabilidade e preservação da Natureza.

A questão ambiental é tema de transversal de diversos módulos de uma graduação, assim como tema que perpassa todos os campos de conhecimento em uma universidade. Ambiente e sustentabilidade podem inserir-se em qualquer disciplina, sobre a óptica de qualquer tema. Pois cada disciplina contempla campos de reflexão envolvendo questões políticas, socioeconômicas, filosóficas, jurídicas. Configurando na Universidade o campo de exercício da racionalidade ambiental de Leff (2014) e integrando as questões ambientais nas diversas ciências.

A Universidade é instituição de ensino superior multidisciplinar formadora de profissionais de nível superior, de investigação, extensão e domínio e cultivo do saber humano<sup>1</sup>. O dinamismo de ampliação das instituições de ensino superior ocorreu em várias partes do planeta com orientações ideológicas bem distintas: “[...] a universidade teve por fim cultivar e transmitir o saber humano acumulado, missão que ela cumpriu com persistência” (WANDERLEY, 1983, p. 37). A Universidade

---

<sup>1</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB define e regula a educação brasileira segundo os princípios constitucionais. Foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934.

fornece o ensino e se configura campo de incentivo e práticas de diversas pesquisas. Também oferece a educação superior equivalente aos níveis de graduação e pós-graduação – *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu*. Toda universidade usufrui de autonomia para executar suas finalidades, em estrita observância ao texto constitucional, mas dá ao Estado o direito de verificar, sancionar e investigar o uso das prerrogativas nas suas atividades.

A Universidade, também, desempenha papel de ator social na construção e mudança do comportamento humano. Por isso, o tema da Universidade, órgão tão abrangente. Originada nas instituições greco-romanas, ganham características ao longo de sua evolução. Seus principais objetivos tornam-se produzir e difundir conhecimentos, contato com a cultura regional e cultura internacional. As mesmas foram criando ao longo da sua história trabalhos científicos e técnicas incidindo na formação e continuidade das sociedades humanas.

A tendência é as universidades manterem características conservadoras, porém, segundo Wanderley (2009), elas foram se adaptando às transformações históricas de seu tempo; mas o ensino sempre se caracterizou como função primordial. A partir da constatação da necessidade da produção de conhecimentos ela se tornou uma das maiores forças de expansão do conhecimento. A própria Universidade provou ao longo dos séculos sua viabilidade objetivada na investigação, no ensino e na extensão; buscava-se transformar os indivíduos, fazê-los conhecer o Universo e o Planeta potencializando suas ações sociais e humanas.

Diversos modelos de racionalidade estabilizam-se nas normas das universidades: justiça, igualdade, progresso e democracia compõem sua racionalidade substantiva complementando ou confrontando a racionalidade instrumental voltada ao entendimento das técnicas e suas concretizações. Nesse processo, cada universidade edifica modelo próprio de administração para formação de profissionais voltados às exigências de mercado e do capitalismo em geral. Suas pesquisas se completam na dimensão da extensão, responsável pela chamada de prestação de serviços. Esta, segundo Wanderley (2009) busca levar à Sociedade seus recursos acumulados, praticando desde a captação de recursos para a Universidade até a extensão de suas produções e contribuições aos que não têm acesso ao curso

superior. “A extensão tem como uma finalidade básica a universidade, pois a sua aplicação pode levar à redefinição de cursos e reorientação das pesquisas, dando sentido à ciência e ao conteúdo da formação profissional”. (COELHO & DALBEN, 2011, p. 2)

Tais questões contempladas anteriormente atrofiam a capacidade de reconhecimento da natureza cultural da Universidade e estimulam o produtivismo imposto pelo mercado. As funções trazidas pelo capitalismo pediram da universidade transformação, expansão e aumento de objetivos. Automaticamente aumentou a população discente e docente.

Assim, a alta especialização na divisão da Ciência aumenta a particularização nos campos do conhecimento. O próprio método de investigação concebido enfoca a percepção da unidade restringindo a visão de todas as cadeias de saber. Confrontando os objetivos da UNESCO sobre as funções da Universidade, prescritos em sua Declaração de 1998, que articula a formação e pesquisa e reafirma o papel da Universidade:

[...] Artigo 1º: A missão de educar, formar e realizar pesquisas. Afirmamos que as missões e valores fundamentais da educação superior, em particular a missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável e o melhoramento da sociedade como um todo, devem ser preservados, reforçados e expandidos ainda mais, a fim de: a) educar e formar pessoas altamente qualificadas, cidadãos e cidadãs responsáveis, capazes de atender às necessidades de todos os aspectos da atividade humana, oferecendo-lhes qualificações relevantes, incluindo capacitações profissionais nas quais sejam combinados conhecimentos teóricos e práticos de alto nível mediante cursos e programas que se adaptem constantemente às necessidades presentes e futuras da sociedade; b) prover um espaço aberto de oportunidades para o ensino superior e para a aprendizagem permanente, oferecendo uma ampla gama de opções e a possibilidade de alguns pontos flexíveis de ingresso e conclusão dentro do sistema, assim como oportunidades de realização individual e mobilidade social, de modo a educar para a cidadania e a participação plena na sociedade com abertura para o mundo, visando construir capacidades endógenas e consolidar os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a democracia e a paz em um contexto de justiça; c) promover, gerar e difundir conhecimentos por meio da pesquisa e, como parte de sua atividade de extensão à comunidade, oferecer assessorias relevantes para ajudar as sociedades em seu desenvolvimento cultural, social e econômico, promovendo e desenvolvendo a pesquisa científica e tecnológica, assim como os estudos acadêmicos nas ciências

sociais e humanas, e a atividade criativa nas artes; d) contribuir para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural; e) contribuir na proteção e consolidação dos valores da sociedade, formando a juventude de acordo com os valores nos quais se baseia a cidadania democrática, e proporcionando perspectivas críticas e independentes a fim de colaborar no debate sobre as opções estratégicas e no fortalecimento de perspectivas humanistas; f) contribuir para o desenvolvimento e melhoria da educação em todos os níveis, em particular por meio da capacitação de pessoal docente. (UNESCO, 1998 p.2).

Segundo a UNESCO (1998), existe no cenário uma preocupação em superar a fragmentação do conhecimento e das práticas que visam à formação de técnicos capacitados responderem às exigências do mercado, caracterizando os desafios contemporâneos das instituições de ensino na superação do pensamento individualista do saber instrumentalizado. Como unir os pensamentos em torno de um escopo coletivo?

A resposta, segundo Wanderley (2009), pode estar contida na interdisciplinaridade ou diálogo multidisciplinar, que é o diálogo entre as ciências que provêm de horizontes diversos analisando tema comum. Cada um contribui com sua metodologia específica em seu campo do conhecimento, mas a interdisciplinaridade exige repensar os programas pedagógicos, as relações professor-aluno enfocando as relações Universidade-Sociedade. Abre-se, então, noção de participação coletiva, integrando todos os âmbitos.

[...] num estudo ou pesquisa, há a pretensão de cada disciplina trazer a sua contribuição específica, somando esforços e mesmo empregando categorias analíticas próprias de cada uma delas (do mesmo modo, área de campo). Ainda que cada uma se fixe nos seus pressupostos teóricos e nas suas metodologias, tem havido, quando há um interesse coletivo explícito, a revisão de pontos de vista e até mesmo incorporação de aspectos das abordagens de ambas. (WANDERLEY, 2009 p. 156)

Assim, a Universidade contribui para formar sujeitos plurivalentes com visão aberta, rompendo com a cultura fragmentada e instrumentalizada. Para mudar, a Universidade deve abandonar sua forma tradicional de ensino, pesquisa e extensão

e vencer os obstáculos do conformismo que recusa as novas condições do Planeta e da Sociedade. “[...] se a instituição universitária não começar a pensar de forma interdisciplinar, ela estará de costas para o futuro”. (SPERANDIO, 1997 p.51).

Ao longo da História a missão da Universidade se definiu na formação de pesquisadores, pensadores independentes, produtores de conhecimento. Logo, a organização das universidades deve favorecer as trocas de saberes entre os pesquisadores, professores e estudantes. “Se trata de fato de ensino, ele deve pensar o caráter de uma descoberta livre, realizada em comum por mestres e alunos”. (SOUSA FILHO, 2006 p. 5)

Nesse caso, Universidade procura identificar-se como instituição que organiza e promove a política do pensar, para formar profissionais prontos adaptados aos problemas e exigências sociais. “A educação universitária deve conduzir os alunos a atos filosóficos e a uma compreensão histórico-social da realidade” (SOUSA FILHO, 2006 p. 6). A tarefa de preparar os indivíduos a integrarem o desenvolvimento técnico, científico e cultural equilibrando a dimensão da formação do profissional mercadológico e a educação de modo científico que lhe confere visão crítica da Realidade, problematiza a vida e cria ética nas relações sociais e humanas.

## 2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INTERDISCIPLINARIDADE NA UNIVERSIDADE

Antes mesmo do domínio do homem, o fogo já existia na natureza como processo espontâneo iniciado por um raio ou faíscas naturais; após a descoberta, há pouco mais de vinte mil anos, produziu em cavernas luz, calor que por sua vez criou o hábito de cozinhar e conservar os alimentos através de sua fumaça. Mais tarde, o fogo começou a ser usado na produção de cerâmica e na metalurgia. Os saberes e o entendimento do Ambiente caracterizam contato direto com as condições ambientais e adaptações. Emerge assim num primeiro momento noção de domesticação das condições para práticas humanas, entendimento de partilha entre o homem e os recursos que o cerca.

Logo, o Homem aprendeu a cultivar seus alimentos, deixando assim de ser nômade. Acabou com as correntes migratórias em busca de comida construindo moradias e

acumulando ferramentas. Começou a domesticar os animais e desenvolver a pecuária há mais de dez mil anos. “Há menos de cinco mil anos aprendeu a extrair ferro da natureza que criou novas ferramentas, que ampliou sua área de cultivo.” (CASCUDO, 1983 p. 62)

Essas organizações sociais são caracterizados como: agrárias, artesanais e extrativistas. Fundam-se na experiência imediata, na tentativa e erro, no bom senso, sincronizados com o Ambiente, extraindo da Natureza para a Sociedade todas suas necessidades sem expor o ambiente a condições extremas. O Homem encontrou nos recursos naturais maneiras de exploração sem conscientização dos impactos futuros.

Em Weber (2004) já se nota que o sucesso econômico, a racionalização da sociedade ocidental e o desenvolvimento do capitalismo distanciaram o Homem do Ambiente. Renunciando aos instintos e à participação na Natureza, o Homem desencadeia o fenômeno de desencanto ante o Mundo. Esse fenômeno é identificado quando o homem moderno despe-se de suas tradições, costumes e crenças aprendidas nos pilares da Religião ou de saberes não científicos, buscando explicações baseadas nos questionamentos da racionalidade instrumental e técnica, assim quebrando noções culturais ancoradas no saber ambiental. O sujeito se distancia e o Mundo se desencanta para ele, passando a sensação de não pertencimento ao Meio, sendo visto tal qual explorador e utilizador dos recursos.

Tais condições se ampliam com a revolução industrial no século XIX, quando o homem utiliza predatoriamente os recursos para aumentar a produção, desencadeando degradação ambiental. Essa época é marcada por mudança no comportamento social ocorrido pelo consumo em massa, exploração e solidariedade mecânica. Após a Segunda Guerra Mundial, o Mundo conhece as descobertas da física nuclear, estruturas de DNA, o domínio empresarial concentra a mão de obra no setor terciário, o ramo da comunicação se ramifica e se torna mais acessível e a tecnologia concentra toda a importância para si. Tais acontecimentos preocuparam-se com o Ambiente. Evidenciam-se no Planeta as cicatrizes do consumo desregrado estimulado pela cultura capitalista. “O potencial destrutivo gerado pelo

desenvolvimento capitalista o colocou numa posição negativa com relação à natureza” (GADOTTI, 2000 p.31).

Essa pequena revisão histórica ressalta o potencial destrutivo da exploração crescente dos recursos naturais. O aumento populacional, o desejo pelo consumo provocado pela sociedade capitalista abalam a Natureza, caracterizando distanciamento Homem-Meio. Enrique Leff evidencia os impactos da exploração econômica da Natureza:

[...] a destruição ecológica e o esgotamento dos recursos não são problemas gerados por processos naturais, mas determinados pelas formas sociais e pelos padrões tecnológicos de apropriação e exploração econômica da natureza. (2008 p.49).

O ser humano se depara hoje com sérios problemas ambientais devidos ao consumo, falta de políticas de prevenção e cuidado com a Natureza. O ser humano tem degradado o Planeta e deve comprometer-se com mudanças necessárias à sobrevivência do Planeta.

A evidência do esgotamento dos recursos naturais permite nova forma de pensar, acarretando a discussão de novo tipo de razão. A problemática ambiental é responsabilidade da espécie, para com a Humanidade e as próximas gerações. “[...] é sobretudo um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida” (LEFF, 2008 p.57).

O modo de vida atual é o do desenvolvimento oriundo das práticas capitalistas. Existe desconexão entre os objetivos da economia e os ambientais. Alternativas tendentes a barrar ou minimizar a destruição são discutidas desde a partir da Conferência de Estocolmo, de 1972 promovida pela ONU. Essa alternativa continua usando o Ambiente como objeto, sem conduzi-lo ao seu fim. Evidencia-se que só é sustentável com utilização consciente do Ambiente, gerando a economia justiça social, bem-estar e riqueza a todos, incluindo o Ambiente.

### 2.1.1 Educação Ambiental no Âmbito Da Universidade

Uma crise ambiental se torna evidente na década de 1960 e assume cunho social a partir da evidência da interferência do Homem na Natureza conforme destacada na seção anterior. Nota-se que é muito recente a preocupação com as questões ambientais e os impactos da exploração dos recursos do Planeta. A Educação Ambiental – EA - no âmbito universitário se destaca enquanto a principal ferramenta de inclusão dos temas interdisciplinares e transversais sobre as questões ambientais, sustentabilidade e reflexão sobre os modelos de ensino na busca do real entendimento desses temas.

Marcam, então, a década 1960 grandes publicações sobre o Ambiente e efeitos do desenvolvimento no Planeta. Em 1962, Rachel Carson, em “*Silent Spring*”, analisou as consequências do uso de inseticidas. Em 1968 foi criado por cientistas o “Clube de Roma”, que produziu relatórios sobre das questões ambientais e os limites do crescimento humano. O relatório intitulado “Limites do Crescimento” concluiu existir: “[...] a necessidade urgente de buscar meios para a conservação dos recursos naturais e controlar o crescimento da população, além de se investir numa mudança radical na mentalidade de consumo e procriação” (REIGOTA, 2001 p.13).

Um marco importante para a discussão do planeta foi a Conferência de Estocolmo em 1972. Teve como objetivo principal a conscientização da sociedade com relação à natureza e o ambiente. “[...] Chegamos a um momento da história em que devemos orientar nossos atos em todo o mundo com particular atenção às consequências que podem ter para o meio ambiente” (ONU, 1972 p.2). Foi a primeira atitude mundial de preservação dos recursos naturais para atender as necessidades da atual população, buscando compromisso com as gerações futuras. Acreditava-se ser o ambiente fonte inesgotável, e a natureza era utilizada para o conforto e consumo, sendo a principal fonte para a ação humana.

O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala

sem precedentes, tudo que o cerca. Os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida mesma. (ONU, 1972 p.1)

Além de integrar os seres vivos ao ambiente, diversos problemas foram tratados na conferência de Estocolmo como o efeito estufa, secagem de lagos e rios etc. E tais assuntos discutiam o modelo de crescimento e exploração da Natureza. Medidas como redução da poluição e abrandamento das atividades industriais são consideradas fundamentais ao controle da ação do Homem no Planeta. Convidando a Sociedade à participação:

Para se chegar a esta meta será necessário que cidadãos e comunidades, empresas e instituições, em todos os planos, aceitem as responsabilidades que possuem e que todos eles participem equitativamente, nesse esforço comum. (ONU, 1972 p.2)

Assim como convida os países desenvolvidos e em desenvolvimento para a conscientização de seu crescimento. Iniciando assim reflexão sobre as consequências que serão sentidas pelas gerações futuras pelo desenvolvimento desenfreado. “[...] A Conferência encarece aos governos e aos povos que unam esforços para preservar e melhorar o meio ambiente humano em benefício do homem e de sua posteridade”. (ONU, 1972 p.2)

Outro importante marco para a história da sustentabilidade foi em 1976, na criação de um documento produzido a partir de diversas organizações que tinham o objetivo de uma gestão racional dos ecossistemas intitulado “Declaração de Cocoyoc”. Importante, pois na declaração se constrói a percepção entre a Natureza e a Sociedade. A matriz da declaração focada no consumo sustentável com nova organização da economia visa satisfazer as necessidades humanas e a segurança ambiental, com base na solidariedade intergeracional no manejo dos recursos naturais.

A declaração aprofundou discussões sobre ambiente, desenvolvimento, pobreza, utilização pesada dos recursos naturais principalmente em países da África, Ásia e América Latina. Ressalta não se relacionar o problema econômico e social à escassez e sim à má distribuição; aponta as necessidades básicas dos seres humanos, estabelece também que o padrão de consumo abala o Ambiente e exorta ao consumo consciente principalmente dos ricos. “[...] A par dessas observações, surge à sugestão que os países industrializados precisam baixar seu nível de consumo, bem como devem diminuir a poluição na biosfera.” (MORAES, 2000 p.12).

A Declaração de Cocoyoc estabelece que a Sociedade deve voltar-se aos direitos humanos básicos como saúde, educação e moradia. Que exigem novos modelos de desenvolvimento e novas técnicas de estilo de vida e consumo, principalmente pelos países desenvolvidos.

Em 1977, a “I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental” na Geórgia definiu as bases conceituais de ensino da educação ambiental, destacando-se os objetivos.

a) Um dos principais objetivos da Educação Ambiental consiste em permitir que o ser humano compreenda a natureza complexa do meio ambiente, resultante das interações dos seus aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais; b) São características da Educação Ambiental: o enfoque educativo interdisciplinar e orientado para a resolução de problemas; a integração com a comunidade; ser permanente e orientada para o futuro; c) Que a Educação Ambiental não seja uma nova disciplina. Há de ser a contribuição de diversas disciplinas e experimentos educativos ao conhecimento e à compreensão do meio ambiente, assim como à resolução dos seus problemas e à sua gestão. Sem o enfoque interdisciplinar não será possível estudar as inter-relações, nem abrir o mundo da educação à comunidade, incitando seus membros à ação; d) Constitui um modo de transformar e renovar a educação o desenvolvimento de uma Educação Ambiental orientada para a busca de soluções para os problemas concretos, que os analise sob um marco interdisciplinar e que suscite uma participação ativa da comunidade para resolvê-los. (DIAS, 2000 p. 210).

A Educação Ambiental é desenvolvida nos aspectos compondo a complexidade ambiental, incluindo as temáticas políticas, sociais, científicas e culturais. Assim, proporcionando à criação de sentidos e valores as atitudes necessárias à proteção ambiental, mudando o comportamento dos grupos sociais e buscando as soluções

para os problemas ambientais. Ressalte-se que a Educação Ambiental se torna o maior veículo da interpretação e reflexão da sustentabilidade no campo acadêmico. E quando trabalhada nas matrizes curriculares com auxílio da interdisciplinaridade, leva ao aluno as informações necessárias à compreensão dos múltiplos saberes na discussão e formação da racionalidade. Discutir a Universidade como campo de saberes interdisciplinares para a formação da consciência ambiental é o principal objetivo desta pesquisa.

Documentos firmados posteriormente seguiram as necessidades dos países, como na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1987, com o relatório “Nosso Futuro Comum”. Brundtland (1987) ressalta a importância de cada país produzir uma agenda de trabalho comum para tratar dos problemas ambientais. O relatório “Nosso Futuro Comum” sustentou as análises concretizadas na Rio-92.

A Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento, foi a primeira reunião com resoluções programáticas internacionais, mostrando-se extremamente importante ao explicitar a sustentabilidade ambiental e aprovar a Agenda 21, que foram 21 compromissos acordados entre os países, assumidos para incorporarem as políticas públicas de cada país, conduzindo ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, mais do que um documento, a proposta da Agenda 21 significou um marco estratégico na aproximação entre a política ambiental e a política de desenvolvimento, um tipo de conciliação que teve por suporte esse amálgama semântico chamado sustentabilidade. Entretanto, o sucesso dessa proposta deveria estar atrelado aos novos modelos de gestão dos problemas ambientais, mobilizando, para tanto, diferentes atores: Estado, sociedade civil e os agentes de desenvolvimento (nacionais e internacionais). (TRIGUEIRO; LEONARDO, 2012 p. 02).

Entende-se, então, que a Agenda 21 orienta os governos para priorizar os recursos ao desenvolvimento sustentável. Podemos então refletir que a Rio-92 é um marco nas mudanças dos paradigmas, com a leitura dos problemas envolvendo exploração dos recursos naturais, problemas de produção desenfreada e consumo em massa. Em 1997, a UNESCO organizou a “Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e

Sociedade”, que discutiu a conscientização para a sustentabilidade, destacando as questões:

a) o rápido crescimento da população mundial e a mudança em sua distribuição; b) a persistência da pobreza generalizada; c) as crescentes pressões sobre o meio ambiente devido à expansão da indústria em todo o mundo e o uso de modalidades de cultivos novos e mais intensivos; d) a negação contínua da democracia, as violações dos direitos humanos e o aumento de conflitos e de violência étnica e religiosa, assim como a desigualdade entre homens e mulheres; e) o próprio conceito de desenvolvimento, o que significa e como é medido. (UNESCO, 1999 p. 23).

Evidencia-se assim que a reunião da UNESCO alertou que os objetivos da Agenda 21 não foram aplicados, ficando somente no campo das intenções governamentais. Grande marco do manifesto ambiental ocorreu em 2002 em Johannesburg na “Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável” conhecida como Rio+10 com a principal discussão de que era fundamental à educação para a construção da racionalidade ambiental. Em paralelo, no Brasil regulou a Lei 9.795/99 por meio do Decreto 4.281/02 (BRASIL, 2017), guiando as ações governamentais de Educação Ambiental nos âmbitos formais e não formais do ensino.

Este breve histórico mostra os movimentos ambientais e suas preocupações em reconstruir os princípios da educação voltada ao entendimento da Natureza. Assim, o diálogo da educação ambiental importa na formação profissional superior, pois o profissional instrumentalizado na área de conhecimento afim deve voltar-se à consciência ambiental para definir seu papel; não só como prática profissional, mas, consciente dos impactos potenciais. Como enfatizado sobre a importância do estudo de meio ambiente nos parâmetros curriculares de ensino do Brasil na educação básica, enfatizado como:

[...] principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e a atuar na realidade sócio-ambiental de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso, é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos. (BRASIL, 1998 p. 67).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN - do Ministério da Educação (BRASIL, 1998), questões referentes a ética, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual, saúde, trabalho e consumo integram a proposta educacional como temas transversais.

Os PCN contemplam o Ambiente como tema transversal no ensino, buscando conscientizar o cidadão comprometido com a vida e a realidade ambiental e social. Propõe ao educador trabalhar com temas de maneiras transversais em todas as etapas do curso rumo a valores ligados à sustentabilidade. A interação entre as disciplinas e discussão do tema em todas as etapas da formação garante ao aluno a visualização crítica e racional do Ambiente embasada no comportamento social.

Trabalhar de forma transversal significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes. Cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente, assim como os demais Temas Transversais. Essa adequação pressupõe um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, para haver explicitação dos valores que se quer transmitir e coerência entre estes e os experimentados na vivência escolar, buscando desenvolver a capacidade de todos para intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade. (BRASIL, 2001 p. 193)

Os temas propostos de acordo com Brasil (2001) criam vínculo entre a educação básica e a educação superior. Os mesmos comprometimentos da Educação Ambiental executados no ensino fundamental e médio são propostos e reformulados de acordo com as matrizes de curriculares dos cursos nas universidades e faculdades. Visa-se, assim, uma maior prática dos temas de sustentabilidade e meio ambiente focando na participação profissional dos indivíduos em suas carreiras profissionais.

Os cursos de Gastronomia, com suas características ligadas à comensalidade na área de Turismo e Hospitalidade, juntamente com cursos como Gestão de Eventos, Hotelaria, Gestão de Turismo etc., adéquam-se a tais metas. Aproximando-se do

turismo pelo serviço de alimentos e bebidas. “[...] um elo forte da cadeia produtiva do turismo, pois o turista necessariamente busca alimentação quando está fora do seu ambiente” (BRASIL, 2010).

Por ter matriz tecnológica o curso segue, de acordo com o Ministério da Educação, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, atual referência para criação e manutenção dos cursos de tecnologia, publicado em 2010. Define que o curso precisa ter a carga horária mínima 1.600 (mil e seiscentas) horas, afora infraestrutura com “[...] biblioteca, incluindo acervo específico e atualizado; cozinha fria e quente; laboratório de bebidas; laboratório de informática com programas específicos; laboratório de panificação e confeitaria; e restaurante didático” (BRASIL, 2010, p. 44 e 45).

Portanto, o maior desafio da educação é em adotar posturas educativas críticas e coerentes com a formação dos cidadãos. Ambientalmente, não significa ter discurso de despoluição, preservação, reciclagem de lixo ou economia de água. A real significância está na busca das soluções dos problemas ambientais na dimensão social, e aqui a educação ambiental tem um significado bem maior que ecologia. A educação ambiental apropria-se a lidar com problemática tão abrangente e complexa quanto Ambiente. A educação ambiental pede profissionais aptos a instigarem mudanças de comportamentos nos alunos, conduzindo de fato ao desenvolvimento sustentável.

### **2.1.2 Interdisciplinaridade e Educação Ambiental**

A complexidade das questões ambientais propõe reflexão crítica sobre seu marco conceitual. Para o entendimento do Ambiente e sua forma de análise enquanto problema social, a Interdisciplinaridade, com sua metodologia, orienta a gestão e o entendimento de diversos saberes caracterizadas pelo entrosamento de múltiplas culturas com fim de apropriação social do Ambiente.

A interdisciplinaridade se mostra no campo dos saberes rico palco de questionamentos que na década de 1960, na Europa, através dos movimentos estudantis, buscavam nova educação. Diante da crise ambiental e toda sua

problemática a interdisciplinaridade, com sua metodologia aparece como solução da crise criada pelo desenvolvimento tecnológico e científico,

[...] como problemática contemporânea, compartilhando o sintoma de uma crise que se manifesta pelo fracionamento do conhecimento e pela degradação do ambiente, marcado pelo logocentrismo da ciência moderna e pelo transbordamento da economização do mundo guiado pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado. (LEFF, 2011 p. 309).

Percebe-se então que, de acordo com Leff, a crise da Sociedade é crise do Saber, e a problemática ambiental se desdobra num campo de relações Sociedade-Natureza requerendo abordagem interdisciplinar que as integre e produza o saber ambiental. A metodologia interdisciplinar e transdisciplinar é a única capaz de reintegrar o conhecimento para analisar a realidade complexa e assim permitir “[...] ao homem compreender e utilizar melhor os recursos da biosfera para a satisfação de suas necessidades.” (LEFF, 2011 p.310).

E para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira – INEP - o aluno egresso dos cursos de Gastronomia deverá ter capacidades de refletir, discutir e praticar a preservação ambiental, segundo a Portaria Inep 223 de 2015, Seção 1, p. 19, que contempla os cursos de tecnólogos de gastronomia afirmando que o profissional deverá ter “[...] aptidão para planejar, elaborar, analisar e implementar cardápios com base nos conhecimentos técnicos e científicos, considerando fatores nutricionais, sensoriais, históricos, culturais, éticos, econômicos e de responsabilidade socioambiental.”

Nota-se então que a inserção dos temas relacionados à sustentabilidade e Ambiente pode ser trabalhada em várias áreas do saber segundo o eixo Sociedade-Vida-Natureza. O tema perpassa toda a grade de ensino se tornando a principal metodologia para reflexão de atitudes e conscientização dos atos. A transdisciplinaridade depara-se com rotinas e conflitos e é grande desafio para a Universidade, resgatando a reflexão sobre as questões ambientais, verificando o que ainda não está explícito ou antecedendo ações e atitudes necessárias; é o principal caminho para direcionar a sustentabilidade. Iniciando pela mudança das

atitudes com relação à integração do ser humano com seu patrimônio básico: o Ambiente.

A interdisciplinaridade pode ser compreendida como construção aberta do conhecimento pelo diálogo e aproximação das ciências e saberes. Ela permite a apreensão da totalidade social sem idealizar o todo ou misturar teorias incompatíveis com sua perspectiva investigativa.

Sobre a possibilidade de reintegrar conhecimentos e saberes que, mais além do afã retotalizador das visões holísticas e os métodos sistêmicos, abra uma via de reapropriação do mundo pela via do saber. É nessa perspectiva que se inscreve, hoje em dia, a reflexão sobre uma prática interdisciplinar fundada em um saber ambiental (LEFF, 2011 p. 313).

A interdisciplinaridade adquire sentido, pois enfrenta o pensamento objetivado das ciências modernas que desconhecem os processos históricos, culturais e as estratégias de poder que existem no terreno do conhecimento ambiental. “O objetivo unificador e reducionista do logocentrismo da ciência moderna surge do desejo de encontrar um único princípio organizador da matéria.” (LEFF, 2011 p. 317). É nessa abordagem que a interdisciplinaridade se constrói como princípio epistemológico, pois articula as ciências através dos meios biológicos, físicos, histórico e simbólico. A interdisciplinaridade reconhece as especificidades conceituais de cada ciência e interage com os diversos campos do conhecimento.

Em sua produção científica a interdisciplinaridade tende a naturalizar processos políticos e ocultar a reapropriação da Natureza, desconsiderando interesses e conflitos relacionados a estratégias dominantes da globalização econômica versus lutas pela autonomia, autogestão de comunidades etc.

Lembrando que a interdisciplinaridade é mais que somatório de paradigmas, ela inaugura paradigmas do conhecimento para refletir sobre o saber ambiental excluído dos saberes científicos. O que mostra que os conflitos ambientais não serão resolvidos pelos vieses do poder científico, da economia ou até mesmo da ecologia, pois são saberes objetivados que não explicam a amplitude da complexidade ambiental.

A interdisciplinaridade é chamada para a complexidade, a reestabelecer as interdependências e inter-relações entre processos de diferentes ordens de materialidade e racionalidade, a internalizar as externalidades [...] dos processos excluídos dos núcleos de racionalidade que organizam os objetos de conhecimento das ciências (de certos processos ônticos e objetivos). (LEFF, 2011 p. 319).

Com essa abordagem, a interdisciplinaridade tem exposto seu papel de recompor esse saber fracionado pela racionalidade técnica. A interdisciplinaridade reage no campo do saber ambiental lidando com o real complexo. “O ambiente é um real solidário da complexidade, da diversidade da ‘generatividade’ e da criatividade.” (LEFF, 2011 p.322). Não implicando simples integração de disciplinas em campo analítico, mas desenvolver escolas de pensamento para diálogos interdisciplinares.

A própria racionalidade ambiental requer interdisciplinaridade como extensão e intervenção entre as disciplinas para favorecer o intercâmbio no campo dos conhecimentos e saberes populares e abrir-se aos paradigmas do saber; a interdisciplinaridade acende o pensamento rumo à produção de novos conhecimentos que interagem em diversas disciplinas de um curso.

[...] uma intersubjetividade, não pretende a construção de uma superciência, mas uma mudança de atitude frente ao problema do conhecimento, uma substituição a problema do conhecimento, uma substituição da concepção fragmentária para a unitária do ser humano. (FAZENDA 2002 p. 40)

Essa abordagem interdisciplinar pretende superar a fragmentação do conhecimento, compreender de maneira global o Ambiente e tentar trabalhar a interação e o equilíbrio do ser humano no Ambiente. Daí a interdisciplinaridade “[...] caracterizar a colaboração existente entre as disciplinas diversas ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência [...] Caracteriza-se por uma intensa reciprocidade nas trocas, visando o enriquecimento mútuo”. (FAZENDA, 2002, p.41).

A problemática ambiental, contudo, consequência da objetivação e das formas de conhecimento da Natureza, expande o campo de reflexão do Homem para alcançar

a sustentabilidade. Não é por si o caminho, pois não é possível resolver a crise ambiental meramente por administração científica da Natureza. O saber ambiental demonstra tais fatos ao comprovar que “apropriação da natureza implica estratégias de poder no saber”. (LEFF, 2011, p.330).

O que Leff afirma é que a Natureza é administrada por valorações e significações com origens culturais. Ele demonstra que o que hoje se encontra em jogo é: “[...] estratégia de poder em torno da conservação ecológica no processo de globalização” (2011 p.330) visando à apropriação científica do Ambiente para sua valorização mercantil, ou seja, converter o ambiente em capital.

A interdisciplinaridade abre o diálogo entre os saberes e vai de encontro ao pensamento coisificado das ciências, pretendendo retotalizar o conhecimento diverso. O saber ambiental reconfigura hoje as identidades individuais e coletivas enquanto reconstrói a realidade pelo seu próprio viés,

[...] que busca a igualdade, enfrentando as hierarquias de uma sociedade estratificada e normalizada e que, ao mesmo tempo, reforça a emancipação pessoal do sentido contemporâneo, abrindo as comportas para a era do vazio e para a cultura da pós-modernidade. (LIPOVETSKY, 1986, *apud* LEFF, 2011, p.331).

O saber ambiental funda-se assim nas identidades da coletividade cultural e dá sentido à racionalidade ambiental através das práticas culturais diversas quebrando o campo estabelecido pela racionalidade formal unificante do conhecimento objetivo.

É nessa ruptura, nesse limite, dessa desconstrução do *logos*, nessa sacudida e nesse desencadeamento do poder imposto pelo conhecimento, que o propósito da interdisciplinaridade se abre para a reconstrução do saber, na via de reconstituição das identidades e no diálogo com outros saberes, na construção de um futuro aberto até o infinito, a ‘alteridade’ e a alternativa. (LEFF, 2011 p.332).

A racionalidade ambiental assim confronta a Ciência, e a Interdisciplinaridade recompõe a lógica fundacional da Sociedade chamando para si um complexo de

diversidades culturais na identidade. Abre-se, assim, a reconstrução do saber pela identificação e conversação com outros saberes. Ou seja, entender as origens, causas e consequências da degradação ambiental com metodologia interdisciplinar visando a nova forma de entendimento da vida coletiva.

Assim, na defesa da interdisciplinaridade, a educação ambiental se observa em várias leis e documentos normativos no Brasil. A Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA - da Lei 9795/99 em BRASIL, 1999, afirma em seu artigo 4. serem seus princípios a perspectiva multi, inter e transdisciplinar. Encontramos similaridades nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que afirmam como tema transversal e interdisciplinar a questão ambiental. Também encontramos citados nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental (BRASIL, 2012) a defesa da educação ambiental e integração como adoção da perspectiva interdisciplinar que promova o conhecimento do ambiente enquanto totalidade. Essas discussões necessitam estar incluídas no sistema de ensino de maneira interdisciplinar para o debate da construção histórica do conhecimento e a criação de conhecimentos que permitam visão da Natureza.

Estabelece assim a educação ambiental como essencialidade permanente da educação nacional, devendo estar presente, de maneira articulada, em todos os níveis e modalidades da educação tradicional em caráter formal ou não. A educação ambiental é então ato político na interdisciplinaridade, pois se constrói por meio das relações sociais e pedagógicas a consciência política e a capacidade de agirmos perante o Ambiente.

Educação Ambiental é dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental. Essa atividade exige sistematização através de metodologia que organize os processos de transmissão/apropriação crítica de conhecimentos, atitudes e valores políticos, sociais e históricos. Assim, se a educação é mediadora na atividade humana, articulando teoria e prática, a educação ambiental é mediadora da apropriação, pelos sujeitos, das qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivem. Podemos dizer que a gênese do processo educativo ambiental é o movimento de fazer-se plenamente humano pela apropriação/transmissão

crítica e transformadora da totalidade histórica e concreta da vida dos homens no ambiente. (TOZONI-REIS, 2004, p. 147).

A interdisciplinaridade, portanto, vincula-se à educação ambiental, formulando visão crítica de sua própria ciência, quanto aos modos de reconhecer o real, produção do conhecimento e instrumentos para agir no Mundo. Reconhecer-se na problematização do ambiente e seus objetivos específicos da pesquisa extraindo dela as conexões sociais, culturais e ambientais.

## 2.2 DIÁLOGO ENTRE MODERNIDADE, SOCIEDADE EM RISCO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

São notáveis os vestígios que o Ser Humano vem deixando no planeta ao longo de sua evolução, e o ambiente hoje reflete a ação predatória dessa transformação. A evolução científica e tecnológica trouxe grande crescimento para a Humanidade, mas explorando os recursos naturais esquecendo seu significado perante a vida do Planeta. A preocupação atual é com a degradação e o exaurimento desses recursos, além do risco à vida humana e de diversas espécies no Planeta.

De acordo com Pena (2017), a globalização também configura problema face ao discurso ambiental, já que a globalização tem consequências amplas ao abarcarem praticamente todos os aspectos do Mundo em sua escala ambiental e social. Todavia, sendo a globalização processo em aberto e intrinsecamente contraditório, suas reais implicações são difíceis de serem previstas e controladas. Também é movimento conflitando diretamente com a Natureza, pois suas cadeias de produção e consumo demandam proteção ambiental pouco contemplada em seus modelos de desenvolvimento.

Isto se refere à necessidade inerente de um sistema econômico de continuamente produzir lucro ao criar demanda de consumo para novos produtos mesmo quando isso significa expandir o ecossistema ao ponto do qual se excede seus limites físicos de crescimento ou sua 'capacidade de carga'. Uma ferramenta particularmente importante para alimentar esta demanda é a publicidade, a qual convence as pessoas a comprar novos produtos tanto por razões para fortalecer um estilo de vida como por considerações práticas. (HANNIGAN, 2009, p. 40).

Busca-se então descrever como a interferência na Natureza altera diretamente sua qualidade de vida e o futuro dos ecossistemas, ao expor as debilidades do modelo de desenvolvimento econômico. A degradação do Meio emerge como crítica à aplicabilidade do modelo, que se desmonta pela vulnerabilidade da própria economia. Torna-se necessário abordar a complexidade ambiental sob o olhar de uma ecologia profunda tratando a dimensão do problema desvelado pela reflexão da própria reflexão. Autores tais quais Ulrich Beck, Anthony Giddens, Scott Lash (1997) denominam reflexividade a teoria de conscientização crítica para potencial reação pela mudança das diretrizes na sociedade idealizada no desenvolvimento sustentável.

O conceito de modernidade reflexiva nasce no estágio da pós-modernidade com a sociedade industrial e começa a revelar seus limites perante o modelo de crescimento, produzindo ameaças que voltam das próprias ações. “Modernização reflexiva significa autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco que não podem ser tratados e assimilados no sistema da sociedade industrial” (GIDDENS, 1994 p. 16).

Ou seja, são ações com consequências incontroláveis que atingem a Sociedade como um todo. Muitos dos efeitos e ameaças atuais decorrem de práticas originárias do próprio Homem. Outro modo de pensar essa dinâmica é em termos de risco, pois muitas são as mudanças acarretadas pela globalização, produzindo novas formas de risco, bem diversas das anteriores. Ao contrário dos riscos passados, com causas estabelecidas e efeitos conhecidos, os riscos são incalculáveis e de implicações indeterminadas. “Assim a reflexividade não se manifesta pela segurança nos sistemas especialistas, mas por sua ausência.” (GIDDENS, BECK & LASH, 1997, p.141).

A sociedade de risco traduz na própria palavra a insegurança causada pelo desenvolvimento e pela ação predatória do mercado. A sociedade de risco não é somente relacionada a riscos ambientais, pois inclui várias modificações na contemporaneidade, como: mudança dos padrões de emprego, influência

decrecente da tradição quebrando hábitos na identidade pessoal, diminuição de padrões familiares tradicionais e democratização dos relacionamentos.

Giddens, Beck e Lash (1997) analisam três fases de evolução do risco na Sociedade. Primeiro, sociedade pré-industrial sob perigos<sup>2</sup> externos causados por pragas e epidemias ou desastres naturais não projetados de decisões humanas. A sociedade industrial e a modernidade combinam aos perigos anteriores riscos<sup>3</sup> fabricados pela ação humana com efeitos contidos, sociedade de risco legitimada na produção, na política e voltada ao capitalismo, mas limitada pelos próprios riscos que produz.

O risco torna-se central na discussão por várias razões, visto que o avanço da Ciência e da Tecnologia gerou situações de risco diferentes de décadas anteriores. A Ciência e a Tecnologia proporcionam à Sociedade muitos benefícios. Entretanto, os riscos são imensuráveis, imprevisíveis, por exemplo, nos alimentos modificados geneticamente ou com as nanotecnologias.

Nas modernas sociedades os riscos apenas mudaram de características. Agora mal se explicitam nas ações dos indivíduos ou da força social. Os riscos modernos vinculam-se à racionalidade capitalista. A atual maneira de o ser humano estar neste modelo de mercado faz esse mesmo mercado despreocupar-se das necessidades básicas de manutenção da Natureza, priorizando a troca de bens produzidos, ao invés de inserir nos princípios capitalistas a sustentabilidade.

A modernização reflexiva entendida do ponto de vista dos efeitos do sujeito indica que uma ação promovida por este recai novamente sobre ele mesmo, tal como um bumerangue. Os próprios agentes responsáveis pelo processo de contaminação são igualmente afetados por ela. (DEMAJOROVIC, 2000 p. 40).

A crise ambiental ou risco ambiental pode ser interpretados como consequências do atual sistema econômico, visando à acumulação de riquezas e lucro. As pessoas

---

<sup>2</sup> Para o autor o conceito de perigo se manifesta nas causas externas, não atribuídas ao Homem. O perigo provém de ameaças exteriores.

<sup>3</sup> Para o autor o conceito de risco resulta do atuar próprio. São imprevisíveis, produto da ação ou omissão que levando toda a população a extrema insegurança.

precisam desse sistema, tornando-se cada vez mais exigentes e consumistas. Na corrida de fabricação de produtos, acostumaram-se a explorar a Natureza e os recursos do Planeta sem nenhum critério de preservação-reflexão sobre os atos atuais e as gerações futuras. Assim, acumula-se sempre muito capital, lucra-se sobre a Natureza e extrai-se tudo o possível, despreocupando-se quanto à escassez, automaticamente ameaçando a Sociedade.

Contudo, alguns críticos mostram problemas na teoria de Beck. O risco, segundo alguns autores, é de formulação extremamente vaga na parte reflexiva da Modernidade, mais aparecem no campo da utopia, pois ele conclui em sua teoria “[...] que a modernidade tem a capacidade de resolver os problemas que produz” (BARRY, 1999, p.152 *apud* HANNIGAN, 2009, p.43).

A teoria da modernidade reflexiva espelha modelos de desenvolvimento inspirando pensamento de mudança de regras dos sistemas. Assim, o crescimento sustentável aparece ligando os compromissos da reflexão ao risco. A reflexividade já subentende que os resíduos sólidos, a emissão de gases poluentes e os impactos socioambientais são sintomas de ambiente carregado pela ação de sociedade mercantil pouco preocupada com o desenvolvimento sustentável.

A conceito de sustentabilidade nasce da necessidade de resposta frente à crise ambiental, que “[...] veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionam e legitimam o crescimento econômico, negando a natureza” (LEFF, 2008, p. 15).

Desde o final da década de 1970, o termo sustentabilidade era utilizado por algumas comunidades científicas como a possibilidade de um ecossistema não perder sua resiliência<sup>4</sup>. Já na década de 1980 começou a qualificar o desenvolvimento, legitimando-se na Conferência Nacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

---

<sup>4</sup> Resiliência é a capacidade de o sistema absorver as tensões ambientais sem mudar seu estado ecológico para um estado diferente. Conceito que nasceu da Física, é a propriedade de alguns materiais submetidos a estresse acumularem energia. Hoje também caracteriza pessoas capazes de lidar com problemas, pressão ou estresse.

Sustentabilidade é definida em várias dimensões inter-relacionadas. Em múltiplos aspectos a sustentabilidade pode ser vista numa esfera cultural, social, econômica e ambiental da sociedade humana. Na prática é a exploração dos recursos do Planeta, naturais ou não, prejudicando o menos possível o equilíbrio Indivíduo-Ambiente-Biosfera. Assim, ser sustentável é usar esses recursos com visão de manutenção e preservação da vida no longo prazo.

O Relatório de Brundtland, no documento *Nosso Futuro Comum*, da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente, define sustentabilidade como bem comum coordenado para suprir não só as necessidades presentes sem comprometer o futuro, mas que garante o máximo de qualidade material e imaterial à vida de todos. Nota-se nesse discurso um desenvolvimento sustentável embasado na equidade, na eficiência ecológica e econômica.

A sustentabilidade busca satisfazer as necessidades presentes da Sociedade sem comprometer a possibilidade das gerações futuras, diferindo do conceito de desenvolvimento sustentado, ação já efetuada, visando a crescimento equilibrado no longo prazo, o desenvolvimento sustentável articula economia e ambiente. “A sustentabilidade do desenvolvimento anuncia a racionalidade econômica, proclamando os valores da vida, da justiça social e do compromisso com as gerações vindouras” (LEFF, 2008, p.403).

Desde então, o conceito de sustentabilidade tem sido debatido entre movimentos liberais de abertura do mercado e ambientalistas que analisam as prioridades sociais. “O conceito foi demasiadamente diluído pela banalização do seu uso” (VEIGA, 2010 p. 13). Devido a uma evolução do próprio termo hoje sustentabilidade exprime diminuir as ambições visando a continuidade, durabilidade e futuro.

Assim, a proteção ambiental não pode ser administrada individualmente, pois sozinha não garante as necessidades das políticas voltadas para a sustentabilidade. As políticas atuais tem caráter técnico e burocrático. Causas culturais, sociais e econômicas que se correlacionam. Deve-se tratar o tema com percepção crítica da modernização e da maneira como lidamos com os valores construídos.

O princípio da sustentabilidade relaciona-se com a proteção ambiental, com aspectos sociais e com aspectos econômicos, tendo como escopo principal a proteção da vida da atual e das futuras gerações, devendo ser considerado um aspecto constitucional estruturante ou fundamental (CANOTILHO, 2003 p.46).

Ou seja, a qualidade do Ambiente, afora necessidade vital, passa a oportunidade de negócios, expressão de pensamento científico. Assim, a ideia de sustentabilidade nasce do consenso ambiente-economia, porém o uso do termo ganha várias nuances e novas fórmulas.

Em Ecologia a sustentabilidade ganhou juízo correspondente ao de equilíbrio, mas a mesma característica apontada antes de resiliência, de absorver e de se adequar aos choques externos por adaptação não é percebida hoje diante da crise ambiental e do esgotamento da natureza. Para Silveira (2013) é nessa divergência de pensamento que o termo sustentabilidade muda de suporte para relacionar-se a ecossistema. A comparação ecológica se torna veículo pedagógico mais lógico com a ideia de pegada ecológica<sup>5</sup>.

Ainda para Silveira (2013), criaram na economia desarmonia com a conceituação sustentabilidade fraca e forte, por exemplo. Na Sustentabilidade Fraca acredita-se que basta manter *stock*<sup>6</sup> de capital natural e artificial ao longo das gerações, defendendo que caso o capital natural diminua, essa diminuição pode ser compensada pelo aumento do capital artificial. A Sustentabilidade Forte defende capital natural mantido ou aumentado entre as gerações, não sendo ambos os tipos de capital substitutos, mas sim complementares, devendo ser geridos em separado.

As duas opções, pegada ecológica e econômica, convergem para sistema de produto mensurável nas análises de cada país. Ou seja, quantitativas e baseadas no crescimento e desenvolvimento econômico. “No fim da história, o caminho para a sustentabilidade aparece como ‘desenvolvimento’ da economização do mundo” (LEFF, 2008 p. 404).

---

<sup>5</sup> Wilian Rees, Universidade da Colúmbia Britânica, 1992: Termo usado para indicar a quantidade de água e terra necessária para sustentar a sociedade atual considerando os recursos materiais e energéticos gastos pela população.

<sup>6</sup> *Stock* é um termo de origem inglesa que, no nosso idioma, se refere à quantidade de bens ou produtos de que dispõe uma organização ou um indivíduo num determinado momento para o cumprimento de certos objetivos.

Veiga (2010) descreve sustentabilidade em três pilares, que ele chama de vertentes convencionais, ecológicas e uma terceira vertente ainda à procura de conceituação. Na vertente da sustentabilidade convencional atualmente dominante, as melhorias ambientais começam quando a renda *per capita*<sup>7</sup> de cada país passar de U\$ 20 mil. A tese de Grossman e Kruegger (1995) da “Curva Ambiental de Kuznets Ambiental” é que a situação econômica piora a qualidade ambiental, mas depois de certo patamar de riqueza tudo melhora.

A sustentabilidade ecológica se apoia na ideia de que a sustentabilidade exige voltar à economia estacionária do século XX. Ou seja, melhorar a qualidade de vida da Sociedade com pouca expansão da economia. As nações em si já tendo atingido altíssimos crescimentos devem começar a pensar em crescimentos mais lentos que agridam menos o Ambiente.

[...] formulador dessa tese da ‘condição estável’ foi o economista Herman.  
[...] No entanto o termo gerou confusão depois que os economistas neoclássicos definiram a expressão como sendo um estado em que a tecnologia e as preferencias são constantes, mas nele, o capital e a população poderiam continuar crescendo (VEIGA, 2010 p.23).

A confusão de termos deve-se a que qualquer estabilidade do Sistema negaria o capitalismo abominando a necessidade humana de crescimento.

Daí a necessidade de terceira conceituação da sustentabilidade: a sustentabilidade ecológica é impraticável e a sustentabilidade convencional causa sérios danos ao Ambiente até chegar ao patamar de riqueza. Essa chamada terceira via prevê a reconfiguração do desenvolvimento para modelo de ecoeficiência. Esse modelo visa à diminuição da intensidade de energia, pretende o crescimento da economia nos limites do ambiente e o esgotamento dos recursos naturais. Tal iniciativa tem avançado e ganhado apoio do Banco Mundial.

---

<sup>7</sup> Renda *per capita* é indicador que auxilia a conhecer o desenvolvimento de um país e consiste na divisão do coeficiente da renda nacional (produto nacional bruto subtraído dos gastos de depreciação do capital e os impostos indiretos) pela sua população.

Não há como escapar, portanto, do dilema do crescimento. E seu debate vai exigir rompimento mental com uma macroeconomia inteiramente centrada no aumento do consumo, em vez de um continuísmo pretensamente esverdeado por causa de ecoeficiência – mas que jamais vai deter o aumento da pressão sobre os recursos naturais (VEIGA, 2010, p. 25).

A sustentabilidade requer que a economia reconheça os limites ambientais e que suas atividades rompam com o consumismo. A necessidade básica da Sociedade está associada aos padrões de recursos, aos processos de reprodução e de consumo.

A sustentabilidade não poderá resultar da exploração dos processos ambientais e sociais gerados pela racionalidade econômica e instrumental dominante. Não será uma solução transcendental fundada numa consciência ecológica que surgiria no final de um processo evolutivo produto de uma dialética da natureza (Bookchin, 1990) para recompor o mundo, mas uma construção social de uma nova racionalidade ambiental. (LEFF, 2008, p. 405).

Na racionalidade ambiental, a sustentabilidade ganha sentido ao desencadear novos procedimentos de potencial ambiental, com novas produções de mudanças no crescimento impulsionando novos valores de consumo. A sustentabilidade ao reafirmar a relação Homem-Natureza se reapropria culturalmente da produtividade e significação dos processos através da cultura e dos potenciais do Ambiente.

Com isso, a sustentabilidade resulta de ampla discussão entre o Governo, instituições privadas, organizações não governamentais, sociedade civil etc. Reúnem-se os princípios e diretrizes para a gestão dos recursos, buscando redução, reutilização e tratamento dos resíduos, destinação final adequada dos rejeitos, diminuição dos recursos naturais na produção de novos produtos, ações de educação ambiental, aumento da reciclagem, inclusão social e geração de emprego e renda.

Assim, nenhuma política que dialoga com a sustentabilidade pode ser totalmente fixada e seus resultados predeterminados; ademais sustentabilidade exige espaços institucionais de participação, necessários na busca de parâmetros de ação política – políticas de reflexão social e seus impactos.

O indivíduo, por sua vontade de conhecer e explorar o mundo, acabou por se apropriar, violando leis da Natureza. A sustentabilidade direciona o Homem a à solidariedade e compromisso com as gerações futuras, principalmente de sobrevivência e perpetuação da espécie. “[...] sustentabilidade implica uma nova concepção e novas formas de reapropriação do mundo” (LEFF, 2008, p.414).

Nos limites da racionalidade econômica de uma razão insustentável é que a sustentabilidade pode ganhar espaço na ressignificação da vida. O problema da sustentabilidade está ancorado não na modernidade, mas na crise da civilização que não entende seu próprio sentido de existência histórica.

A economia deve fundir-se com ética buscando maximizar o bem-estar da população, mas que considere a Natureza, em estratégia de desenvolvimento sustentável visando à sobrevivência das gerações futuras. Sustentabilidade só encontrará sua razão no pensamento e no saber que recompõem os sentidos e mobilizam a sustentação e manutenção dos sistemas ecológicos.

Neste campo situamos os cursos superiores de Tecnologia em Gastronomia, que, seguindo a racionalidade ambiental, convergem diversos saberes culturais desenvolvendo de maneira não reconhecida aspectos da ciência moderna e se resguardando com diferentes caracterizações culturais focando o ensino no tradicionalismo culinário, regras e técnicas culinárias executadas obrigatoriamente sem reflexão.

O curso de Gastronomia é atualmente um dos principais cursos de formação tecnológica, pois ao mesmo tempo que lida com a glamourização de seu ofício, o profissional reúne diversas características de impactos ambientais e reflexões sobre sustentabilidade ao lidar diretamente com alimentos e resíduos. O curso reúne diversos aparatos históricos e tradicionais, saberes empíricos étnicos para a construção das aulas práticas, mas se localiza na Ciência em diversas matérias. Também é curso que merece especial atenção pois, como identificado por este pesquisador, produz resíduos em grande escala e se localiza no limite das práticas insustentáveis.

Metodologicamente é na transdisciplinaridade e na interdisciplinaridade na comunidade acadêmica que a racionalidade ambiental, o senso de Justiça Intergeracional e a sustentabilidade convergem para reflexão sobre o papel do profissional e seu impacto Ambiente.

### 2.3 CONHECENDO OS CURSOS DE GASTRONOMIA

Segundo Marcia Algranti (2000), a palavra gastronomia vem do grego *gaster*, que significa estômago ou ventre; o radical *nomos* significa lei ou diretrizes. O campo da arte e ciência é popularmente conhecido como “estudo e observância das leis do estômago”. O criador do termo, o poeta grego *Arquestratus*, no século IV a.C. grande apreciador de boa mesa, percorria vários territórios, observando e provando as especialidades das cozinhas locais. Compilou suas experiências no *Hedypatheia*, um tratado dos prazeres da comida, com conselhos de como comer bem e a primeira definição de Gastronomia. É a “arte de regalar-se com finos *acepipes*<sup>8</sup> e iguarias” (ALGRANTI, 2000, p. 252).

A definição anterior da palavra envolve a prática e o conhecimento, é o desenvolvimento de uma atividade pela descoberta, experimentação, degustação e compreensão dos alimentos e suas técnicas de corte e cozimento; parece então que “a gastronomia é um saber interdisciplinar” (RULMAN, 2007 p. 1).

Muito depois, no final do século XVIII, a palavra reapareceu e o conceito se expandiu graças a um escritor burguês apaixonado pelos prazeres da mesa, o francês Jean Anthelme Brillat-Savarin. Segundo o autor,

[...] gastronomia é o conhecimento fundamentado de tudo que se refere ao homem na medida em que ele se alimenta. Assim, é ela, a bem dizer, que move os lavradores, os vinhateiros, os pescadores, os caçadores e a numerosa família de cozinheiros, seja qual for o título ou a qualificação sob a qual disfarçam sua tarefa de preparar alimentos [...] a gastronomia governa a vida inteira do homem. (SAVARIN, 1995, p. 57).

---

<sup>8</sup> *Acepipe* é um termo gastronômico designando pequenos petiscos.

O autor analisou a gastronomia como ciência potencial, conhecimento racional, reflexão filosófica sobre a nutrição humana. “O século XVIII e o início do século XIX são considerados por Brillat-Savarin um período extremamente rico para o desenvolvimento desse conhecimento racional.” (NEVES, 2015 p. 64).

Atualmente, a Gastronomia continua se expressando nos hábitos alimentares de cada povo, legado de geração em geração desde a pré-história, quando nossos antepassados partilhavam a comida preparada segundo os recursos alimentares disponíveis nas regiões onde viviam. Cada comunidade ao longo de sua história criou seus hábitos alimentares, que se diversificaram de acordo com seus estilos de vida, cuja seleção de alimentos era ditada pela tradição e pela cultura. “Os hábitos alimentares têm sua origem na identidade e na cultura de um povo. São partes dos alicerces sociais.” (FERNANDES, 2009, p. 01).

A Gastronomia vincula-se também às técnicas de cocção e ao preparo dos alimentos, ao serviço, às maneiras à mesa e ao ritual da refeição. A culinária é definida como cozinha com ordem, propósito e técnicas. A gastronomia envolve contexto maior, onde a comida e tudo a ela relacionado integra o contexto. Gastronomia segue as características e a cultura de determinado povo, comunicada de geração a geração em ensinamentos, regras e valores. Bugge (2003) mostra a importância crescente dos assuntos culinários na classe média no Brasil, indicando que cozinhar pode ser visto como atividade de trabalho e lazer intelectualizado.

A cozinha expressa as relações homem versus ambiente, o aproveitamento de produtos, meios e técnicas naturais. A mesa é o centro das relações. Simboliza a organização, crítica familiar, alegrias, dissabores, novidades. Extinguir refeições regulares desestrutura o contato assíduo, indisciplina apetites, induz à solidão. (ARAÚJO, 2005, p.10)

Diante do exposto, notam-se na Gastronomia dimensões culturais e sociológicas integrando dinâmica de trabalho e interdisciplinaridade ao produzir um prato. Pois, ao mesmo tempo o profissional mexe com a sociabilidade que se caracteriza ao receber, ser anfitrião, motivando ao acolhimento de seus comensais. O gosto

afastando a fome segundo Savarin é “[...] base de várias operações que resultam no crescimento, desenvolvimento e conservação do indivíduo” (1995, p. 41).

Gastronomia também é conhecer a química, pois “[...] conhecer a química dos alimentos possibilita criar produtos, aperfeiçoar os existentes, modificar os produtos convencionais quanto a retirada ou acréscimos de carboidratos, gorduras, sais, proteínas, mantendo suas características estéticas e sensoriais” (ARAUJO *et al.*, 2008, p. 45). Entende-se a Gastronomia, assim, como grande campo de relações e conhecimentos. O profissional gastrônomo se torna, nesse ambiente, profissional múltiplo de conhecimentos, podendo atuar em várias áreas afins a partir de sua profissionalização.

Compreende a alimentação como prática humana carregada de significados, e comer pode ter abordagem além de subsistência do organismo. A preparação e domínio de técnicas culinárias diferencia o ser humano, por exemplo, dos outros seres vivos que consomem os alimentos *in natura*.

É nesse campo de profissionalização que, no final do século XIX, nasce em Paris a escola de Gastronomia *Le Cordon Bleu*<sup>9</sup>, que inicialmente oferecia cursos de culinária; depois de cinquenta anos começou a oferecer curso superior de Gastronomia. Em 1946, surge o *Culinary Institute of America*<sup>10</sup> (CIA) que também começou seus trabalhos oferecendo cursos profissionalizantes, mais tarde convertidos em graduação.

No Brasil, a Gastronomia realizou-se por outros fatores, pois, sendo país com característicos fluxos migratórios, indivíduos pouco especializados logo começaram a trabalhar e serem absorvidos pelos restaurantes, começando ali sua carreira e se tornando chefs de cozinha. Mais tarde, o Senac de Águas de São Pedro em São Paulo, iniciou em 1970 cursos de cozinheiro em módulos gratuitos com regime interno e bolsa para alunos carentes. Hoje, é uma das grandes referências na formação superior gastronômica e hospitalidade no País.

---

<sup>9</sup> *Le cordon bleu*: O Cordão Azul, em sua tradução, objeto significando a diplomação de cozinheiro de nível superior. Conhecido como medalha com as amarras em cetim azul. Por muitos anos integrou o uniforme de chefs renomados.

<sup>10</sup> Instituto de Culinária dos Estados Unidos da América.

Conforme pesquisa no *site* do Ministério da Educação em janeiro de 2017, hoje 134 faculdades e universidades públicas e privadas autorizadas pelo Ministério oferecem cursos de Gastronomia, proporcionando bacharelado técnico e científico na área, com diversas disciplinas teóricas e práticas, durante quatro anos. Predominam os cursos tecnológicos, mais focados na prática, direcionando os conhecimentos em geral para a parte empresarial da área, como administração, turismo e práticas de cozinha.

Para utilizar o curso como recorte da presente pesquisa ressalte-se que os cursos tecnológicos no Brasil foram propostos na reforma universitária de 1968, visando a cursos profissionalizantes breves.

Em 1980 foi aprovada a Resolução CFE n.º 12/1980 que atribuiu aos cursos de tecnologia o grau de formação superior. Em 2002 o Parecer CNE/CP n.º 29/2002 foi taxativo no tocante às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais (DCNs) para a Educação Profissional de Nível Tecnológico ao determinar a estruturação de tais cursos de acordo com os interesses e demandas econômicos (RUBIM & REJOWSKI, 2013, p.172).

As Diretrizes Curriculares dos cursos de Gastronomia classificam-nos em Turismo e Hospitalidade, na área de Comensalidade, Hotelaria e Restauração. Com foco na formação de gestores e administradores de empresas da área de Tecnologia ou afins. No Brasil, a formação técnica prioriza a profissionalização do mercado de trabalho comumente interpretada como meio de produção de alimentos, obrigatoriamente refinados, relegando a compreensão acadêmica e o estudo científico da atividade.

Um dos cursos mais procurados de Tecnologia, é fortemente associado ao tradicionalismo e sua formação é amplamente criticada por diversos autores, que questionam sua formação acadêmica e a titulação de chef de cozinha: “[...] um chef é alguém que simplesmente obtém um diploma em cursos de nível superior” (ATALA & DÓRIA, 2008, p.177). Alex Atala, chef de cozinha renomado e mais conhecido no Brasil, e Carlos Alberto Dória, sociólogo, afirmam que historicamente os grandes chefs de cozinha não tiveram formação acadêmica, aprenderam com a experiência e ensinamentos de outros chefs. Discussões sobre o real ensinamento e os

direcionamentos das matrizes curriculares dos cursos são amplamente controvertidas atualmente.

Um cozinheiro tem obrigações extrapolando suas atividades diárias, como: planejar e preparar dietas segundo prescrições médicas; requisitar e selecionar produtos específicos para determinadas produções; controle higiênico sanitário; projeta escala de funcionários; adapta produções às sazonalidades de ingredientes; modifica e cria cardápios; além de preparar e enviar relatórios aos setores aos quais se subordina. Ademais, o profissional gastrônomo pode atuar na condição de autônomo, fazendo cardápios especiais, *caterings*, serviços personalizados, prestação e consultorias em alimentos e bebidas etc.

Como opção de carreira, muitos procuram os cursos de Gastronomia para se tornarem chefs.

O tecnólogo em Gastronomia concebe, planeja, gerencia e operacionaliza produções culinárias, atuando nas diferentes fases dos serviços de alimentação, considerando os aspectos culturais, econômicos e sociais. Empresas de hospedagem, restaurantes, clubes, catering, bufês, entre outras, são possibilidades de locais de atuação deste profissional. O domínio da história dos alimentos, da cultura dos diversos países e da ciência dos ingredientes, além da criatividade e atenção à qualidade são essenciais nesta profissão, em que o alimento é uma arte. (BRASIL, 2010, p. 44).

A Gastronomia, vista como fenômeno social, cultural e econômico, pode servir à sustentabilidade unindo às suas diretrizes os conceitos da educação ambiental. A associação Gastronomia-Desenvolvimento Sustentável é pressuposto da atividade. Grande parte da cultura de um povo vem de sua autoproteção e sobrevivência, envolvendo sabores ameaçados, movimentação da economia e geração de empregos: “[...] os costumes alheios são sempre estranhos e os nossos normais e lógicos [...], o que nos distancia dos alimentos nativos dos povos longínquos é unicamente a nossa cultura” (CASCUDO, 1983, p.446).

Ou seja, os cursos de Gastronomia devem inserir-se nas propostas da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável. E, através de formas de gestão de

seus resíduos, refletir sobre os prejuízos ambientais de suas práticas, assim como prejuízos financeiros, sanitários do uso inadequado de produtos, disposição final e armazenamento de produtos, matéria processada e alimentos. Geralmente a responsabilidade é separar os resíduos orgânicos que podem ser conduzidos à compostagem ou alimentação animal, dos inorgânicos, que podem ser beneficiados em cooperativas de reciclagem.

A partir dos critérios da FAO<sup>11</sup> expostos no presente capítulo, os cursos de Gastronomia são fundamentais na multiplicação desses princípios juntos aos alunos, futuros profissionais de alimentação lidando com sustentabilidade na profissão através da reflexão de seus atos e consequências. No mundo globalizado e em constante movimento de transformações dos hábitos alimentares, a Gastronomia renasce interagindo com os mais diferentes ambientes - culturais, sociais, políticos e econômicos. Aumenta a demanda de profissionais da área para atender mercado de alimentação em constante crescimento, fora o desejo de profissionalização e sofisticação desse profissional. “Os propósitos da sustentabilidade implicam a reconstrução de mundo a partir dos diversos projetos de civilização que foram construídos e sedimentados na história” (LEFF, 2008, p. 405).

Os cursos de Tecnologia em Gastronomia surgem meio a essa demanda visando atender as necessidades de constante crescimento. Além dessa visão mercadológica, os cursos devem preocupar-se com a formação ética do profissional, pois as instituições de ensino são fundamentais à formação de seres humanos críticos e responsáveis. Conseqüentemente, são essenciais ao desenvolvimento da sustentabilidade, pois, como visto no presente trabalho, a educação ambiental deve ser contemplada em todos os níveis de ensino e discutida sob o viés de todas as matérias. Hoje, mais do que mera disciplina, a questão ambiental deve permear todo curso, contribuindo para a formação de novas competências.

Associada ao curso de Gastronomia, a Lei 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS -, baseia-se em dois princípios: desenvolvimento sustentável e ecoeficiência. O primeiro visa à integração do Homem com Ambiente

---

<sup>11</sup> FAO: A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) é a agência especializada do Sistema ONU que combate a fome e a pobreza por meio da melhoria da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola.

proporcionando-lhe qualidade de vida sem impactar o ambiente, envolvendo ações como o incentivo à agricultura orgânica e familiar. O segundo relaciona-se às atividades da gestão dos resíduos das atividades humanas que também impactam o Meio. Essas atividades incluem capacitação da mão de obra para o manejo dos resíduos e relacionam-se à redução de consumos de materiais e energia, dispersão de produtos tóxicos, reciclagem de materiais, uso de produtos renováveis e comércio de produtos sustentáveis.

Segundo a FAO, as áreas de produção e manejo de alimentos são as que mais impactam o Ambiente com a produção de resíduos. Por ano chega-se a desperdiçar 1,3 bilhões de toneladas de alimentos. O maior desperdício ocorre no início da sua produção até sua armazenagem e no restante das etapas de processamento, distribuição e consumo.

A Política resulta de ampla discussão entre o Governo, instituições privadas, organizações não governamentais, sociedade civil etc. Assim se reúnem os princípios e diretrizes para a gestão de resíduos, buscando redução, reutilização e tratamento dos resíduos, destinação final adequada dos rejeitos, diminuição dos recursos naturais na produção de novos produtos, ações de educação ambiental, aumento da reciclagem, promoção à inclusão social e geração de emprego e renda aos catadores de materiais recicláveis.

Tomando a educação ou o curso em questão como caminho para exercício da cidadania, apropriando-se do conceito exposto na racionalidade e na ética ambiental para a conservação do Planeta, o desenvolvimento sustentável e a ética ambiental podem resolver questões modernas conscientizando governantes e as pessoas em geral.

Educar em direção à sustentabilidade é mais do que tendência e diferencial de ensino, é dever social. A educação ambiental curricular pode ser uma contribuição na busca pela qualidade de vida. Leff (2008) já visualiza como caminho essa união entre os processos do mercado e a articulação ambiental:

[...] sobre a articulação de conhecimentos na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade; sobre o diálogo de saberes e na inserção da subjetividade, dos sentimentos dos valores e dos interesses da tomada de decisões e nas estratégias de apropriação da natureza. [...] abrindo um espaço para o encontro entre o racional e o moral, entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva (2008, p. 420).

É nessa forma de entender o Mundo que os cursos de Gastronomia devem se apoiar, pois suas áreas ligam-se a diversos saberes, e o profissional interage com diversos campos do conhecimento e reproduz determinada técnica culinária reconhecendo cultura diversa.

As diretrizes pedagógicas formulando interpretação global das relações do Homem em seu contexto socioeconômico, político e cultural tornam-se alvo desta pesquisa, pois um dos princípios básicos da educação ambiental é a concepção do Ambiente em sua totalidade, envolvendo a interdependência humana com o meio natural sob o enfoque da sustentabilidade.

Os cursos de Gastronomia têm grande papel na multiplicação dos princípios da educação ambiental e da sustentabilidade. Envolvidos na área profissional da alimentação, os cursos devem metodologicamente direcionar suas matrizes para nova moldagem de mercado extrapolando a mera visão mercadológica estabelecida pelos focos dos cursos de Tecnologia, formando indivíduos críticos e responsáveis na interpretação de sua interação com Planeta e o Mercado. Garantir responsabilidade em suas práticas para não comprometer o Planeta e tampouco as gerações futuras. Assim, a competência desenvolvida nas questões ambientais pode assegurar prática profissional responsável, comprometida com os impactos ambientais e a mudança do comportamento do Homem.

Portanto, é na prática da reflexividade que se entrelaçam os saberes culturais para buscar tentativas de resoluções dos problemas atuais; como o lapso do meio ambiente e o esgotamento dos recursos. Retoma-se nesse momento, a importância da reflexão do homem sobre o meio ambiente em suas práticas paralelo ao modelo de desenvolvimento. A reflexividade abre caminho à condução de comportamentos e leva o homem a buscar alternativas para situa-lo na modernidade e diminuir os riscos da sociedade.

Sendo assim, o fomento da sustentabilidade na sociedade ocorre pelo viés do conhecimento amplo, diverso e reflexivo. É, na educação que a sustentabilidade se resguarda como prática reconhecida e executada interagindo o homem e a natureza, ou seja, é no ambiente acadêmico que a racionalidade ambiental encontra caminho através da Educação Ambiental interage com os profissionais, por meio de temas que levam a reflexão em diversos módulos das matrizes curriculares trabalhadas de maneira interdisciplinares e apontadas sua importância diversas vezes ao longo da formação profissional de maneira transdisciplinar.

Está na reflexividade dos riscos da modernidade expostos por Giddens, Beck e Lash (1997), incluídos como papel importante nas universidades e trabalhados metodologicamente através da interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade que os diálogos de sustentabilidade encontram aporte e força para a modificação dos hábitos humano perante sua posição face a natureza e as questões ambientais.

### **CAPÍTULO III: SUSTENTABILIDADE E ENSINO NOS CURSOS DE GASTRONOMIA**

Neste capítulo se introduz a pesquisa empírica. A abordagem se dá por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro professores de duas faculdades de gastronomia do estado do Espírito Santo. Após a análise dos dados das entrevistas, as mesmas, são conflitadas com um questionário realizado com setenta e três alunos dos cursos afim de trazer a face das entrevistas a percepção do aluno quanto as questões de sustentabilidade e meio ambiente dos cursos de gastronomia.

A atualidade mostra grande preocupação com o Ambiente e a sustentabilidade, e a Gastronomia não pode ficar fora de causa tão importante. O cenário atual gastronômico é de uma produção de alimentos em escalas absurdas, desperdício descontrolado e milhares passando fome. Em consonância com os objetivos propostos, a metodologia adotada referiu-se, primeiramente, à revisão bibliográfica acerca da racionalidade ambiental e a sustentabilidade face ao estudo das Ciências Sociais, a partir da revisão bibliográfica que promoveu o debate teórico nos capítulos anteriores. E assim caracterizou o Ambiente em que nos inserimos as propostas e condições que vivemos.

A presente pesquisa tem especial importância para o pesquisador, pois leciono diversas disciplinas nas instituições de ensino superior analisadas. O campo de trabalho, os cursos de Gastronomia, foi escolhido porque os dois cursos superiores são os únicos da área na Grande Vitória. Assim, a presente pesquisa visa contribuir para a problematização da sustentabilidade e da educação ambiental nos cursos de Gastronomia. Assim como trazer à tona o discurso ambiental nos cursos de Gastronomia comprovando a realidade que se encontra.

Os dois cursos superiores de Gastronomia localizam-se em Vila Velha. O primeiro, no bairro Boa Vista, nomeado na presente pesquisa “Curso de Gastronomia I” e o segundo em Coqueiral de Itaparica, denominado “Curso de Gastronomia II”.

Segundo pesquisa no E-MEC (2017), o Curso de Gastronomia I, criado em 29/07/2009, é semestral, presencial, dividido em cinco períodos, com carga horária mínima de 1920 horas. Atualmente possui 160 vagas anuais autorizadas. Já o Curso de Gastronomia II, foi criado em 02/09/2002, semestral, presencial, dividido em quatro períodos, com carga horária mínima de 1900 horas. E atualmente dispõe de 120 vagas de alunos anuais.

Ambos os cursos possuem objetivos de formação e profissionalização em Tecnologia enfocando que a Gastronomia é um dos segmentos que mais cresce no País; ambos possuem corpo docente qualificado de amplo reconhecimento e *Chefs* docentes que desenvolvem trabalhos no mercado paralelamente. Cada curso possui sua equipe de professores, e eu sou o único que trabalha nas duas equipes.

Posiciono-me na pesquisa na condição de membro observador, analítico, pesquisador e participativo ao me posicionar em alguns argumentos ou análises.

No âmbito da unidade de investigação, esta terceira atividade da pesquisa analisa os dados das entrevistas de maio de 2017 e dos questionários aplicados em 19 de maio de 2017. É neste contexto que se pretende analisar as entrevistas planejadas, desenvolvidas e transcritas, com professores dos cursos das faculdades da Grande Vitória, buscando entender como são discutidos os assuntos de sustentabilidade e como o tema do Ambiente é contemplado na Educação Ambiental dos cursos de Gastronomia. As entrevistas são importantes, pois:

O homem é o único ser capaz de imaginar ações e reações de forma simbólica, diferenciar experiências no tempo e projetar ações racionalmente para enfrentar o porvir. Por isso, o homem conseguiu desenvolver o CONHECIMENTO. Ao pensar, projetar, ordenar, prever e interpretar, o homem estabeleceu com o mundo uma relação dotada de significados e, assim sendo, um conhecimento. (GUERRA, 2014, p. 4).

Assim, a pesquisa segue abordagem qualitativa dos dados coletados a partir de entrevistas semiestruturadas de professores teóricos e práticos dos cursos em questão. Visa trazer a real condição dos cursos com relação a suas temáticas de Ambiente e Sustentabilidade no cotidiano. Segundo Guerra (2014):

[...] posicionamento metodológico para realizar pesquisas é o que defende o estudo do homem, levando em conta que o ser humano não é passivo, mas sim que interpreta o mundo em que vive continuamente. Esse ponto de vista encaminha os estudos que têm como objeto os seres humanos aos métodos do tipo qualitativo. (p.10).

Logo, finaliza-se a pesquisa conflitando os dados da coleta de entrevista com o questionário aplicado para setenta e três alunos dos cursos de gastronomia, sendo divididos em alunos de primeiro e último período de ambos os cursos. Os questionários foram elaborados e respondidos de maneira *on line* através da ferramenta de formulários do *google docs* e se encontram em Apêndice 2. A percepção dos alunos é comparada às entrevistas com docentes com o objetivo de

se obter uma melhor leitura da realidade ambiental que o curso se localiza. Foram aplicados e extraídos dados quantitativos tabulados e exemplificados em gráficos acerca da percepção dos alunos. Para Mattar (2001), na pesquisa quantitativa busca-se a validação dos argumentos através de dados estruturados, com uma grande amostra de casos representativos. A pesquisa em si quantifica os dados e generaliza os resultados para um interesse específico.

Sendo assim, seguindo a proposta de Mattar (2001), se faz um apanhado sobre a percepção geral dos alunos quanto às práticas de sustentabilidade desenvolvidas pelos docentes no curso de gastronomia. Assim, se compreende até que ponto os docentes conseguem levar os temas de meio ambiente de maneira interdisciplinar nas suas disciplinas e transdisciplinar na matriz do curso. A pesquisa quantitativa nesse momento é usada para reforçar os resultados obtidos na pesquisa qualitativa.

Nessa perspectiva, primeiramente são analisados os resultados da pesquisa qualitativa na seção 3.1. Nesse, momento, os professores foram separados pelas temáticas das perguntas abertas e/ou seções de perguntas do questionário, fazendo a confrontação dos dados coletados nas entrevistas com a questões de formação do currículo dos Cursos de Gastronomia e o atravessamento da Educação Ambiental nos processos de ensino.

Dadas às análises qualitativas da percepção dos professores, na Seção 3.2 deste Capítulo os dados dos entrevistados são confrontados com os dados da amostra de perguntas aos alunos de cada curso, com setenta e três alunos de Gastronomia de primeiro período e de último período de cada curso de cada instituição, com questionários *on line* com perguntas fechadas de múltipla escolha e/ou respostas múltiplas. O questionário contendo as perguntas foi publicado em blog acadêmico do curso de Gastronomia I e direcionado via *e-mail* aos alunos do curso de Gastronomia II.

Enfim, a Seção 3.3 debate a importância acadêmica da Educação Ambiental sob a óptica da Política Nacional de Resíduos Sólidos como forma fundamental das práticas sustentáveis no curso de Gastronomia em decorrência dos dados apresentados.

### 3.1 APRESENTAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA E ANÁLISE QUALITATIVA GERAL DAS ENTREVISTAS COM DOCENTES

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa qualitativa, que seguiram o roteiro do Apêndice I da presente dissertação. Importante ressaltar que foram entrevistados cinco professores de Gastronomia, contudo, apenas foram selecionados para análise quatro deles. Isso ocorre, pois o quinto entrevistado se tratava de um dos coordenadores de curso e como não conseguimos agendar entrevista com o segundo coordenador, optou-se por manter as análises no campo de atuação docente, descartando assim a quinta entrevista da pesquisa para não oferecer uma leitura diferenciada na pesquisa por parte de um coordenador. Trabalha-se nessa temática com os significados, motivações e valores que não podem ser debatidos em questões quantitativas, pois correspondem a noções e compreensões muito particulares. Entretanto, dados quantitativos acabam complementando a análise dentro de uma pesquisa.

Na abordagem qualitativa, o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. (GUERRA, 2014, p.11).

Os dados da pesquisa qualitativa foram analisados utilizando o método de análise do conteúdo, começando com leitura flutuante, seguida de aprofundamento do material das entrevistas. A leitura atentou ao referencial teórico e ao discurso dos entrevistados. “[...] Leitura flutuante consiste em tomar contato exaustivo com o material para conhecer seu conteúdo.” (SILVIA; ASSIS, 2010, p. 150).

Os professores foram entrevistados e selecionados em cada curso. Os nomes dos docentes e das faculdades foram aqui omitidos. O campo abrange as únicas faculdades de Gastronomia da Grande Vitória e se situam em Vila Velha. Nenhum entrevistado trabalha nos dois cursos.

A análise está assim organizada: Curso de Gastronomia I (Interlocutor 1 e Interlocutor 2) e Curso de Gastronomia II (Interlocutor 3 e Interlocutor 4). Os

interlocutores foram escolhidos aleatoriamente segundo disponibilidade de tempo para realização das entrevistas, mas são importantes para os cursos, pois trabalham em diversas matérias e acompanham o aluno durante toda sua formação acadêmica. São professores que trabalham também com questões administrativas em cada curso e que de certa maneira influenciam ou tratam de questões e decisões nos módulos de ensino.

**Quadro 1: Docentes Entrevistados e Disciplinas que Ministram**

<b>Curso</b>	<b>Interlocutor</b>	<b>Matérias que Leciona</b>
--------------	---------------------	-----------------------------

No curso de Gastronomia I	Interlocutor 1	História da gastronomia (1º período); Sociologia e antropologia dos alimentos (2º período); Cozinha Internacional (4º período); Elaboração de projetos gastronômicos (5º período).
	Interlocutor 2	Cozinha Intermediária (2º período); Cozinha Nacional (2º período); Professor administrativo e atua junto à coordenação de curso.
No curso de Gastronomia II	Interlocutor 3	Planejamento de cardápio (1º período); Cozinha alternativa (2º período); Cozinha étnica (3º período); Produção de eventos em gastronomia (4º período)
	Interlocutor 4	Organização de serviços gastronômicos (1º período); Cozinha alternativa (2º período); Cozinha brasileira (3º período). Professor administrativo e atua junto à coordenação de curso.

Fonte: elaboração própria.

### 3.1.1 O Meio Ambiente e a Gastronomia

Na etapa inicial, a pesquisa qualitativa tende a analisar as questões gerais propostas aos docentes. Tais questões englobam a percepção da importância do Ambiente, se o docente acha importante uma formação profissional gastronômica enfatizando práticas ambientais e sustentáveis. Na mesma, seção os professores são

questionados sobre os problemas ambientais na área gastronômica de maneira geral, e como são trabalhados no curso.

Nota-se preocupação geral dos professores com os temas ambientais, acham o tema pertinente ao debate em todas as matérias teóricas e práticas do curso. Ao serem perguntados sobre a importância do Ambiente todos responderam que é questão importante.

Todos declaram ser importante uma formação gastronômica voltada a uma prática profissional ambiental. Declaram que somente com essa formação se vislumbram mudanças na Gastronomia “[...] as pessoas, se tiverem adquirido esse saber e esse respeito pelo meio ambiente, saberão colocar isso na cozinha [sic]”. (Interlocutor 4).

Ao serem indagados sobre o tema Ambiente ser importante para si e se eles acham importante uma formação ambiental no curso de Gastronomia, a maioria reafirmou a importância do tema no sentido pessoal e na formação dos alunos, trazendo discussões como a preocupação de suas matérias não serem direcionadas ao tema. “Eu tenho buscado trabalhar isso nas minhas disciplinas, mais enfaticamente na disciplina de Cozinha Alternativa, em que um dos módulos é o aproveitamento total dos ingredientes” (Interlocutor 3). E relatam discussões sobre essa importância ambiental a partir da escassez dos alimentos atualmente observada na prática gastronômica. “[...] Futuramente a gente não vai conseguir a quantidade de ingredientes, como a quantidade de peixe, que tinha quando eu era pequena e na quantidade que eu tenho” (Interlocutor 2).

Localiza-se, assim, a crise ambiental enfatizada no Primeiro Capítulo e analisada na formação teórica de Leff (2014). Tal afirmação dos interlocutores conduz o tema Ambiente e Sustentabilidade para as questões de suas matérias, mas a Natureza ainda é interpretada como fonte de recursos, que o ser humano utiliza como produto, enfatizada na argumentação do Interlocutor 2.

O principal problema, destacado por todos os professores na prática profissional gastronômica, é o lixo e a geração de resíduos. Questão que limitou a quantidade de entrevistas da pesquisa; a quarta revelou redundância com relação às falas dos professores, com uniformidade. E o lixo e a poluição são destacados como principal

preocupação, existindo amadorismo no diálogo do tema com os alunos, destacado pelo seguinte interlocutor:

[...] Eu percebo muito [...] uma incapacidade de gerir aquilo que se produz [...] com o desperdício de matéria-prima. [...] Eu percebo que existe uma imaturidade, uma incapacidade de lidar, com tudo aquilo que a gastronomia produz. (Interlocutor 1).

Diante disto, nota-se a imaturidade ou o total distanciamento com os temas relacionados ao Ambiente no curso de Gastronomia. Essa falta de percepção da questão ambiental de forma mais ampla reverte-se em uma ação não refletida gerando desperdício de alimentos e materiais no curso. Cria-se também distanciamento da Natureza e seus recursos, conforme já destacado por Leff (2014) na presente pesquisa. Ou seja, os interlocutores reconhecem as condições insustentáveis do curso, porém não conseguem reunir saberes para a conscientização e prática nos laboratórios. “[...] Os principais vieses que conduzem a um lixo muito rico é a nossa total falta de conhecimento sobre as [...] principais políticas voltadas sobre a destinação disso e conseqüentemente sobre as nossas práticas” (Interlocutor 3).

A conclusão da Seção caracteriza a crise ambiental proposta por Leff (2008; 2014). Existe capacidade de reflexão sobre a real situação ambiental e de como a prática profissional impacta o Ambiente. Contudo, caracteriza a crise a total falta de saberes para poder reaproximar o diálogo ambiental nas salas de aula e nos laboratórios de cozinha. Percebe-se que caminham todos com a consciência de esgotamento e de seus impactos ambientais causados pela sua prática profissional, porém, sem nenhuma reflexão de como reverter esse quadro.

Importa salientar que um interlocutor destoou ao discutir o tema como questão geracional; analisou as condições ambientais e dos ingredientes de que dispõe para dar aula; reflete nesse momento sobre a teoria de justiça intergeracional aqui discutida, as condições ambientais vivenciadas pelas gerações, sua reflexão como ponte para a sustentabilidade do Meio e como o tema pode conectar o ensino com as discussões da educação ambiental merece destaque:

[...] onde o aluno entenda o meio ambiente como produtor/facilitador [...] não vão entender que futuramente a gente não vai conseguir a quantidade de ingredientes, como a quantidade de peixe, tinha quando eu era pequena e quantidade que hoje eu tenho. (Interlocutor 2).

Todos os Interlocutores declaram faltar nos cursos de gastronomia uma centralização dos temas relacionados à educação ambiental e faltar na Academia incentivo a essas práticas. Assim, a Sociedade vista apenas como se tratando apenas de ser humano, e os fatores ecológicos interpretados apenas como Ambiente nas falas dos professores subentendem que Sociedade e Ambiente são duas esferas separáveis da realidade do curso.

Nota-se que os Interlocutores trazem características da reflexividade (GIDDENS; BECK; LASH, 1997) ao situarem o campo, perceber suas falhas e pontar medidas que devem ser trabalhadas para a mudança da realidade do curso. Os Interlocutores trazem uma pequena caracterização da utilização do risco em suas falas, podendo destacar a fala do Interlocutor 2: “[...] o que eu tinha antes para trabalhar eu não tenho mais hoje, e [...] eles não terão futuramente.” Também localizada na fala do Interlocutor 4: “[...] hoje os brasileiros comem batatas verdes, não tem mais alimento bom e sadio”.

Juntamente com os temas da sustentabilidade que os interlocutores tentam trabalhar a reflexão dos alunos sobre a prática nos laboratórios de cozinha, buscando debates em torno da: “[...] produção de um lixo muito rico” (Interlocutor 3) e uma melhor utilização dos insumos em sala de aula, de acordo com o interlocutor 3.

Na compreensão dos elementos diversos e amplos que tangem a formação do aluno, os professores tentam, mesmo que desorganizadamente levar os princípios discutidos pela racionalidade ambiental para as disciplinas. Tentando aplicar em suas aulas diversas análises sobre a realidade da profissão, suas práticas ambientais e reconstruindo a realidade gastronômica de acordo com os conceitos de uma pedagogia voltada ao ambiente. Exercitam o convite aos alunos a repensar o tradicionalismo da gastronomia e o uso dos recursos sem causar danos ao ambiente e as futuras gerações.

Os professores dos cursos de gastronomia, ainda que de maneira tímida, entrelaçam pequenas medidas de uma educação ecocêntrica, exposta no capítulo I da pesquisa. Pois através das práticas de cozinha e no convite ao aluno a rever seus hábitos, que se incentiva a reapropriação dos sentidos e da própria história. Nessa interação de pensamentos, é que a racionalidade guiada pelos princípios da natureza permite pensar sobre os atos sustentáveis e se legitimam as ações e motivações que levam o aluno a interagir com meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

### **3.1.2 O Currículo do Curso de Gastronomia e a Sustentabilidade**

Esta Seção traz as entrevistas com as questões relacionadas ao curso e como são tratadas as questões de sustentabilidade. Os professores são questionados em quais disciplinas os alunos são informados sobre o tema de Sustentabilidade e Ambiente.

Foi observado que no Curso de Gastronomia 1 os temas são discutidos em diversas matérias, atravessando a grade curricular, como em: Sociologia e Antropologia dos Alimentos, Cozinha Internacional, Química na Cozinha e brevemente nas matérias de Projetos em Gastronomia e Cozinha Avançada. Porém, nesse contexto, os interlocutores afirmam que o tema é trabalhado por professor que leciona a maioria das matérias citadas: “Na minha disciplina de Sociologia e Antropologia. Como sou eu mesmo, que conduzo essa mesma disciplina, na disciplina de Cozinha Internacional, de Química na Cozinha e até mesmo na disciplina de Projetos.” (Interlocutor 1).

Assim, as questões de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade são executadas no curso. Porém, por um único professor das entrevistas. Já no segundo entrevistado notou-se desconhecimento do tema “[...] Eu acho que tem. Na disciplina de Sociologia e Antropologia [...] em Cozinha Avançada trabalha a sustentabilidade, fala um pouco disso. E só.” (Interlocutor 2).

No Curso de Gastronomia 2 os temas relacionados à Sustentabilidade e Ambiente são trabalhados em matérias específicas voltadas à discussão. A disciplina Cozinha

Alternativa visa essa temática, mas acaba se delimitando no uso dos alimentos em sua totalidade: “[...] Comigo a gente tem uma discussão sobre isso, em Cozinha Alternativa [...] Noção de meio ambiente muito superficial. Não é uma temática que efetivamente adentre muito a ementa do curso.” (Interlocutor 3). Ressalte-se aqui que o curso em questão se moldou ao cumprimento das normas e regulações do ensino superior e segmentou o conhecimento e a discussão dos temas relacionados ao Ambiente nessas matérias localizadas no início do curso. E a discussão dos temas de sustentabilidade alcança o terceiro período juntamente com o Interlocutor 3, pois o mesmo leciona a matéria Cozinha Étnica no semestre letivo 2017/1.

Nesse caso também falta conhecimento sobre a matriz curricular e como o tema é trabalhado nas demais disciplinas no curso.

[...] Numa disciplina anterior que não é a que leciono [...] controle higiênico sanitário e meio ambiente que eles têm com a professora [...]. Eles têm uma discussão um pouco maior sobre meio ambiente, mas, que eu não sei qual é essa discussão. (Interlocutor 3).

Com relação à uma formação voltada para questões ambientais, todos os professores falaram que nunca fizeram curso direcionado à questão de Ambiente e Sustentabilidade. O que utilizam para promoção dos temas em suas aulas são experiências próprias no mercado e conhecimentos adquiridos em sua formação juntamente com pesquisas diversas: “[...] já fiz um curso no SENAC, há uns dois anos e meio. Mais superficial, mais pra demonstrar a realidade do lixo.” (Interlocutor 3). E “minha primeira formação é em biologia. Então, a gente trabalha muito essas questões também [...] Dentro da formação do biólogo.” (Interlocutor 1).

Quanto ao conhecimento de algum documento relacionado à Sustentabilidade e Ambiente somente o interlocutor 1 (2017) se mostrou familiarizado: “[...] eu conheço a Carta ao Meio Ambiente [...] eu conheço a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Eu conheço também as orientações da FAO [...] para a relação à sustentabilidade”.

Em todos os casos os docentes dos cursos de gastronomia entrevistados não se recordam ou desconhecem outros documentos relacionados às práticas de

sustentabilidade. O desconhecimento de tais documentos traz a reflexão sobre a atual situação do curso.

A maioria dos entrevistados declara desconhecer os documentos relacionados à Educação Ambiental, ignorando como trabalhar suas diretrizes de modo interdisciplinar nas matérias ao longo dos semestres. Restringindo-se, assim, o debate a algumas matérias bem específicas, como Sociologia e Antropologia no Curso de Gastronomia I e Controle Higiênico e Meio Ambiente no Curso de Gastronomia II, unicamente para atender as regulações externas do Ministério da Educação e as políticas de descarte e reuso de resíduos orgânicos e sólidos.

As questões relacionadas à sustentabilidade e ao reconhecimento do Ambiente são discutidos numa superficial noção de racionalidade exposta por Leff (2008; 2010; 2014) na presente pesquisa. São trabalhados em sua grande parte, convocando os alunos a refletirem sobre o desperdício de lixo e o ciclo dos insumos adquiridos para as aulas práticas. Os professores comentam a dificuldade de trazer a reflexão da sustentabilidade num curso, cuja principal característica é o tradicionalismo, e a seleção de ingredientes bonitos que atendam tecnicamente a elaboração de produção específica. Não conseguindo com isso gerir o descarte ou a inutilização de determinado produto que não alcançou os critérios expostos em aula.

Muitos ingredientes que atendem a determinada aula não podem fazer parte de um ciclo de reaproveitamento. E fazer o aluno participar de uma discussão de sustentabilidade nessa realidade se torna um dos principais empecilhos para sua aprendizagem. Ficando esses alimentos inutilizados, chamados de sobra de aula, destinados à fabricação de fundos<sup>12</sup> ou distribuídos a funcionários de limpeza etc. Ou seja, a racionalidade e a reflexão das práticas sustentáveis ainda é superficial e muito limitante das condições instauradas nas práticas pedagógicas nas aulas.

[...] é que esse lixo não pode ser transformado em um... Um subalimento pra ser doado, por exemplo [...] A gente tem uma série de questões envolvidas

---

<sup>12</sup> Fundos são líquidos saborosos produzidos a partir do cozimento lento de ossos, carcaças e/ou sobras de comida, mirepoix (50% cebola, 25% cenoura, 25% aipo ou salsa) e temperos. Usado como base de sopas, molhos e cozimento de proteínas em geral.

aí, principalmente com que tange [...] As lógicas de contaminação. (Interlocutor 3).

Todos os Interlocutores concordam em suas entrevistas, que uma das medidas primordiais nos cursos é estabelecer maneira de controle do lixo, métodos para diminuição da fabricação desse resíduo, o aproveitamento integral do alimento e o aumento da discussão sobre essa reaproximação dos alunos às questões ambientais, para que possam refletir sobre seu papel profissional.

A grande barreira que impede os cursos de gastronomia de trabalharem os temas ambientais em suas disciplinas ainda é a falta de formação coordenada dos professores e a falta de treinamentos específicos para a inclusão dos temas na rotina das aulas. Nota-se, nesse momento, a falta de projetos que se entrelacem conceitos diversos e interdisciplinares que possam unir as matérias para o debate do tema.

Outra característica apontada na entrevista é que os interlocutores sempre guiam seu raciocínio pelo viés do desperdício e da produção de resíduos. Caracteriza assim, um campo de trabalho amplo para os temas de sustentabilidade. As práticas ambientais poderão ser bem trabalhadas no curso se elas interagirem com as aulas práticas apontando a grande produção de lixo e sua solução. De imediato, o que vislumbra como problema ambiental nos cursos de gastronomia são o lixo e suas formas de controle, coleta e reuso, sendo assim, principal objeto trabalhado pelos professores.

### **3.1.3 Práticas Pedagógicas de Ensino Ambiental**

Nesta seção os professores respondem como, em suas práticas de ensino, dialogam sobre os temas ambientais em suas disciplinas. Também são relatadas ações que podem ser estabelecidas com relação ao lixo, à sustentabilidade nas aulas práticas de cozinha.

A sexta questão pediu para os professores explicarem como desenvolvem práticas ambientais nas disciplinas. Para isso, diversos recursos foram explanados, como:

utilização de vídeos que discutem fome, lixo e descarte: “[...] Ilha das flores (você conhece? Respondi que não) é um vídeo muito interessante, fala sobre o aproveitamento do alimento e de determinadas coisas, na cadeia de aproveitamento chega um ponto final o ser humano.” (Interlocutor 4); produção de subprodutos com materiais que sobram das aulas práticas: “[...] O resíduo que a gente produz nas aulas, convocando os alunos pra pensarem as possibilidades de utilização daqueles produtos. ” (Interlocutor 3); controle de lixo com destino à reciclagem e cooperativa de catadores “[...] Falo da importância de... Da gente... Somente... “Da gente” descartar o lixo... O que é pra ser descartado.” (Interlocutor 2). E de debates da sustentabilidade através de movimentos da alimentação como *slow food*,<sup>13</sup> veganismo e pegada ambiental (Interlocutor 1):

[...] Trabalho muito essa questão do meio ambiente [...] Explicando, né? Como nós somos responsáveis né... Como a turma da área de alimentação é responsável por impactar o meio ambiente.  
 Eu trabalho com tema de sustentabilidade, trabalho os movimentos relacionados a isso, né? Esses movimentos relacionados com alimentação como: *slow food*, como veganismo, também, se [...]. Que tem uma preocupação muito grande com essa pegada ambiental.  
 E na cozinha internacional é justamente evitando esse desperdício fazendo as coisas muito bem [...] Então, minhas aulas são preparadas, a cada semestre... De uma maneira a pensar muito bem [...] Como eu não vou deixar desperdiçar.

Ainda utilizando o tema das aulas, num convite à reflexão da sustentabilidade no curso, alguns professores relatam que é possível notar algumas práticas sustentáveis. Nas aulas em que os alunos são convidados a refazerem um prato ou pensar produção com ingredientes que seriam descartados, aulas de reaproveitamento de alimentos, folhas e talos, aulas teóricas de discussão de casos e artigos abordando o tema.

---

<sup>13</sup> *Slow Food*: Fundado por Carlo Petrini em 1986, tornou uma associação internacional sem fins lucrativos em 1989. Atualmente conta com mais de 100.000 membros e tem escritórios na Itália, Alemanha, Suíça, Estados Unidos, França, Japão e Reino Unido, e apoiadores em 150 países. O princípio básico do movimento é o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, os produtores. Opõe-se à tendência de padronização do alimento no Mundo, e defende a necessidade de que os consumidores estejam bem informados, se tornando co-produtores.

Com relação ao lixo, perguntou-se quais ações sustentáveis eram importantes de ser tratadas pelo curso. Aqui todos concordaram em suas falas que o lixo precisa ser pensado quanto à sua produção, e que é urgente o estabelecimento de ações como: coleta seletiva, fabricação de compostagem no curso, melhor utilização de sobras de insumos das aulas, focalizando na participação do aluno como peça principal do processo. “[...] pensar a destinação do lixo [...]. De modo que fosse possível a gente pensar melhor... dos resíduos produzidos em sala de aula.” (Interlocutor 3).

Essas mesmas questões foram debatidas na pergunta nove, quando foram indagados sobre as ações sustentáveis do curso: “[...] Primeira coisa: precisa-se capacitar, educar e conscientizar os alunos, os professores, os funcionários a respeito disso. Se a gente não fizer isso, não adianta... explicar nada, porque vai passar batido e as pessoas vão deixar de lado.” (Interlocutor 1). Novamente nota-se que os cursos necessitam aprimorar a discussão do tema, sugerindo analisar essa capacitação docente, para que enfrentem as atividades relacionadas à Sustentabilidade em suas disciplinas.

Na questão número dez os professores responderam como dialogam em suas aulas práticas especificadamente com o tema Sustentabilidade. Inicialmente o Interlocutor 1 discute exaustivamente o tema Sustentabilidade e depois tenta discuti-lo nas aulas práticas. “[...] Primeiramente o tema é apresentado, através de aula expositiva, e depois esse tema é exaustivamente discutido com artigos relacionados [...]”. O Interlocutor 2 diz trabalhar pouquíssimo o tema; debate o descarte de vidro e lixo: “[...] eu falo disso, do descarte, que precisa ser menor, e da separação do lixo... mínimo, que é de vidro não estar no lixo comum.” O Interlocutor 3 convoca os alunos a pensarem em novos produtos a partir da aula, mesmo extrapolando sua ementa, que é de matéria tradicionalista como a Cozinha Étnica: “[...] não metodológico, mas sistemático, é. Convocando os alunos a pensarem, ingredientes possíveis ou produtos possíveis de serem trabalhados com aqueles resíduos.” Ainda afirma que o fato de a Gastronomia ser campo subjetivo, e levá-los a essa prática sem impor os caminhos, é deixar o campo de reconhecimento da prática muito aberto. “[...] Metodologicamente, eu tenho convocado à utilização. Agora, efetivamente, não é uma prática sistemática, haja vista que, eu não os encaminho pra [...] um processo.

[...] deixo a coisa bem... bem... Livre.” (Interlocutor 3). O Interlocutor 4 trouxe argumentos e exemplos diversos sobre reaproveitamento total dos alimentos.

Concluindo a pesquisa qualitativa de questionário aberto, os professores responderam quais mudanças eles percebem nos alunos com relação às suas práticas sustentáveis no final do curso.

O lixo, por sua vez, se torna o grande viés da discussão novamente em todas as entrevistas. Os Interlocutores relatam que antes de qualquer modificação, transversalização de temas relacionados à sustentabilidade nas matérias do curso, as principais questões a serem trabalhadas relacionam-se à destinação de resíduos, reaproveitamento ou reciclagem de materiais. Nota-se, a partir das entrevistas, que a conscientização dos alunos dos cursos de Gastronomia deve ser iniciada pelas questões do lixo, dos resíduos e principalmente no convite aos alunos a debaterem em suas disciplinas desperdício, reuso, reciclagem e entendimento do ciclo desses insumos. O debate envolvendo resíduos se torna a principal ferramenta de aproximação do aluno da educação ambiental, podendo, assim, ser o principal instrumento de conscientização.

Ressalte-se a criação de um projeto de extensão no Curso de Gastronomia I de cunho social, trabalhando com os alunos a qualificação de moradores de uma comunidade vizinha na área de alimentação. Os alunos são responsáveis pela criação de material didático e planejamento das aulas de cozinha e confeitaria. Ou seja, são encarregados de programar os materiais, compra de insumos e o gerenciamento de resíduos das aulas. Nesse momento, utilizam nas aulas temas como sustentabilidade e o uso de ingredientes em sua totalidade nos módulos de ensino. “[...] É claro que, quando os alunos vão preparar suas apostilas, eles pensam muito nessa questão de não desperdiçar, do não sobrar.” (Interlocutor 1), mas a grande questão é se os alunos são guiados por esses temas por vontade própria e motivação ou se apenas estão pensando em diminuir os custos das aulas reaproveitando ingredientes.

Cria-se então expectativa ou preocupação dos professores com a prática sustentável do aluno enquanto profissional. A maioria dos Interlocutores não consegue enxergar mudança nas práticas sustentáveis dos alunos em sua vida profissional. Exemplos

de mudança nas entrevistas: melhor utilização do ingrediente, comportamento ou postura do profissional perante determinados tipos de alimentos ou insumo.

[...] convocar o aluno [...] a uma visão nova, diferente, um aproveitamento melhor daquele alimento. Eu acho que isso permite que o aluno modifique suas práticas profissionais. Ah... efetivamente isso [...] eu não posso dizer, se isso acontece no mercado.” (Interlocutor 3).

Algumas mudanças em determinados alunos são relatadas, mas em casos específicos. A exemplo de aluna que trabalha atualmente com empresa de utilização total de insumos, mas são casos pontuais destoando da grande massa de alunos egressos.

[...] com a turma que era um tema de reaproveitamento de cascas, né? De vegetais... Restos para a produção e alimentação. Então, assim... E disso, que foi o mais interessante, é que uma das componentes do grupo, fez disso, uma forma que ela trabalha com isso. Que é a jardineira buffet, que é, essa questão de reaproveitamento de alimento. (Interlocutor 1).

E todos os Interlocutores concordam que não acompanham a maioria dos alunos no final do curso e não conseguem ver essas práticas sustentáveis no mercado de trabalho.

[...]. Efetivamente acompanhar esse processo do egresso... Talvez seja até uma... uma política interessante pra [...] a gente pensar enquanto curso de Gastronomia. Acompanhar um pouco esse egresso, enfim, ver como ele está... Está fazendo a utilização do alimento a partir desses vieses de discussão, como por exemplo, aproveitamento integral. (Interlocutor 3).

Concluindo a etapa na pesquisa, nota-se grande importância do tema Ambiente pela comunidade docente, assim como tendência à discussão do tema no curso e nas disciplinas dos professores. Os professores se veem com total falta de recursos para a reflexão sobre Sustentabilidade no curso. Percebe-se que a falta de conhecimento sobre os documentos relacionados às políticas ambientais, programas curriculares do curso de Gastronomia e a Política Nacional de Resíduos Sólidos dificulta o

trabalho dos professores ao tentarem introduzir e discutir o tema em suas disciplinas.

Percebe-se também, mesmo que de maneira amadora e desorganizada, os professores trazem os temas de sustentabilidade, reuso de materiais, reciclagem e cuidados com o Ambiente em práticas e questionamentos ao aluno. Tentando dialogar os temas de maneira transversal entre os módulos práticos e teóricos do curso. Os professores ainda não vislumbram com seu trabalho notável mudança no comportamento do aluno com relação a suas práticas e conhecimentos ambientais no final do curso. E sugerem na pesquisa que acompanhar o egresso em Gastronomia pode ser alvo de futuras pesquisas e análises do comportamento deles para refletir sobre sua função docente. Mas que as mudanças ainda são mínimas, comparado ao que poderia ser feito.

### 3.2 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS FACE AOS RELATOS DOCENTES

Essa seção analisa as percepções dos alunos com relação às práticas de Sustentabilidade e Ambiente. Aqui será discutido o olhar do aluno dos cursos de Gastronomia confrontados com a pesquisa qualitativa dos professores interpretada na Seção 3.1.

Foram selecionadas para a amostra as turmas de primeiro período e as turmas concludentes de ambos os cursos de Gastronomia da Grande Vitória. Assim, é analisada a percepção dos temas sugeridos na visão do aluno que se matricula no curso e se ele consegue de algum modo ser encaminhado às discussões de Sustentabilidade, Ambiente e lixo no decorrer de sua formação acadêmica em Tecnologia em Gastronomia.

A pesquisa foi iniciada em 18 de maio de 2017, com a elaboração de *survey* de perguntas caracterizando a formação do aluno. Os questionários foram aplicados e respondidos *on line* por meio da ferramenta de formulários do *Google docs*, o questionário aplicado encontra-se no Apêndice II.

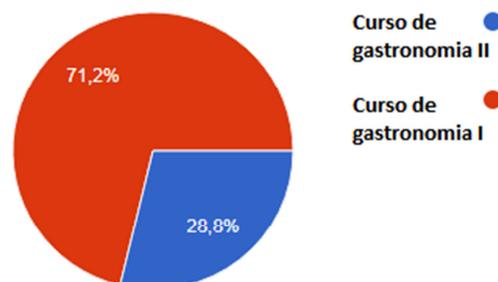
No Curso de Gastronomia I o questionário foi publicado no blog acadêmico das turmas de primeiro período e quinto período. Já no Curso de Gastronomia II foi encaminhado ao *e-mail* das turmas e conseqüentemente disparado para o *e-mail* pessoal de cada aluno de primeiro e quarto período. Nesse momento, o aluno ficou livre para responder o questionário, sem vínculo ou responsabilidade com a matéria do presente pesquisador para entrega de respostas.

Ao todo, as turmas de primeiro e último período dos cursos somaram no semestre letivo 2017/1 92 alunos. Os respondentes chegaram a 73, amostra expressiva para análise dos dados e percepção da visão discente sobre as práticas voltadas ao Ambiente nas disciplinas de cada curso.

O campo de estudo abrange então alunos de primeiro e último período dos cursos de Gastronomia da Grande Vitória. São 73 respondentes do questionário de perguntas fechadas, propiciando comparação com as entrevistas dos professores da pesquisa qualitativa já analisada na Seção 3.1 do presente trabalho.

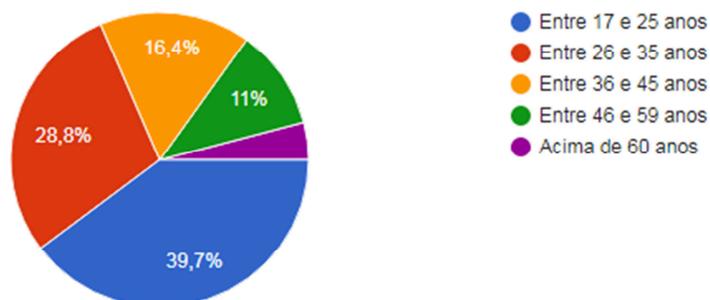
Inicialmente, de acordo com o Gráfico 1, perguntou-se onde os alunos cursam Gastronomia, e 71,2% (52 alunos) estudam no Curso de Gastronomia I e 28,8% (21 alunos) no Curso de Gastronomia II. A faixa etária dos alunos é heterogênea, demonstrada no gráfico 2, pois concentração de alunos em idade de 17 a 35 anos totaliza 68,5% do eixo etário dos cursos. Mas, os restantes de respondentes são divididos em idades entre 36 a acima de 60anos.

**Gráfico 1 – Origem dos Alunos em Cursos de Gastronomia**



Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 2 (APÊNDICE II)

**Gráfico 2 – Faixa Etária**



Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 1 (APÊNDICE II)

Considera-se assim, segundo o Gráfico 2, que os cursos de gastronomia abrangem jovens, adultos e idosos que se caracteriza como amplo campo a discussões que podem ser voltadas a diversos tipos de pessoas.

A divisão dos alunos por período classificou o Curso de Gastronomia I com 72,6% dos alunos respondentes e o Curso de Gastronomia II com 27,4% de alunos respondentes na pesquisa.

**Tabela 1 – Noções Sobre Meio Ambiente.**

Respostas	Percentual
Rios, matas, água, animais e ar.	87,7%
Solo, terra, mar e praia.	54,8%
Minerais, energia.	38,4%
Homens.	37%
Índios.	23,3%
Outros <sup>14</sup>	11,2

<sup>14</sup> Aqui os alunos utilizaram um campo de respostas para descrever o que é o meio ambiente e se destacam:

1. “Todas as alternativas”.
2. “Tudo que nos rodeia”.
3. “O meio ambiente é formado por tudo aquilo que está presente no local, tanto natural (vivo ou não) quanto criado pelo homem.”;

Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 4 (APÊNDICE II)

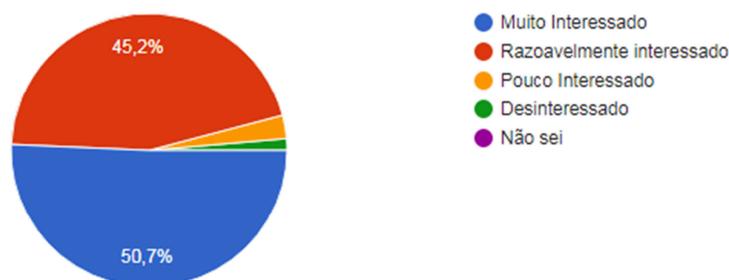
Os alunos responderam na Tabela à pergunta múltipla, podendo assim o entrevistado marcar mais de uma questão, esclarecendo a percepção de reconhecimento do Ambiente. Nessa etapa, o objetivo era analisar se o aluno está consciente de que o Ambiente é tudo que o rodeia ou se o respondente limita a ideia de Natureza ao meio rural com matas e vegetação. 87,7% dos alunos responderam que o que faz parte do meio ambiente são os rios, matas, água, animais e ar. 54,8% afirmam ser o meio ambiente solo, terra, mar e praia. 38,4% responderam que é mineral e energia. 37% dizem que meio ambiente é o Homem e 23,3% afirmam que são os índios. Um respondente afirmou serem todas as afirmativas anteriores. 8 respondentes, 11,2% do gráfico, disseram que o meio ambiente é “uma amplitude, tudo aquilo que nos rodeia, tudo natural e criado pelo Homem.” (Respondentes no Gráfico 4).

Nota-se grande distanciamento por parte dos alunos em relação ao que entendem como meio ambiente. Existe na porcentagem de respostas ideia de Natureza apartada do meio urbano; e que o ser humano integra o Ambiente. Que a natureza se limita a vegetações, matas e rios. Desconsideram o meio urbano como pertencente ao meio ambiente, o que caracteriza para Leff (2014) esse distanciamento com a natureza, impedindo por sua vez o Homem através de seus saberes utilizar os recursos naturais de maneira sustentável.

Os alunos que utilizaram o campo para preenchimento da questão ou que marcaram todas as alternativas são alunos concludentes e percebem certa aproximação ao Ambiente; mesmo assim, são muitos poucos respondentes na amostra.

### **Gráfico 3 – Interesse Discente com Relação aos Temas e Meio Ambiente**

- 
4. “todos fazem parte do meio ambiente”;
  5. “Relação entre ser vivo e a natureza”;
  6. “tudo está ligado *diretamente* a natureza”;
  7. “tudo que envolva a fauna, a flora e que se interage com ela”.



Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 5 (APÊNDICE II)

Segundo o Gráfico 3, ao serem perguntados sobre o interesse em temas relacionados ao meio ambiente 95,9% dos alunos responderam que estão, ou são muito interessados ou razoavelmente interessados. 2,7% se mostram pouco interessados e 1,4% manifestaram desinteresse. Existe motivação discente na discussão dos assuntos relacionados à Sustentabilidade e Ambiente. Porém, como destacado nas entrevistas com professores o tema é pouco trabalhado nas disciplinas ou visto de maneira muito superficial.

**Tabela 2 – Recursos De Informações Sobre Meio Ambiente**

Respostas	Percentual
Através de palestras.	2,7%
TV ou Jornais	63%
Disciplinas da Faculdade	21,9%
Internet e Redes Sociais	60,3%
Livros e Revistas	13,7%
Pesquisas, palestras e internet	1,4%
Outros <sup>15</sup>	1,4%

Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 6 (APÊNDICE II)

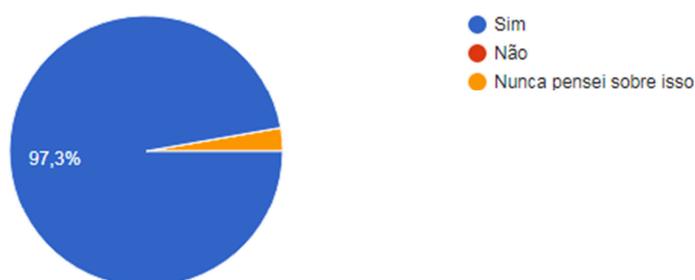
<sup>15</sup> Aqui os alunos utilizaram o campo de respostas para descrever o que é o meio ambiente e se destacam:

1. “Todos os meios de comunicação principalmente em canais voltados para o meio ambiente e o que estamos fazendo com o planeta onde vivemos”.

De acordo com as informações da Tabela 2, de onde os alunos descobrem informações relacionadas ao meio ambiente, apenas 21,9% dos alunos afirmaram que as informações são vistas nas disciplinas da faculdade, ficando como veículo principal de informações a TV e jornais com 63% das respostas do questionário. Internet e redes sociais formam também a busca dos alunos por informações relacionados ao tema com 60,3%. Livros e revistas com 13,7%. Palestras 2,7% e pesquisas e palestras 1,4%.

Confrontando os dados do Gráfico 4 com os do Gráfico 5 que mostra dados de como descobrem essas informações, nota-se que o aluno se interessa por temas ambientais, mas o recurso para alcançar as informações ainda não é a faculdade ou o curso que estudam; o tema se torna pouco explorado e muitas vezes desinteressante quando discutido nas disciplinas. Novamente, o tema se situa no campo da superficialidade acadêmica, como destacado pelos docentes.

**Gráfico 4 – Discussão Sobre Meio Ambiente**



Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 7 (APÊNDICE II)

Por outro lado, os alunos se mostram interessados nas discussões sobre meio ambiente. O Gráfico 4 apresenta a reflexão que o índice de motivação para a discussão é de 97,3%. Confrontando com as falas dos professores, verifica-se que a

prática ambiental, mesmo que superficial, nos cursos de Gastronomia, mas que o próprio aluno não identifica como discussão e prática nas suas matrizes de ensino.

A próxima Seção demonstrada através das Tabelas 3, 4 e 5 apresenta três perguntas de múltipla escolha nas quais são feitas as mesmas perguntas em contextos distintos para o aluno identificar os problemas ambientais, primeiro em casa, depois na rua, enfim, na faculdade. Os problemas foram caracterizados em poluição geral, lixo, desperdício de água/energia e queimadas (utilizado somente na questão com problemas relacionados à rua).

**Tabela 3 – Problemas Ambientais Relacionados à Casa**

<b>Respostas</b>	<b>Percentual</b>
Poluição em geral	27,4%
Lixo	56,2%
Desperdício de água/ Energia	63%
Não Sei	1,4%
Outros <sup>16</sup>	2,8%

Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 8 (APÊNDICE II)

**Tabela 4 – Problemas Ambientais Relacionados à Rua**

<b>Respostas</b>	<b>Percentual</b>
Poluição em geral	79,5%
Lixo	67,1%
Desperdício de água/ Energia	37%
Não Sei	2,7%
Queimadas	21,9%
Outros <sup>17</sup>	1,4%

Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 9 (APÊNDICE II)

<sup>16</sup> Aqui os alunos utilizaram o campo de respostas para descrever o que é o meio ambiente e se destacam:

1. “Carros”
2. “Mal aproveitamento e desperdício de alimento, falta de interesse em assuntos do gênero”.

<sup>17</sup> Aqui os alunos utilizaram o campo de respostas para descrever o que é o meio ambiente e se destacam:

1. “Poluição, desperdício de água pelos condomínios ao lavar a área de laser e a calçada e a quantidade de lixo que tem na rua pela manhã”.

**Tabela 5 – Problemas Ambientais Relacionados À Faculdade**

<b>Respostas</b>	<b>Percentual</b>
Poluição em geral	15,1%
Lixo	23,3%
Desperdício de água/ Energia	52,1%
Não Sei	28,8%
Outros <sup>18</sup>	7%
Nenhum	1,4%

Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 10 (APÊNDICE II)

Percebe-se, nesse contexto, visão diferenciada dos problemas ambientais sob a óptica do aluno. Ele consegue diagnosticar os problemas ambientais a partir do campo que se situa. E ao serem indagados sobre os problemas, constatamos que em sua casa o estudante de Gastronomia observa ser o desperdício de água e energia, seguido pelo lixo (Tabela 3). Na rua, a poluição de maneira geral seguida novamente pelo lixo (Tabela 4). E quando são perguntados sobre os problemas ambientais que observam na faculdade, o campo se aproxima novamente ao da casa (Tabela 5).

Ressalte-se na análise das Tabelas acima que comparando as respostas modifica-se o reconhecimento de tais problemas. Ao responderem quais os principais problemas ambientais em suas casas, apenas 1,4% dos alunos marcaram a resposta 'não sei' (Tabela 3). E leva a crer que o aluno tem consciência dos problemas que enfrenta em sua residência. Na Tabela 5, os mesmos alunos que marcam a resposta 'não sei' somam 28,8% de respondentes da questão. Ou seja, esses alunos que identificam o desperdício de água e energia e o lixo como os

<sup>18</sup> Aqui os alunos utilizaram o campo de respostas para descrever quais os problemas ambientais que se relacionam na faculdade e se destacam:

1. "Falta de lixeiras na parte interna da faculdade para separar o lixo";
2. "Desperdícios de insumos";
3. "Desperdício de alimentos";
4. "Desperdício de papel".

principais problemas da faculdade reafirmam ainda não terem noção exata de tais problemas, ou se existem outros. Tal afirmação se sustenta ao analisar-se que alguns alunos usaram o campo para descrever outros problemas como: “desperdício de alimentos”, “falta de lixeiras na parte interna da faculdade para separar o lixo”, “desperdício de insumos” e “papel” (Tabela 5). De forma geral complementa a maior caracterização dos problemas no campo da faculdade, o resíduo transcrito sob a óptica do lixo. E que também são contemplados nas falas dos professores como: “[...] o principal problema com qual a gente tem que lidar é com a produção de um lixo muito rico, lixo esse que não tem tratamento adequado.” (Interlocutor 3).

A próxima pergunta relacionou a análise curricular do curso à percepção dos alunos. Foi perguntado sobre as disciplinas que lhes informa sobre as questões ambientais.

**Tabela 6- Disciplinas que Debatem o Tema de Meio Ambiente**

<b>Respostas</b>	<b>Percentual</b>
Disciplinas teóricas	37%
Disciplinas práticas	37%
Todas as disciplinas	34,2%
Nenhuma disciplina	11%
Outros <sup>19</sup>	1,4%

Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 11 (APÊNDICE II)

Todos os alunos apontam familiaridade com o tema do meio ambiente, afirmando que em todas as disciplinas são debatidos os assuntos. E a partir das matrizes curriculares do Curso de Gastronomia I nota-se que as disciplinas do Interlocutor 1: História da gastronomia (primeiro período), Sociologia e antropologia dos alimentos (segundo período), Cozinha Internacional (quarto período) e Projetos em gastronomia (quinto período) perpassam quatro semestres do curso; e, em sua entrevista, tende a debater o assunto. No Curso de Gastronomia II, caracteriza-se a mesma situação, pois o professor Interlocutor 3 também é membro titular de disciplinas que interagem em 4 semestres letivos como Planejamento de cardápios

<sup>19</sup> Até o momento na disciplina Controle Higiênico Sanitário e Meio Ambiente

(primeiro período), Cozinha alternativa (segundo período), Cozinha étnica (terceiro período) e Eventos em gastronomia (quarto período).

Os alunos responderam a seguinte pergunta: se acaso o curso já ofereceu algum tipo de palestra ou seminário voltado à sustentabilidade ou qualquer outra questão ambiental?

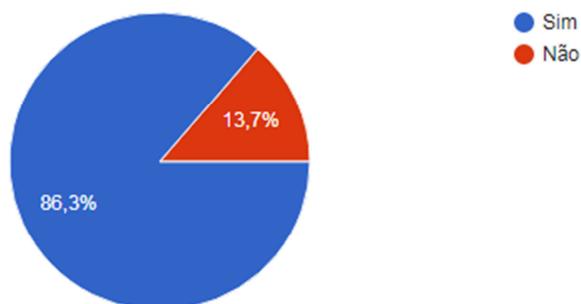
**Tabela 7 – Palestras E Seminários De Sustentabilidade Nos Cursos De Gastronomia**

<b>Respostas</b>	<b>Percentual</b>
Sim	36,4%
Não	58,8%
Eventos gerais da faculdade	2,8%
Não tenho certeza	1,4%

Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 12 (APÊNDICE II)

Os alunos foram perguntados se o curso oferece palestras, seminários voltados a qualquer questão ambiental ou de sustentabilidade, demonstrados no Gráfico 11. Expressivos 58,8% dos alunos negaram qualquer palestra ou seminário voltados aos temas no seu curso. 2,8% dos alunos relataram evento geral da faculdade envolvendo todos os cursos, 1,4% dos alunos não têm certeza e 36,4% responderam que sim. Confrontando os dados da Tabela 7 e a pesquisa qualitativa com os docentes na Seção 3.1.2 onde se analisou que nenhum professor respondeu que os cursos onde lecionam oferecem algum seminário ou palestras sobre meio ambiente e sustentabilidade. Por outro lado, os alunos se dizem conscientes em suas práticas ambientais. Conforme se observa no gráfico 5.

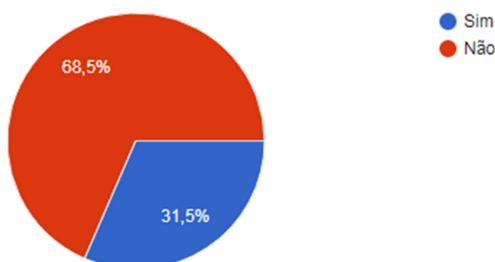
### **Gráfico 5 – Nível de Conscientização Ambiental**



Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 13 (APÊNDICE II)

No Gráfico 6, analisamos se o aluno desenvolveu atividade voltada à prática ambiental e de sustentabilidade no curso de Gastronomia. E constatamos que a maioria não desenvolveu ou ainda não contactou práticas ambientais de sustentabilidade.

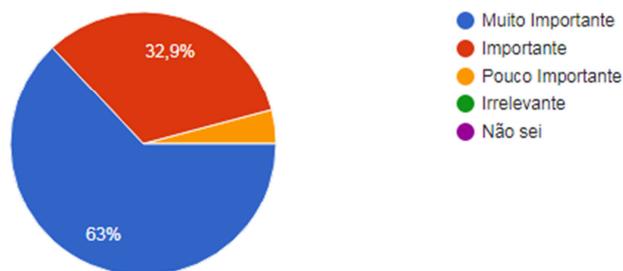
#### Gráfico 6 – Práticas Ambientais nos Cursos de Gastronomia



Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 14 (APÊNDICE II)

Adiante, no Gráfico 7 foi perguntado se o aluno acha importante que em sua formação acadêmica seja trabalhado o tema ambiental.

#### Gráfico 7 – Formação Ambiental No Curso



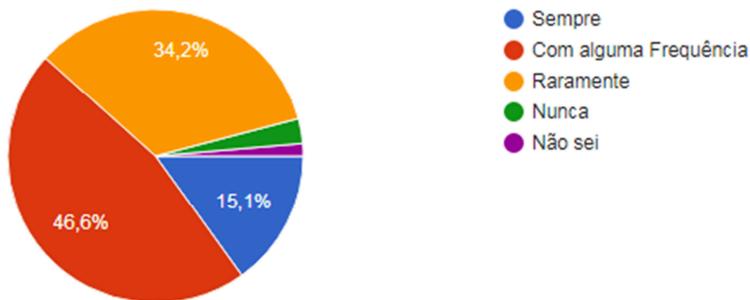
Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 15 (APÊNDICE II)

O aluno por sua vez acha importante que tais temas serem contemplados em sua formação acadêmica. O mesmo ocorre nas falas dos professores na Seção 3.1.1, sobre questões gerais: “[...] Muito importante e... a gente tem buscado trabalhar isso. [...] Eu tenho buscado trabalhar isso nas minhas disciplinas” (Interlocutor 3), “Fundamental!” (Interlocutor 1; Interlocutor 2) e “Nossa. O tema é importantíssimo”. (Interlocutor 4).

Comparando os Gráficos 5, 6 e 7 observa-se que o aluno se considera consciente em suas práticas, entende que o curso ainda não oferece aportes para as práticas relacionadas ao tema, e defende juntamente com os professores a importância do ensino e das práticas pedagógicas do estudo do meio ambiente e sustentabilidade. E, sugere a análise, há motivação por parte docente e discente, mas, ainda não organizada na matriz curricular e não se situa na percepção do aluno.

As seções de perguntas que finalizam o questionário ligam a avaliação dos alunos à frequência dos temas de sustentabilidade na aula e como deveriam ser abordados esses assuntos diretamente associados ao meio ambiente. São expostos em dois gráficos: Gráfico 8, sobre a avaliação dos alunos, e o Gráfico 9 mostrando a percepção de como os temas deveriam ser tratados.

### **Gráfico 8 – Frequência de Assuntos Ligados ao Meio Ambiente e Sustentabilidade**



Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 16 (APÊNDICE II)

### Gráfico 9 – Formas de Percepção sobre o Meio Ambiente



Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 17 (APÊNDICE II)

O Gráfico 8 mostra as formas de percepção ao meio ambiente e sustentabilidade tratados em aula com alguma frequência ou raramente. Os Interlocutores em suas explanações demonstram reconhecer que trabalham de maneira superficial o tema e questionam se conseguem realmente trazer a reflexão para as práticas dos alunos; e desconhecem se o tema é contemplado por outros professores do curso, conforme destaca o Interlocutor 3 “[...] Eles têm uma discussão um pouco maior sobre meio ambiente, mas, que eu não sei qual é essa discussão.” E comprova a falta de contemplação dos temas ligados a sustentabilidade e meio ambiente na rotina das aulas e na matriz curricular como forma de incentivo as práticas ecológicas na profissão. Em contra partida os alunos afirmam que todas as disciplinas poderiam abordar de algum modo o tema.

Os alunos também foram questionados sobre as ações sustentáveis que consideravam importantes para o curso de gastronomia implementar (Tabela 8 ). E 68,5% dos alunos responderam que o mais importante é a utilização de práticas sustentáveis nos laboratórios (cozinhas pedagógicas).

Nas cozinhas onde o aluno desenvolve as aulas práticas é onde ele consegue observar e confrontar qualquer relação entre os temas abordados. Nota-se nesse momento que as aulas práticas diversas não são guiadas pelos princípios básicos da sustentabilidade e do controle de resíduos, tais como: reciclagem de materiais sólidos, encaminhamento de lixo orgânico para compostagem, utilização correta de insumos, visando a diminuição do desperdício e etc. O aluno percebe que ele precisa ver as práticas funcionam sob o viés da sustentabilidade, já que a segunda resposta selecionada foi a visita às empresas e atividades relacionadas a preservação e meio ambiente, seguidas pela criação de grupos de pesquisa que debatem o tema, organização de eventos ambientais e por último o aluno considera importante que se aumente o debate do tema nas matérias de maneira geral.

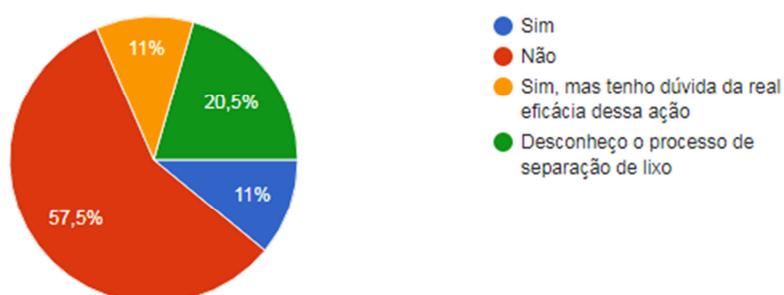
**Tabela 8 – Ações Importantes Para o Curso Implementar**

<b>Respostas</b>	<b>Percentual</b>
Existência de grupos de pesquisa interdisciplinares voltados para a temática sustentabilidade.	19,2%
Vistas técnicas dos estudantes a empresas e atividades relacionadas à sustentabilidade e preservação do meio ambiente	39,7%
Utilização das práticas sustentáveis nas aulas de laboratório (cozinhas)	68,5%
Organização de eventos sobre os temas ambientais.	17,8%
Aumentar o número de debates relacionados com o tema nas matérias gerais.	15,1%

Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 18 (APÊNDICE II)

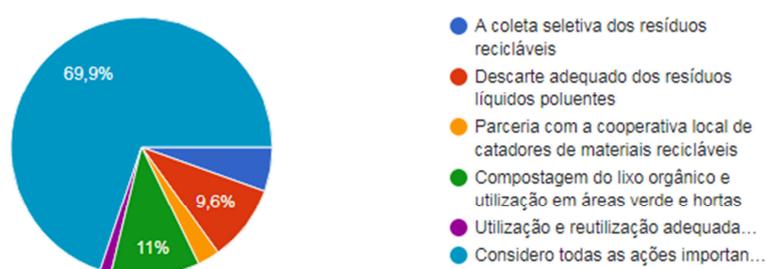
Os resíduos de uma forma geral foram trabalhados nas duas últimas questões do questionário, e os Gráficos 10 e 11 mostram se os alunos são instruídos para a coleta seletiva de resíduos e quais ações sustentáveis o curso de Gastronomia pode implementar a partir da sua relação com o lixo.

**Gráfico 10 – Coletores de Lixo Adequados**



Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 19 (APÊNDICE II)

**Gráfico 11 – Relacionando o Lixo às Ações Sustentáveis no Curso de Gastronomia**



Fonte: Elaboração própria a partir da Questão 20 (APÊNDICE II)

Analisando os dois últimos gráficos e a entrevista dos professores na Seção 3.1.3, podemos relacionar a interação entre a prática pessoal dos docentes aos recursos que constituem o curso. Os alunos já apontaram em questões anteriores que é

preciso melhorar as práticas sustentáveis nas aulas práticas. Então, segundo o Gráfico 10, inexistem lixeiras para a coleta seletiva dos resíduos das aulas práticas. Estando aí o primeiro problema com relação às práticas sustentáveis do curso. As lixeiras que separam unicamente óleo, gordura e vidro. Não existe ainda coleta seletiva de material orgânico, líquido contaminador etc. Impedindo, no primeiro momento, que o aluno veja um trabalho voltado à sustentabilidade. Os demais alunos percebem coleta mínima, mas desconhecendo sua eficácia, como indica a fala do Interlocutor 4:

[...] Hoje, o próprio carro do lixo, misturam os lixos, mesmo se você tiver separado o carro do lixo mistura.  
[...] Em Belo Horizonte o carro, já é uma coisa feita. Acho que a gente precisa fazer isso, implementar essa [...] coleta. Mas, eu acho que é isso!  
E a própria Prefeitura levar isso mais a sério, essa coisa, que já teve aqui uma época.

E ao serem indagados sobre quais ações sustentáveis os alunos acham importantes para o curso, 69,9% afirmam serem todas as ações importantes: coleta seletiva dos resíduos recicláveis, descarte adequado dos resíduos líquidos poluentes, parceria com a cooperativa local de catadores de materiais recicláveis, compostagem do lixo orgânico, utilização em áreas verde e hortas, utilização e reutilização adequada dos alimentos que não passaram pela triagem técnica. (Gráfico 11).

Destaca-se, assim, a realidade interpretada a partir da análise do presente pesquisador, membro do corpo docente dos cursos de Gastronomia, que demonstra em duas metodologias e visões alternadas do curso. Todas as alternativas citadas constituem medidas e propósitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS. O que chega ao ponto de redundância da pesquisa já exposto na interlocução dos docentes. Todas as questões de meio ambiente e sustentabilidade do curso de Gastronomia podem ser alcançadas sob o viés do lixo e manuseio de resíduos nas aulas práticas. Constituindo a educação ambiental, nas diretrizes da educação com o enfoque sobre a PNRS, centralizando o debate nos cursos. Estabelecer o controle do lixo, métodos diminuindo a fabricação do resíduo, além do aproveitamento integral do alimento e o aumento da discussão sobre essa reaproximação dos alunos as questões ambientais, para que eles possa refletir sobre seu papel profissional. Tal importância será destacada na próxima Seção, que discute a

educação ambiental sob a óptica da PNRS, servindo como ponte para o debate da sustentabilidade nos cursos de Gastronomia da Grande Vitória.

### 3.3 A IMPORTÂNCIA DO DEBATE ACADÊMICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Considerando as dimensões da educação como formação profissional e do sujeito com uma visão crítica e ambiental, importa a educação ambiental. A construção de uma ética de responsabilidade do ser humano para si mesmo e preocupado com as ações futuras associa Natureza a solidariedade.

[...] a educação ambiental está comprometida com a transformação social, com a emancipação do sujeito, com vistas à formação para a cidadania, à medida que nos educamos, dialogando com nós mesmos, com a comunidade, com a humanidade, com os outros seres vivos, enfim, com o mundo, atuando como um ser social e planetário. (LOUREIRO, 2004, p.24).

Torna-se, assim, pertinente o tema, pois nesse caso a relação com o todo faz aluno e professor assumirem parcela de responsabilidade com o Ambiente. Relaciona-se ao compromisso social com as dificuldades do enfrentamento da crise ambiental. Pensar a complexidade ambiental é refletir de modo abrangente para melhor entender a Natureza e a Sociedade com o compromisso de se relacionar com o Mundo, fazer parte do todo.

Assim, é necessário rever as reflexões da ciência moderna e abrir-se aos desafios questionando os processos pedagógicos atuais embasados na especialidade e nos saberes segmentados. Entender a complexidade é entender o Ambiente e inserir-se nele como peça participante, exercitando a cidadania para ajudar na formulação de políticas legitimadas pela própria Sociedade.

Em sua formação, os acadêmicos do ensino superior podem não perceber a geração ou o destino de resíduos, tanto na universidade quanto nas suas práticas cotidianas, não reconhecendo as implicações ambientais de suas atividades não refletidas. Daí

a pertinência do presente estudo para o Ambiente, partindo da geração dos resíduos, com a educação ambiental, sob o pensamento de que tudo está interligado através de múltiplos saberes.

Nessa perspectiva, considera-se que professores capazes de mostrar aos alunos em suas disciplinas os resíduos das suas práticas profissionais levam os estudantes a refletirem sobre seus atos, o que favorece o desenvolvimento da consciência crítica sobre o que esse saber tem a ver com o exercício profissional, despertando sua responsabilidade e compromisso social. A educação ambiental se torna importante para a formação profissional por discutir a apropriação dos valores de cidadania, ética, respeito e compromisso social, atualmente esquecidos na formação profissional.

Portanto, o estudo da Política Nacional de Resíduos Sólidos pela óptica da Educação Ambiental se torna importante no diálogo entre a nova consciência de responsabilidade com a Natureza e a forma de perceber, viver e conviver nesse ambiente. Para isso, a educação necessita considerar que indivíduo e o meio ambiente constituem totalidade, que nossas ações afetam o Meio do qual fazemos parte. Precisamos despertar uma consciência de nosso destino comum, sentimento de unidade e pertencimento ou, como já disse Leff (2014), para um despertar de reapropriação social da Natureza.

### **3.3.1 Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil e Sua Aplicação**

Com a Constituição 1988, cada município no Brasil ganhou sua autonomia que garantiu independência legislativa, financeira e administrativa, afora a competências própria de cuidar dos interesses locais. Cada município legisla sobre concessões e permissões de serviços públicos de limpeza e meio ambiente, previsto no Artigo 30, incisos I, II e V.

Nesse ambiente, o município se torna detentor dos serviços de limpeza da cidade e gera o manejo dos resíduos sólidos que começa na coleta até sua destinação final. Contudo, atualmente existem normas que classificam os resíduos sólidos descritos especialmente nas Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente –

CONAMA. Ainda não existe no Brasil instrumento que realmente estabeleça as diretrizes que orientam os estados e os municípios a uma adequada gestão dos resíduos.

Dados do IBGE de 2002 mostram que a produção de lixo residencial e comercial no Brasil de 157 mil toneladas. Na época, 20% da população não acessavam os serviços regulares de coleta de lixo. Com o aumento da população após dez anos, novo estudo do IBGE apontou aumento de lixo em aproximadamente 54%.

A criação da PNRS, Lei 2.305 de 2010, aparece como uma necessidade devido aos resultados do uso do Ambiente que se marca pela crise ambiental e a problemática do lixo, introduzida na política em caráter de gestão municipal para a solução no campo dos resíduos. Quanto à lei, importa lembrar que a utilização de lixões, proibida em 2014, em verdade, não deveriam existir desde 1981, quando a Política Nacional de Meio Ambiente, Lei Federal 6.938/1981, os define como crime ambiental, integrando em 1998 a Lei Federal 9.605/1998, a Lei dos Crimes Ambientais.

Em 2010, a PNRS traz em seu Artigo 54 que até agosto de 2014 (prazo de quatro anos dado pela Lei) deveria ser estabelecida a disposição final ambiental adequada dos rejeitos. Ademais, a Lei é bastante clara com relação à disposição dos rejeitos em aterros sanitários (não em lixões), estabelecendo que sejam encaminhados a aterros somente se esgotadas todas as possibilidades econômicas e técnicas de reciclagem e reaproveitamento.

A lei, então, distingue resíduo, lixo, que pode ser reciclado ou reaproveitado, e rejeito, que não pode ser aproveitado. Já debatido anteriormente pela Revista SENAC e Educação (2009, p. 26) “[...] A lei é fruto de uma ampla discussão com os órgãos do governo, instituições privadas, organizações não governamentais e sociedade civil.” Visa à redução e tratamento dos resíduos adequando os materiais a boa destinação final, redução da exploração dos recursos naturais na produção, melhor a discussão da educação ambiental e inclusão social gerando empregos para catadores de materiais recicláveis. Que resulta em diversas atividades industriais impactantes a sociedade, destacando que:

Resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível. (ABNT NBR 10004/1987).

Nas cidades a disposição final adéqua-se aos aterros sanitários. Já os resíduos de coleta seletiva tratada como orgânicos ou de reciclagem são dificilmente controlados e atingem média de 50% da massa final dos resíduos sólidos. A utilização do reaproveitamento do lixo ou reciclagem no Brasil ainda é muito baixa, e uma das possíveis explicações para esse índice é a falta de marco regulatório para o setor, diferentemente da área empresarial. Faltam investimentos em resíduos: o PAC<sup>20</sup>, por exemplo, não contempla recursos para resíduos sólidos.

Ligada à PNRS, um dos objetivos da lei é o desenvolvimento sustentável e a ecoeficiência<sup>21</sup>, visando integrar o Homem ao Ambiente proporcionando qualidade de vida sem impacto incentivando a agricultura orgânica e familiar. E a ecoeficiência se relaciona às atividades da gestão dos resíduos produzidos por atividades humanas impactantes ao Ambiente. Isso inclui a conscientização dos sujeitos com relação ao manejo dos resíduos e a redução do consumo de materiais e energia, contaminação ambiental por produtos tóxicos, reciclagem, comércio de produtos sustentáveis e uso de produtos renováveis.

Ademais, a lei suscita reflexão sobre as práticas sociais nos contextos urbanos marcados pela degradação ambiental, desdobrando-se em novas formas de ação social numa perspectiva de sustentabilidade. Assim, a PNRS assume o caráter de política minimizadora ou preventiva de segurança ambiental, mas que ainda se

---

<sup>20</sup> PAC é Programa de Aceleração do Crescimento. É plano do governo federal que visa estimular o crescimento da economia brasileira, investindo em obras de infraestrutura (portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias etc).

<sup>21</sup> A ecoeficiência pode ser obtida unindo fornecimento de bens e serviços sustentáveis a preços competitivos satisfazendo as necessidades humanas e assim reduzindo os impactos ambientais e de consumo de recursos naturais.

encontra tímida no cenário político brasileiro, pois na maioria das análises há descaso da gestão pública para o engajamento da população nas ações pautadas comprometidas com a defesa do Ambiente. Faltam vontade política dos administradores e técnicos suficientes no setor, especialmente nos municípios incumbidos da gestão do lixo.

A Lei ainda inaugura a responsabilidade empresarial no ciclo de vida dos produtos, chamado de logística, envolvendo um

[...] instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2010).

Tal acordo confirma a responsabilidade do setor do reuso ou do recolhimento dos materiais produzidos nas empresas podendo causar sérios danos à Natureza, ao modo das embalagens plásticas de óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, embalagens em geral e resíduos de medicamentos e suas embalagens. A política de logística reversa funciona hoje no País muito bem para alguns tipos de resíduos, principalmente para as embalagens de agrotóxicos e óleos mecânicos e comerciais; contudo, é fraco o desempenho em outros setores, como os de embalagens em geral, pois a responsabilidade pela coleta seletiva desses materiais é da Prefeitura.

A Política resulta de ampla discussão entre o Governo, instituições privadas, organizações não governamentais, sociedade civil etc, reunindo os princípios e diretrizes para a gestão de resíduos. Assim, buscando redução, reutilização e tratamento dos resíduos, destinação final adequada dos rejeitos, diminuição dos recursos naturais na produção, a PNRS alerta para ações de educação ambiental, aumento da reciclagem, inclusão social e geração de emprego e renda aos catadores de materiais recicláveis.

A proposta da PNRS é a que melhor consegue exemplificar mudanças possíveis nos hábitos e atitude dos cidadãos; mas a política é legitimada também com o amadurecimento e reconhecimento das práticas de preservação ambiental. Um dos grandes desafios de sua legitimação perante a Sociedade é apoiar seus processos na educação ambiental para todos os indivíduos, garantindo que o serviço público leve essas informações a todas as camadas sociais. Torna-se nesse caso, um grande desafio a gestão dos municípios o controle e destino dos resíduos conforme destacado por Jacobi (2006):

Poucas são as cidades que escapam de um quadro dramático que combina um conjunto de fatores, dentre eles a precariedade dos diversos serviços e a omissão do Poder Público na proteção/preservação das condições de vida da população (p. 13).

Nesse contexto, grande desafio da política é uma construção de cidadania consolidando os sujeitos ativos com deveres e direitos, aumentando o campo da participação rompendo as configurações das instituições tradicionais; mas, ao mesmo tempo, conversando com uma lógica de tutela e dependência do Estado. O principal desafio presente da Política Nacional de Resíduos Sólidos é que as cidades criem as condições de assegurar a qualidade de vida que não interfira negativamente no Meio, bloqueando a degradação. A política então exige motivação social para se tornar produtiva e questionar os meios de produção com foco na sustentabilidade. (FREITAS; MOZINE, 2015 a)

Com a política em vigor desde 2010 e metas para até 2014, como o fim dos lixões e trato adequado aos tipos de resíduos e coleta seletiva, há de se notar que a própria regulação foi insuficiente para mudar a maneira de reflexão da produção de lixo no País, tendo em vista que os prazos foram prorrogados e o processo de reciclagem e reuso de resíduos ainda se encontra em estágio de adaptação. Os dados do Brasil apontam ainda para uma produção de lixo distribuída segundo suas características, como o lixo de material orgânico destinado a compostagem, recicláveis ou de reuso e de rejeitos para aterros.

**Figura 1 – Resíduos Sólidos no Brasil**



Fonte: Panorama da Política Nacional de Resíduos Sólidos: Principais avanços e gargalos, 2016, p.6

Na avaliação da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – Abrelpe, os resultados apontam entre 2010 e 2014 volume de lixo aumentado em 10,36%. O cenário da Lei ainda está na linha de legitimação e crescimento da geração de resíduos.

A pesquisa mostra ainda que entre 2003 e 2014 a população no País cresceu cerca de 6%, e o volume de lixo aumentou 29% gerando média de lixo *per capita*/dia de 1,06kg. Demonstrou que 1559 dos 5569 municípios possuem lixões, a maioria cidades pequenas e médias. Embora a PNRS tenha como meta o fim dos lixões, de acordo com os dados 41% das 78,6 milhões de toneladas de resíduos sólidos gerados no País em 2014 destinaram-se a lixões e aterros controlados, o que ainda não garante segurança ao Ambiente e à saúde.

**Figura 2 – Coleta Seletiva**

- **65% dos municípios** têm iniciativas de coleta seletiva  
→ mas **apenas 3,1%** dos resíduos sólidos são coletados seletivamente (SNIS, 2012)
- **Menos de 1%** das cidades fazem compostagem

Fonte: Panorama da Política Nacional de Resíduos Sólidos: Principais avanços e gargalos, 2016, p.7

Outro dado que chama atenção é uma disposição de implantação da PNRS ao se constatar que a maioria dos municípios adere à coleta, mas, que pouco se consegue de êxito em sua prática, demonstrando índices baixíssimos de captação. Menos ainda o lixo de compostagem.

A análise dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS -, que são planejamentos para a estruturação da PNRS, revela que os planos de resíduos sólidos devem contemplar todo o ciclo, iniciado na geração do resíduo e identificação do gerador, até à disposição final ambientalmente adequada direcionada aos órgãos e indivíduos que usam o produto, responsáveis pelo rejeito.

Os planos de resíduos sólidos devem abranger o ciclo que se inicia desde a geração do resíduo, com a identificação do ente gerador, até a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, passando pela responsabilização do setor público, titular ou concessionário, do consumidor, do cidadão e do setor privado na adoção de soluções que minimizem ou ponham fim aos efeitos negativos para a saúde pública e para o meio ambiente em cada fase do 'ciclo de vida' dos produtos (BRASIL, 2014).

Existe responsabilidade entre o produtor e o ciclo que se estabelece até o rejeito, e a pesquisa aponta que apenas 42% dos municípios elaboram PMGIRS. O cenário político conta com a prorrogação dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para conseguir boa gestão dos rejeitos. As medidas regulatórias

para o não cumprimento são aplicadas como ação civil pública por improbabilidade e crime ambiental aos gestores.

**Figura 3 - Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**

## ELABORAÇÃO DOS PMGIRS

PL 2289/2015 – Aprovado no Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados:

- Prazo até 31/07/2018: para capitais e regiões metropolitanas
- Prazo até 31/07/2019: cidades com mais de 100 mil habitantes.
- Prazo até 31/07/2020: cidades entre 50 e 100 mil habitantes.
- Prazo até 31/07/2021: cidades com menos de 50 mil habitantes.

Fonte: Panorama da Política Nacional de Resíduos Sólidos: Principais avanços e gargalos, 2016, p.8

Ao analisar esse pequeno cenário - e segundo dados mais recentes - detecta-se que o mal funcionamento da Política Nacional de Resíduos Sólidos é por falta de vontade política de reduzir a produção de lixo. Os municípios ainda tem pouca capacidade técnica para a viabilização adequada dos recursos. Ou seja, ainda sofremos gestão inadequada que não se resolve prolongando prazos ditos para a regularização. Um dos grandes problemas é exatamente a prorrogação, que pode ao contrário produzir mais problemas ambientais do que os atuais, como contaminação dos solos e lençóis de água.

Encara-se, assim, paradoxo entre a implantação da PNRS e as diversas dificuldades e desafios encontrados no processo. Entre elas, a falta de vontade de gestores políticos em de fato mudar a situação do lixo nos municípios. Isso deixa ainda parcela da população sem o serviço de coleta de resíduos além dos recicláveis secos, pois o Decreto Regulador da PNRS refere-se à coleta seletiva dos resíduos com separação de origem, pois a mistura de um com o outro pode gerar composto inferior.

[...] além da coleta seletiva dos resíduos recicláveis secos (papel e papelão, plásticos, metais e vidros), também traz o conceito de coleta seletiva dos orgânicos ou dos resíduos úmidos. Essa segunda coleta seletiva é particularmente importante quando se intenta fazer o aproveitamento da fração orgânica através da compostagem (BRASIL, 2014)

Isso requer aporte técnico do município que ainda não se alinhou à gestão de resíduos, sem profissionais qualificados para atuar no setor e técnicos incapacitados de propor melhoria ou tratamento dos resíduos. Isso demonstra como a formulação da política ambiental produz, em muitos casos, estratégia de mero formalismo, sem efetividade. (FREITAS; MOZINE, 2015b).

No mesmo raciocínio, observa-se que é difícil tratar os resíduos no Brasil sem forte base financeira que modernize, na gestão municipal, os sistemas de coleta e destinação dos rejeitos, tratando as áreas degradadas pela disposição inadequada dos resíduos. O pouco investimento dificulta aos municípios implantar novos terrenos sanitários e administrá-los no longo prazo.

Outro desafio é tornar a sustentabilidade caminho para PNRS mais clara. A ideia de sustentabilidade como conceito nasce da necessidade de responder à crise dos resíduos, que “[...] veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionam e legitimam o crescimento econômico, negando a natureza.” (LEFF, 2008, p. 15). Entender a PNRS como bem comum coordenado que supre não só as necessidades presentes sem comprometer o futuro, mas que garante o máximo de qualidade material e imaterial à vida de todos, promovendo a sustentabilidade, ou autossuficiência dos serviços de limpeza urbana e gestão de resíduos.

O desafio é formular ações políticas viáveis que ajudem a programar a PNRS para que ela seja socialmente eficiente. Primeiro passo é superar as barreiras institucionais que analisam a realidade apenas como um dado. Os problemas ambientais aumentam pelo desconhecimento das pessoas quanto aos significados da degradação ambiental em seu cotidiano.

É necessário, assim, consolidar melhoramentos institucionais relevantes à política; e a má vontade política não pode ser vista como determinante, embora impacte o contexto ambiental urbano, para reaproximar o debate da PNRS da sociedade civil e das instituições políticas

É importante que os formuladores de políticas não aceitem de forma acrítica a grande ênfase posta pelos moradores na ação governamental como solução dos problemas ambientais. Assim, é necessário para que ocorra uma redefinição desse tipo de postura, baseado tanto na ruptura de estereótipos a respeito do papel do governo como [...] falta de resolução dos problemas. (JACOBI, 2007, p. 186).

No cenário da PNRS as ações deverão articular Política e Sociedade, seja em campanhas públicas de informação, seja com mecanismos orientados para um esforço colaborativo e comunitário para consolidar eficiente conscientização ambiental com foco na participação. Tal conceito articula a Política com a Justiça Intergeracional, provocando discussão e reflexão sobre essa preocupação do Estado em garantir ambiente equilibrado e seus recursos para as gerações futuras. Pois para a Política ser bem implantada existe a necessidade de consciência ambiental nas diversas camadas sociais.

### **3.3.2 Responsabilidades, Participação Social e Gestão dos Resíduos**

Diversos materiais como restos de alimentos, embalagens, utensílios descartáveis etc são materiais que misturados tornam-se lixo domiciliar ou industrial. Seu destino, teoricamente, é o aterro sanitário; separados, principalmente os materiais secos dos úmidos, tornam-se resíduos reaproveitáveis ou recicláveis. O lixo sem uso na cadeia de reaproveitamento, ou reuso, denomina-se rejeito. Ou seja o lixo não é

simplesmente o que sobra do consumo humano, mas que o deixa de ser próprio para reuso humano.

Na estruturação da PNRS encontra-se um dos grandes desafios do Governo com a sociedade brasileira: o problema da geração de resíduos. Toneladas de resíduos são coletados diariamente em todo o País. Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB -, realizada no ano 2000 pelo IBGE, 47,1% dos resíduos destinam-se a aterros sanitários, 22,3% são levados para aterros ditos controlados e 30,5% vão para lixões sem controle ou qualquer fiscalização. Nota-se nessa pesquisa parcela mínima do resíduo coletado e destinado à reciclagem. Na realidade brasileira a construção da PNRS traz gestão desses resíduos no País todo e convoca o Estado ao desenvolvimento ambientalmente justo e sustentável. O debate da política atinge diversos setores para não só legislar seu funcionamento, mas também promulgar lei que mude o cenário dos resíduos sólidos nos diversos níveis do território nacional.

Na instituição de responsabilidades bem definidas, segundo os tipos de resíduos, tanto os domésticos quanto os industriais, é possível uma solução mudando toda uma cadeia de produção em busca da sustentabilidade.

Responsabilizar a indústria da produção ao pós-uso é maneira de refletir e revisar seus processos produtivos quanto à matéria prima utilizada, tipo de embalagens e o perfil do produto final no mercado visando à diminuição desses resíduos, assim como estimular com leis a produção de bens com alta durabilidade e que tenham como característica a reciclagem e o reuso. Tais leis não visam apenas diminuir o volume de resíduos, mas a quantidade produzida, pois essa última questão contempla os patamares da sustentabilidade nas questões de produção e consumo.

A participação social inicia na reutilização ou reciclagem dos materiais. Não se deve priorizar a destinação dos resíduos aos aterros e não cabe investir na incineração do lixo: queimar os resíduos não o fazem desaparecer, pois são transformados em cinzas, líquidos e gases contaminantes. A logística ideal é a coleta seletiva apoiada por política social que gere trabalho e renda a catadores e catadoras para atuarem na limpeza na condição de agentes recuperando os materiais recicláveis. É valorizando os trabalhadores que se promove a política social ambiental e direciona

a economia para visão ambiental sustentável, com ações de sistemas públicos para a inclusão desses trabalhadores em vários postos de trabalho.

Um fato importante para o avanço da inclusão social dos catadores foi a criação em 2004 do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo, vinculado ao programa Fome Zero, que trabalha além desse critério a erradicação dos lixões no Brasil.

Os catadores têm um papel tão importante na cadeia produtiva da reciclagem que, de acordo com o Compromisso Empresarial para a Reciclagem – Cempre (2011), cerca de 90% de todo o material reciclado no Brasil deve ter sido recuperado dos resíduos coletados por esse segmento social. (BRASIL, 2014, p.23).

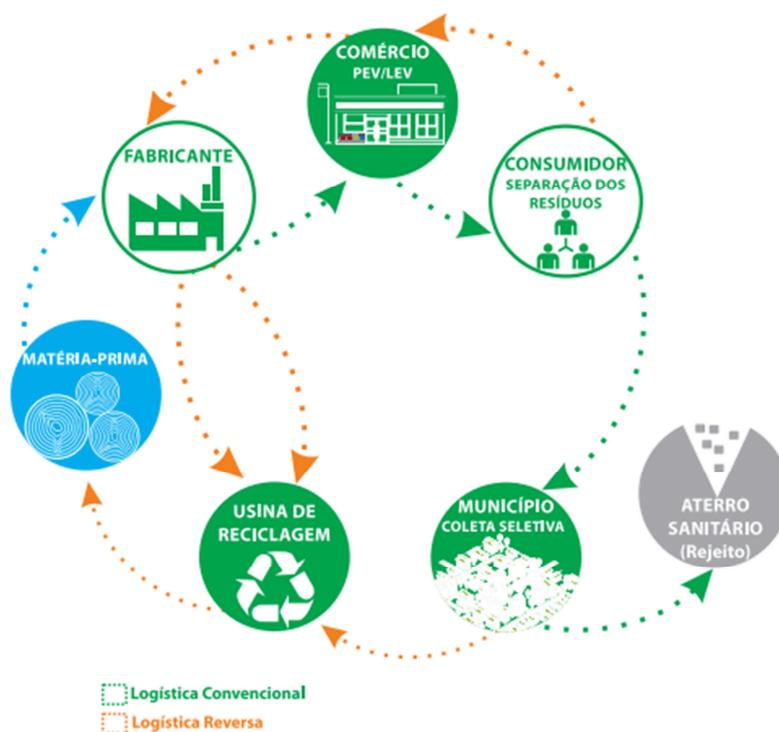
Outra participação social é a dos empreendedores: a PNRS os responsabiliza por toda a cadeia produtiva que resulta nos resíduos pós-consumo. Os fabricantes administram os resíduos ou pagam taxas aos setores envolvidos com seus resíduos. Tais recursos podem ser direcionados aos próprios municípios para implantação dos sistemas de reaproveitamento do lixo, e com a inclusão social. Outra ferramenta é o conceito de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, e a logística reversa envolvendo diversos gestores públicos e a Sociedade na política com exercício da cidadania. Segundo a PNRS, os consumidores, fabricantes, distribuidores, comerciantes, importadores e Governo são responsáveis pelos produtos desde a produção até ao descarte.

[...] a reciclagem é um instrumento de desenvolvimento econômico e social que permite a coleta do que foi consumido e sua restituição ao setor empresarial, para reaproveitamento no mesmo ciclo produtivo ou em outros ciclos. Trata-se do caminho de volta que o produto percorre, após ser vendido e consumido. (BRASIL, 2014, p.15).

Empresas como supermercados e *shoppings* com grande geração de lixo podem assim se unir a cooperativas de coleta seletiva contratando ou doando seus materiais e desenvolver os sistemas de educação ambiental e modalidades de economia solidária. Assim, os catadores inserem-se na política e a empresa

participa da recuperação dos materiais pós-uso. O ideal de uma PNRS da perspectiva da cidadania é dar respaldo legal aos catadores que atuam há décadas na coleta dos materiais e incluí-los na condição de profissionais no âmbito da legislação. A figura possibilita entender a logística reversa:

**Figura 4 – Logística Convencional x Logística Reversa**



(Fonte: Brasil, 2014, p. 16)

Define-se no art. 33, da PNRS, que é obrigatória a logística reversa para os materiais agrotóxicos em geral e suas embalagens, pilhas e baterias, lâmpadas, embalagens em geral, óleos lubrificantes, pneus e produtos eletrônicos e seus componentes.

Nesse contexto, o desafio para a política é fiscalizar o setor privado quanto à produção e destinação dos resíduos. O poder público municipal, nesse novo sistema de gestão, tem papel central ao ser responsável pela gestão integrada de resíduos sólidos comuns e pela estruturação de estratégias e ações que mobilizem o conjunto da Sociedade para implementação da gestão socioambiental compartilhada e com inclusão social.

Com a formação dessa cadeia, a intenção da PNRS é sensibilizar a comunidade a se educar para as questões ambientais de desperdício de materiais e energia, para o descarte seletivo e não desperdício, para o consumo consciente e para a não poluição e contaminação de solos, córregos etc.

Essa nova concepção de participação constrói nova gestão dos resíduos com participação social e educando para a redução, reutilização e reciclagem atrelada à responsabilidade social e empresarial e à economia solidária. A Política Nacional de Resíduos Sólidos almeja novo estilo de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, tornando-se esperança para as gerações futuras.

### 3.4 GASTRONOMIA, RESÍDUOS SÓLIDOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Foi a necessidade de questionamentos e da conscientização do profissional gastronômico aos compromissos sociais que originou o problema da pesquisa e me motivou ao estudo realizado. O problema ambiental vem crescendo na profissão. Evidenciando-se a discussão sobre a formação profissional do gastrônomo e como ela acontece na realidade, encarando as dificuldades de compreensão.

Comprova-se na pesquisa que a gastronomia é um campo para a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade para a abordagem da Educação Ambiental, bem como terreno fértil para as práticas da PNRS. E a partir desses

vieses concretiza-se a reflexão sobre o Ambiente conforme destacado no Primeiro Capítulo na teorização da racionalidade ambiental com as teorias de Leff (2014).

A Gastronomia, através da compreensão da alimentação humana, interliga-se com diversas questões sociais, culturais, políticas e econômicas. A Gastronomia pode veicular conhecimento, pois se alia a percepções sensoriais regidas numa base cultural de identidade de um povo e atreladas a sensações.

No Brasil, a Gastronomia ainda é estudo recente, e no Espírito Santo os cursos chegaram há cerca de quinze anos. Nessa perspectiva, a abordagem de sustentabilidade ainda é incipiente, e a conscientização sobre a preservação ambiental ainda reside na comida: “[...] restaurantes sustentáveis ainda são reduzidos, e a grande maioria tem o foco apenas na comida”. (NUNES, 2012, p. 37)

Mas é nas abordagens e saberes diversos que as práticas sustentáveis podem ser encaminhadas no interior dos cursos. Diversas orientações podem ser debatidas com os alunos para as práticas gastronômicas buscarem a preservação do Ambiente, tais como: inclusão da revisão pela PNRS de todo o sistema de coleta e separação de resíduo orgânico para compostagem, incentivar o diálogo com os alunos e, nas práticas sociais, identificar a separação do lixo e atrair as cooperativas de catadores, assim como identificar o lixo que deve ser encaminhado a aterros sanitários.

A Gastronomia pode se reportar a movimentos como a Ecogastronomia, que reformula as práticas agrícolas sustentáveis. A agricultura sustentável deve se guiar entre o desenvolvimento econômico e a segurança dos alimentos, favorecendo na cadeia produtiva a democratização do uso da terra e incentivar a prática do cultivo orgânico e as relações comércio-pequeno produtor.

Agricultura sustentável consiste em processos agrícolas, isto é, processos que envolvam atividades biológicas de crescimento e reprodução com a intenção de produzir culturas, que não comprometam nossa capacidade futura de praticar agricultura com sucesso. (PEDRAZA, 2004, p.16).

Entende-se a agricultura orgânica como produção de alimentos saudáveis com baixo impacto ambiental e alto retorno ao produtor, visto que já existem políticas que resguardam o produtor e facilitam o mercado de trabalho, incentiva feiras e alianças com comerciantes locais.

Na incorporação de incentivo na educação superior a gastronomia deve incentivar o regionalismo alimentar. Fazer o aluno reproduzir clássicos da Gastronomia sem precisar impactar o ambiente com transportes, embalagens e ingredientes importados, usando ingredientes regionais. Pensar na biodiversidade local e trazer uma percepção de autenticidade e localidade integrada ao curso, pois a Gastronomia, numa construção prática, é guiada por eixos tradicionalistas e internacionais.

Saliente-se que as grades curriculares precisam se voltar a técnicas específicas para evitar o desperdício de matérias-primas e orientar o aluno sobre a importância disso atrelada à uma conscientização docente dos problemas ambientais perpassando seu curso e sua disciplina, incentivando assim a reciclagem, o reuso e a sazonalidade dos alimentos e resíduos de maneira geral.

E principalmente, como destacado na pesquisa qualitativa de questionários abertos aos professores, os cursos de Gastronomia devem se guiar pelo ensino da sustentabilidade com treinamento constante dessas questões nos cursos de maneira interdisciplinar e transdisciplinar. Aumentar a percepção dos docentes de Gastronomia para os estudos e projetos relacionados ao tema, visando melhorar o quadro atual da gastronomia sustentável. Conforme destacado ambos se motivam a essa prática, porém não encontram veículos ou treinamentos para focar a discussão ambiental em suas disciplinas teóricas e práticas para que sejam efetivamente realizadas de maneira consciente.

Cabe ao curso superior em Gastronomia enfrentar desafios na formação de profissionais sob a perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar considerando todos os setores culturais, com formação profissional preparando para os desafios e capacitando para desenvolver habilidades em qualquer situação profissional e ambiental; formando para o exercício da cidadania; promovendo o desenvolvimento econômico da profissão; refletindo todos os aspectos relacionados à Sociedade e ao

Ambiente. Nesse entendimento, promove-se a gastronomia sustentável, com formação coerente com os desafios atuais, e efetiva-se o desenvolvimento local.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É notável que as questões ambientais que tangem à gastronomia têm adquirido uma dimensão e um consenso de que se precisam buscar medidas para reverter o quadro de práticas insustentáveis no curso, assim como guiar a reflexão dos profissionais para a conscientização sobre a degradação ambiental que se encontra o planeta. Ao caracterizar a universidade como campo de diversos saberes e culturas, localizamos que a Educação Ambiental tem papel fundamental no processo de mudança de comportamentos e internalização das práticas sustentáveis como forma de cidadania.

Apesar de uma aparente motivação por parte dos professores dos cursos de gastronomia, existe um bloqueio com relação à interação dos temas a serem inseridos de maneira transversal nas matrizes curriculares. A concepção com relação à abordagem do tema do meio ambiente ainda se encontra no campo da

pedagogia tradicional, segmentada e impedindo a compreensão da realidade do curso.

Logo, cabe à universidade envolver o aluno profissional em atividades socioambientais durante a sua formação acadêmica, desenvolver o espírito crítico, a capacidade de gerar novos conhecimentos e integrar a maneira do sistema e agir perante aos problemas da atualidade, certamente o profissional contribuirá na busca de soluções para melhorar a qualidade de vida do planeta.

A complexidade ambiental em sua essência obriga os cursos a se moldarem para dar conta das demandas reais com relação aos resíduos produzidos nas aulas práticas e induz o professor a buscar na interdisciplinaridade uma abordagem para as soluções nas suas aulas. Estabelece-se, assim, uma nova ética com relação às práticas gastronômicas focadas no uso correto do ingrediente, cuidado na separação do lixo e procura uma visão crítica com relação ao meio ambiente. Nesse campo, situo a percepção do docente que busca de diversas maneiras uma solução para levar a discussão sobre meio ambiente nas suas aulas com prevenção e solução de problemas, dando sinais de que ele interage com o meio ambiente e não o encara mais como seu dominador.

É na construção dos valores, nas atitudes e habilidades que a dimensão ambiental é vista como uma prática educativa e uma das principais estradas para a conscientização dos alunos diante da profissão e de seus impactos no planeta. Levando em consideração que a Educação Ambiental por si não será capaz de resolver toda a demanda e a complexidade do meio ambiente, a Educação ambiental tem o papel transformação de mentalidade visando a sustentabilidade. É na Educação Ambiental que se estreitam as relações entre os saberes, a comunicação entre o conhecimento e as culturas e projeta essas relações para a sociedade de forma a aproximá-la da natureza.

Lembrando Leff (2014), ao aproximar à educação da complexidade ambiental as questões podem ser debatidas num contexto mais amplo de significações e das maneiras de interação entre o homem e a natureza, tratados num contexto amplificado de uma educação geral e não por saberes fragmentado que não dão

conta de explicar ou guiar uma reflexão. A educação é entendida nesse momento como uma maneira de ensinar a pensar e não só de ensinar conteúdos.

Na pesquisa, foi possível identificar diversos fatores que dificultam as práticas nos cursos de gastronomia. Dentre as principais é a maneira como o curso de gastronomia se constitui de matérias de cunho tradicionalistas como: seleção de alimentos por aparência, técnicas de corte e cozimento que geram resíduos, práticas não refletidas sobre o impacto ambiental. Um ponto que caracteriza uma dificuldade é a deficiência da formação docente para tratar tais assuntos interagindo o tema em suas disciplinas. A prática ambiental baseada em ações muito específicas e pontuais na agenda das faculdades e a dificuldade de se trabalhar projetos regidos pela interdisciplinaridade.

Através das análises no capítulo III dessa pesquisa podemos observar o distanciamento sobre o que é discutido pelos professores com aquilo que realmente vem sendo trabalhado. Os cursos de gastronomia precisam ampliar o debate e propor a interação entre a sustentabilidade e as disciplinas, para que possa emergir soluções e principalmente ações para as questões ambientais que cercam as aulas práticas, sobretudo destacando os resíduos produzidos atualmente no curso.

Pensar na educação ambiental é pensar, sobretudo, num projeto interdisciplinar comprometido com a prática social, de exercício de cidadania e comprometida com o social ambiental e o desenvolvimento numa integração entre o ser humano e o meio ambiente, enfim, um crescimento sustentável. É na busca por essas utopias que se exercitam as relações políticas de cidadania, as relações econômicas e as relações culturais interagindo com a vida do planeta.

A pesquisa traz como sugestão aos cursos de gastronomia estudados e analisados, uma maneira de repensar suas formas tradicionais de ensino que possa fortalecer a relação do profissional com o mercado e com meio ambiente simultaneamente. Que possa, através de ações sustentáveis, induzir no aluno uma noção de pertencimento e motivar iniciativas por causas comuns.

Para os docentes, sugere-se juntamente às coordenações, maneiras de inserir o tema nas disciplinas e que seja trabalhado de forma cotidiana, estimular a

participação dos professores em treinamentos, palestras e debates relacionados à Educação Ambiental. Incentivar as trocas de saberes e experiências, caracterizando a escola como campo de troca de valores e espaço de formação. Induzir as práticas docentes em ações coletivas que compartilhem de bens comuns a comunidade e a profissão.

A real falta de diálogo ou não reconhecimento das práticas ambientais trabalhada por diversos professores na pesquisa também apontam que as faculdades ainda dispõe de um planejamento que organiza os projetos ambientais na rotina das práticas pedagógicas e a concepção ambiental se limita por parte de professores isolados. Por não serem partilhados como rotina, os alunos não se sentem motivados e estimulados a conhecer e investigar a realidade da profissão, que compromete seriamente o planeta, o que compromete posteriormente a formação de cidadãos conscientes com meio ambiente.

Novamente, traz-se em discussão a pergunta que norteou a pesquisa: de que maneira os temas do meio ambiente são trabalhados nos cursos de gastronomia de maneiras transversais e interdisciplinares para a conscientização na formação do profissional sobre os impactos de sua prática?

Podemos observar após o término da pesquisa que os cursos de gastronomia vêm trabalhando para incluir os temas de meio ambiente em suas matrizes curriculares de forma transversal. Os professores entendem a importância de o assunto ser debatido e praticado em sala de aula, contudo, ainda não conseguem reunir mecanismos para a execução plena da Educação Ambiental nos cursos.

Os debates de interdisciplinaridade ainda são insuficientes e apenas executados pontualmente na matéria de alguns professores. Eles individualmente inserem o aluno na percepção da sustentabilidade, mas ainda de maneira muito superficial e pouco técnica. Aponta-se, com isso, a necessidade do investimento em capacitação docente que foque na formação de professores que possam trabalhar com a Educação Ambiental de maneira concreta levando à reflexão dos alunos sobre a prática de sua profissão e os impactos que ela pode causar ao longo do tempo.

Conferem, com isso, a motivação dos professores e a preocupação em situar os alunos em tais questões. Mas agindo isoladamente e sem uma organização de trabalho em conjunto, seu trabalho acaba ficando no campo da teorização utópica, não alcançando assim qualquer mudança no comportamento do aluno.

Conseguimos, ao longo da pesquisa, observar que diversas medidas podem ser tomadas pelos cursos na melhora de suas práticas sustentáveis. A começar pela gestão e controle dos resíduos produzidos em aula. É na prática que o aluno conseguirá refletir sobre a manipulação, seleção, descarte, reuso e reciclagem desses materiais. Como visto nas análises, ainda não é trabalhado de maneira concreta e impedindo qualquer percepção de sua ação na profissão.

Diante do exposto pela pesquisa: o que se espera da gastronomia em suas práticas ambientais? Através da leitura dessa pesquisa busca-se trazer a crítica da realidade sobre o olhar da complexidade e da crise ambiental instaurada não só na profissão, mas no planeta.

Através das análises citadas e comparadas estimula a localização do professor e do aluno no campo da crise e fazê-lo refletir sobre suas práticas para estimular a participação efetiva de todos para as questões que conflitam diretamente com meio ambiente. Convidar para a responsabilidade a comunidade gastronômica com objetivo de melhorar a qualidade de vida.

O papel do docente ao constatar sua realidade é de tentar aproximar sua prática pedagógica às necessidades da atualidade, clarear a compreensão das questões ambientais e consolidar a sustentabilidade como participação cidadã atento às questões do meio ambiente

Algumas sugestões foram analisadas para o fortalecimento da Educação Ambiental nos cursos de gastronomia:

1. Capacitação docente que contribua para a formação de projetos interdisciplinares e transdisciplinares nos cursos;
2. Estimular o diálogo entre a coordenação, os professores, a comunidade e os alunos, com o objetivo de trazer problematizações, discussões para instigar a participação do aluno nos debates que perpassam pelo curso.

3. Através de temas transversais, incluir o diálogo de saberes e culturas em todas as disciplinas para, assim, produzir um conhecimento amplo que ilumine a realidade e lhe dê significados;
4. Assumir os compromissos com as mudanças de comportamento do curso nas discussões que passam pela responsabilidade social da coleta de lixo, desperdício e práticas sustentáveis. Compromisso com uma mudança para uma situação melhor.

A complexidade ambiental e a complexidade educacional são processos de reações de troca de experiências e reconhecimento de conhecimento múltiplos e suas inter-relações. Não é uma tarefa simples ou cômoda, mas perante aos riscos da sociedade moderna, faz-se necessária para que possam contribuir num processo educativo de formação de cidadãos, reflexivos com as próximas gerações e críticos com relação a sua realidade.

Por fim, pretendemos desafiar a gastronomia a mudar a lógica de construção profissional de seus alunos. Guiar a aprendizagem sobre o sentido da cultura e cooperação. A gastronomia deve guiar-se na mudança do mundo e isso implica em mudar o tradicionalismo, de forma a maximizar a aprendizagem e o reconhecimento das reais condições do planeta, estimulando assim, a criatividade e a transformação humana.

## REFERÊNCIAS

ACSEHAD, H. **Discursos da Sustentabilidade Urbana**. Porto Alegre: Anais/ANAPUR, 2010

ARAÚJO, Wilma Maria Coelho et al. **Da alimentação à gastronomia**. Brasília: Ed. Unb, 2005.

ARAÚJO, Wilma M. C. et al. **Alquimia dos alimentos**. Brasília: Editora Senac-DF, 2008.

ATALA, A. **A cozinha está em revolução**. Disponível em:<<http://www.egosto.com/conteudos/files/48-52%20Entrevista%20194A.pdf>> Acesso em: 29 de janeiro. 2009.

ATALA, A; DÓRIA, C. A. **Com unhas, dentes e cuca**. São Paulo: SENAC, 2008.

BACCHIEGGA, F. **Desvendando o campo da sociologia ambiental**: Revisão de artigos selecionados. Dissertação de mestrado do curso de pós graduação em sociologia da Universidade Estadual de Campinas, 2011.

BECK, U; GIDDENS, A; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**. São Paulo: Ed. da UEP, 1997.

BERCHEM, T. A missão das universidades na formação e no desenvolvimento cultural: a diversidade dentro da universalidade. In. **Cadernos Plurais** (Série Universidade – I). Rio de Janeiro: Editora da UERJ, setembro, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2008.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Disponível em: . Acesso em: 18 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985. **Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado), e dá outras providências** . Acesso em: 18 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 9795/1999 - Lei de Educação Ambiental - **"Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências"** - Data da legislação: 27/04/1999 - Publicação DOU, de 28/04/1999

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 - **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**, 2012

\_\_\_\_\_. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Portal do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/>>. Acesso em 23 mar. 2016.

BRASIL. **Ministério do Turismo e Fundação Universal**. **Cadastur e meu negócio** – restaurante, cafeteria, bar e similares. Cartilha do projeto “Empresa Formal, Turismo Legal”. Brasília: Fundação Universal, 2010. Acesso em: 30 de jan de 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Temas Transversais de Meio Ambiente**. Brasília, 2001. Disponível em <http://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-4-temas-transversais-meio-ambiente.pdf>.

\_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 8.235, DE 5 DE MAIO DE 2014**. Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto no 7.830, de 17 de outubro de 2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências. Brasília, 2014

\_\_\_\_\_. **Portaria Inep nº 223, de 10 de junho de 2015**. Comissão Assessora de Área de Tecnologia em Gastronomia, nomeada pela Portaria Inep nº 54, de 6 de março de 2015. Publicada no Diário Oficial de 12 de junho de 2015, Seção 1, pág. 19.

\_\_\_\_\_. **Ministério do meio ambiente**. **Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**. Disponível em: [mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/instrumentos-da-politica-de-residuos/planos-municipais-de-gest%C3%A3o-integrada-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos/itemlist/tag/pmgirs](http://mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/instrumentos-da-politica-de-residuos/planos-municipais-de-gest%C3%A3o-integrada-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos/itemlist/tag/pmgirs). 2014.

\_\_\_\_\_. **Ministério do meio ambiente**. **Política de Resíduos Sólidos apresenta resultados em 4 anos**. Disponível em: [mma.gov.br/informma/item/10272-pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos-apresenta-resultados-em-4-anos](http://mma.gov.br/informma/item/10272-pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos-apresenta-resultados-em-4-anos). 2016.

BRUNDTLAND, G. H. (Org.) **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

BUTTEL, F.A. **A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso**. São Paulo. 1992.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional e teoria da constituição**. São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Prefácio In: CANOTILHO, J. J. G. (org). **Constituição dirigente e vinculação do legislador**. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

CASCUDO, L.C. **História da alimentação no Brasil**. 2. v. São Paulo: USP, 1983.

COELHO. M. L. DALBEN. Â. I.L.F. **As políticas de expansão do acesso ao ensino superior na consolidação das universidades no Brasil**. Artigo científico/simpósio

disponível em:  
<<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/pdf.>>  
2001.

**PANORAMA da Política Nacional De Resíduos Sólidos: Principais Avanços E Gargalos.** 2016. Disponível em: <https://hayvip.com/video-cbt20161-panorama-da-politica-nacional-de-residuos-solidos-principais-avanos-egargalos.f5pliJ2om55zglo.html> Acesso em: 25/03/2017

DALY, Herman E. **Sustentabilidade em um mundo lotado.** Scientific American Brasil, 2005. Disponível em:  
<[http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/sustentabilidade\\_em\\_um\\_mundo\\_lotado.html](http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/sustentabilidade_em_um_mundo_lotado.html)>. Acesso em: 6 out. 2012.

**DECLARAÇÃO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.** Rio De Janeiro, 1992. Disponível em [http://www.interlegis.gov.br/processo\\_legislativo](http://www.interlegis.gov.br/processo_legislativo), acesso em 20 de junho de 2017.

DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa.** Tese de doutorado. USP, SP. 2000.

DIAS, G. F. D. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas.** São Paulo: Gaia, 2000.

DORNELAS, H. L.; BRANDÃO, E. J. **Justiça ambiental e equidade intergeracional: A proteção dos direitos das gerações futuras.** *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 2876, 17 maio 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19129>>. Acesso em: 21/04/ 2016.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividades ou ideologias.** 5. ed. São Paulo. Loyola, 2002.

FENSTERSEIFER, P. E. **Linguagem, hermenêutica e atividade epistemológica na Educação Física.** Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 04, 2009.

FENSTERSEIFER. P. E. **Docência em Educação Física: reflexões acerca de sua complexidade.** Pensar a prática. set./dez. 2008 V.11, n.3, 2008.

FERNANDES, P. **Afinal, qual a função de um chefe de cozinha?** Disponível em: <<http://www.fashionbubbles.com/2009/afinal-qual-a-funcao-de-um-chefe-de-cozinha/>>. Acesso em: 30 de jan. de 2017.

FERREIRA, L. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil.** Annablume. São Paulo. 2006.

FERREIRA, Gilson, **A Política Nacional de resíduos sólidos e desenvolvimento econômico sustentável: As perspectivas socioambientais e jurídicas de sustentabilidade,** UNIMAR - *Revista de Direito* n. 15, 2014.

FOSTER. J.B. **A ecologia de Marx: Materialismo e natureza.** Civilização Brasileira. Rio de janeiro, 2005.

FRANCO, A. **De caçador a gourmet: uma história da gastronomia**. São Paulo: SENAC, 2001.

FREITAS, T.M.D.M.; MOZINE, A.C.S. **Ecogovernamentalidade e mudança do clima no Brasil: Os discursos oficiais brasileiros e o processo de regulação do clima**. In. MAURÍCIO Jr. A; ALMAGRO, R. **Direito e regulação**. Curitiba: CRV, 2015.

\_\_\_\_\_. Towards a lusophone political ecology: assessing “para inglês ver” environments. In. BRYANT, R. (Ed.) **International Handbook on Political Ecology**. London: Elgar, 2015. p.619-632.

FREUND, J. **A Sociologia de Max Weber**. 4. ed. RJ: Forense-Universitária, 1987.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

GERRA, E. L. A. Manual Pesquisa Qualitativa. Centro Universitário UNA. Grupo anima educação. Copyright, 2014.

GIDDENS, A. **Pobreza, Previdência e Exclusão Social**. In. GIDDENS, Anthony Giddens (org), **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 310 – 345. 2004.

\_\_\_\_\_. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e moderna teoria social**. 4. ed. Lisboa: Presença, 1994.

\_\_\_\_\_. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro.. [Traduzido do original: GIDDENS, Anthony. The politics of climate change. Cambridge: Polity Press, 2009]. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão técnica: André Piani. Zahar, 2010.

GIDDENS, A; BECK, U; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. São Paulo: Atlas, 1991.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. ed. Editora Record. Rio de Janeiro. São Paulo, 2004.

GROHE, S. **Racionalidade ambiental**. Grupo de estudos de LEFF. Trabalho apresentado em 10 de junho de 2013. Disponível em: [prezi.com/sbk1l-9wypdo/racionalidade-ambiental-leff/](http://prezi.com/sbk1l-9wypdo/racionalidade-ambiental-leff/)

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental**; tradução de Annahid Burnett. Petrópolis, RJ Editora Vozes, 2009.

JACOBI, P. **Educar na sociedade de risco: o desafio de construir alternativas**. Faculdade de Educação da USP e PROCAM-USP. In. Revista em Educação Ambiental, v.2, n.2, p. 49-65, 2007.

\_\_\_\_\_. Org. **Gestão Compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil: desafios da sustentabilidade**. XXXI Encontro da AMPAD, Rio de Janeiro, 2017.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro. Imago, 1976.

KALIL, P. M. C., EFING, A. C. Política nacional de resíduos sólidos: por uma nova racionalidade no consumo, **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 3, n. 2, 2013 (p. 31-52). 2013.

KIS, A. **Os Direitos e interesses das gerações futuras e o princípio da precaução**. In: VARELLA, Marcelo Dias; PLATIAU, Ana Flávia Barros (org.). **Princípio da Precaução**. Belo Horizonte: Del Rey e ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União, 2004.

KRAUSE, R. W.; ÁLVARO, A. D. S. M. B. Orientações gerais para uma gastronomia Sustentável. Artigo Científico. In. **Revista Turismo Visão e Ação**. Eletrônica Vol. 15 - nº 3 - p. 434–450 / Dezembro, 2013.

LAGRANTI, M. **Pequeno Dicionário da Gula**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

LEFF, E. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. **Revista Olhar de professor**, Ponta Grossa vol. 14 n.2, p. 309-335. 2011.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade Ambiental: A reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6. ed. Petrópolis. RJ. Vozes, 2008.

LEOMAR, A. N. **A crítica de Enrique Leff ao racionalismo econômico ambiental e negação do paradigma da compensação ecológica perpetuada na tributação ambiental via I CM S ecológico**. V Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção. Ponta grossa, PR, Brasil. Dezembro, 2015.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MARCOVITCH, J. **A universidade (im)possível**. São Paulo: Futura, 1998.

MORAES, R. R. **Um enfoque das teorias de desenvolvimento aplicado às políticas de financiamento na Amazônia: o caso do fno**. Papers Do Naea Nº 133. Belém, 2000.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001

NEVES, M. E. **Coração, Cabeça e Estômago de Camilo Castelo Branco: uma Retórica do Gosto**. Dissertação de mestrado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2015.

NUNES, R. Gastronomia sustentável. **Revista Científica da Faculdade das Américas**, ano VI, n. 1, São Paulo, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) . **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano**. In: Anais Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Estocolmo, 1972.

PEDRAZA, D. F. **Padrões alimentares: da teoria à prática – o caso do Brasil**. MNEME. Revista de Humanidades. Departamento de História da UFRN, v. 4, n. 9. 2004.

PENA, R. F. Alves. **"Vantagens e desvantagens da Globalização"**; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/pos-contras.htm>>. Acesso em 31 de julho de 2017.

PETRINI, C. **Slow Food: Princípios de uma nova gastronomia**. Ed: Senac. São Paulo, 2009.

**Portal do MEC**. Disponível em <<http://emec.mec.gov.br/>> acesso em 01/04/2017

RAWLS, J, **Uma teoria de justiça**. Tradução Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

**REVISTA SENAC E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**, Ano 18, n.1, janeiro/junho de 2009, pág., 26;

RUBIM, R. E.; REJOWSKI, M. **O ensino superior da Gastronomia no Brasil: análise da regulamentação, da distribuição e do perfil geral de formação (2010-2012)**. In: Revista Turismo Visão e Ação. Eletrônica, v. 15, n. 2, p. 166-184, 2013.

RUHLMAN, M. **A alma de um Chefe: viagem para a perfeição**. São Paulo: 2011.

SANTOS, C. M. M. **O gerenciamento de resíduos sólidos no centro universitário**. SENAC. Taubaté, 2006.

SANTOS, G. A. **Universidade formação cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVARIN, B. **A fisiologia do gosto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, J. R. S. S.; ASSIS, S. M. B. A. **Grupo Focal E Análise De Conteúdo Como Estratégia Metodológica Clínica-Qualitativa Em Pesquisas Nos Distúrbios Do Desenvolvimento**. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.10, n.1, p.146-152, 2010

SILVEIRA, C. E. M. **Princípios do direito ambiental: articulações teóricas e aplicações práticas / org.** - Caxias do Sul, RS: Educs, 2013.

SOARES, G. F. S. **A proteção internacional do meio ambiente**. Barueri: Manole, 2003.

SOUSA A.F. O ideal de universidade e sua missão. In: Jaqueline Moll; Palmira Sevegnani. (Org.) **Universidade Mundo do Trabalho**. Brasília -DF: INEP, v.3, p.173-184. ISBN:8586260312), 2006.

SPERANDIO, D. Administração universitária: A educação numa visão interdisciplinar. In. **Caderno de Administração**, Maringá/Pr, v. 3, n. 1, 1997.

TOBIN, J. "O que é Receita do Patrimônio Permanente?" In. **American Economic Review** 64, Maio. 1974.

TOZONI-REIS, M. **Educação ambiental**: natureza, razão e história. Campinas. Autores Associados, 2004.

TRIGUEIRO, A.; LEONARDO F. A.M, **Política Ambiental e Agenda 21 da Cidade de Vitória: algumas reflexões críticas**. Revista VITAS: Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade. 2012.

UNESCO. **Declaración mundial sobre la educación superior en el siglo XXI: visión y acción**. Paris: UNESCO, 1998.

\_\_\_\_\_. **Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas**. In: Conferência Internacional Sobre Meio Ambiente e Sociedade, 1999, Brasília. Educação e conscientização pública para a sustentabilidade. Brasília: IBAMA, 1999.

UNESCO. **La educación ambiental**: las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi. Paris, 1980.

\_\_\_\_\_. **Marco de acción prioritaria para el cambio y el desarrollo de la educación superior**. Paris: UNESCO, 1998.

VEIGA. J.E. **Sustentabilidade**: A legitimação de um novo valor. São Paulo. Editora Senac São Paulo, 2010.

VENTURA, S. N. **Educação Ambiental**: uma análise da aplicabilidade no curso de Gastronomia. Dissertação de Mestrado do Curso de Ciências Ambientais. Universidade de Taubaté. Taubaté, SP. 2008.

VIEIRA. P. **A problemática ambiental nas ciências sociais no Brasil**. 1992.

VIOLA, E. **A GLOBALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL, 1990-1998**. Paper preparado para apresentar no "XXI International Congress of the Latin American Studies Association", Panel ENV 24, Social and Environmental Change in the Brazilian Amazon; The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, USA, 24-26 de Setembro de 1998.

WANDERLEY, L. E. W. **Educar para transformar**. Educação popular, Igreja católica e política no Movimento de Educação de Base. Tese de doutorado do Curso de Sociologia da Universidade de São Paulo Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. Universidade, educação, cultura. Artigo científico. In. **Revista ponto e vírgula**, 6: 152-170, 2009.

\_\_\_\_\_. A PUC-SP no contexto internacional. Artigo Científico. In. **Revista Ponto e Vírgula**, Vol. 5: 13-25, 2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo** / Max Weber; tradução. José Marcos Mariani de Macedo ; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. — São Paulo : Companhia das Letras, 2004

\_\_\_\_\_. **Metodologia das ciências sociais** (parte II). São Paulo, Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de M. Irene Szmrecsányi e Tamás Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

**APÊNDICE I:****ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PROFESSORES DO CURSO DE GASTRONOMIA****Entrevistas com perguntas abertas realizadas em maio de 2017**

- 1- O tema meio ambiente é importante para você?
- 2- Você acha importante uma formação profissional ambiental no curso de gastronomia?
- 3- Quais os problemas ambientais que você observa na prática gastronômica? Como são trabalhados no curso?
- 4- Em quais disciplinas os alunos são informados sobre os temas de meio ambiente e sustentabilidade?
- 5- Você já fez algum curso voltado à educação ambiental ou sustentabilidade?
- 6- Como você desenvolve as práticas de meio ambiente na sua disciplina?
- 7- Você conhece algum documento oficial sobre educação ambiental? Se sim, qual/quais?
- 8- Com relação ao lixo, quais ações sustentáveis você considera mais importantes para o curso gastronomia implementar?
- 9- Quais ações sustentáveis você considera mais importantes para o curso de gastronomia implementar?
- 10- Quais as maneiras que você dialoga o tema da sustentabilidade nas aulas práticas?
- 11- Quais as mudanças que você consegue visualizar num aluno com relação às suas práticas sustentáveis ao final do curso?

**APÊNDICE II:****PESQUISA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE GASTRONOMIA****Pesquisa realizada em maio de 2017****1 - Qual sua faixa etária?**

- a) Entre 17 e 25 anos.
- b) Entre 26 e 35 anos.
- c) Entre 36 e 45 anos.
- d) Entre 46 e 59 anos.
- e) Acima de 60 anos.

**2- Onde você cursa gastronomia?**

- a) Faculdade Novo Milênio (Curso superior de tecnologia em gastronomia).
- b) Universidade Vila Velha (Gastronomia e criação).

**3- Atualmente você está em qual período no curso?**

- a) Primeiro Período da Faculdade Novo Milênio.
- b) Primeiro Período da Universidade Vila Velha.
- c) Quarto Período da Faculdade Novo Milênio.
- d) Quinto Período da Universidade Vila Velha.

**4- Para você o que faz parte do meio ambiente? (pode marcar mais de um)**

- a) Rios, matas, água, animais e ar.
- b) Solo, terra, mar e praia.
- c) Minerais, energia.
- d) Homens.
- e) Índios.

**5- Qual seu interesse pelos assuntos relacionados com o Meio Ambiente?**

- a) Muito interessado.
- b) Razoavelmente interessado.
- c) Pouco interessado.
- d) Desinteressado.
- e) Não sei.

**6- Como geralmente você descobre informações sobre meio ambiente?**

- a) Através de palestras.
- b) TV ou de jornais.
- c) Disciplinas na faculdade.
- d) Internet e redes sociais.
- e) Livros e revistas.
- f) Outros. Descreva: \_\_\_\_\_

**7- Discutir sobre meio ambiente é importante?**

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Nunca pensei no assunto.

**8- Quais os problemas ambientais que você observa na sua casa?**

- a) Poluição em geral.
- b) Lixo.
- c) Desperdício de água/energia.
- d) Não sei .
- e) Outros. Descreva: \_\_\_\_\_

**9- Quais os problemas ambientais que você observa na sua rua?**

- a) Poluição em geral.
- b) Queimadas.
- c) Lixo.
- d) Desperdício de água/energia.
- e) Não sei.
- f) Outros. Descreva: \_\_\_\_\_

**10- Quais os problemas ambientais que você observa na sua faculdade?**

- a) Poluição em geral.
- b) Lixo.
- c) Desperdício de água/energia.
- d) Não sei.
- e) Outros. Descreva: \_\_\_\_\_

**11- Em quais disciplinas do curso você é informado sobre meio ambiente?**

- a) Disciplinas teóricas. Qual ou Quais?
- b) 

---

Disciplinas práticas (cozinha). Qual ou quais?
- c) 

---

Todas as disciplinas.
- d) Nenhuma disciplina.

**12- No curso já teve alguma palestra ou seminário voltado à sustentabilidade ou qualquer questão ambiental?**

- a) Se a resposta for sim.
- b) Sim, mas, não me interessei.
- c) Não.

**13- Você se considera consciente em suas práticas ambientais?**

- a) Sim.
- b) Não.

**14- Você já desenvolveu alguma atividade voltada à prática ambiental e de sustentabilidade no curso?**

- a) Se a resposta for sim.
- b) Não.

**15- Você acha importante uma formação ambiental no seu curso?**

- a) Muito importante.
- b) Importante.
- c) Pouco importante.
- d) Irrelevante.
- e) Não sei.

**16- Na sua avaliação, em sala de aula, com que frequência são tratados os assuntos ligados ao Meio Ambiente e Sustentabilidade?**

- a) Sempre.
- b) Com alguma frequência.
- c) Raramente.
- d) Nunca.
- e) Não sei.

**17- Como deveriam ser abordados os assuntos ligados ao Meio Ambiente?**

- a) Em todas as matérias.
- b) Como disciplina obrigatória.
- c) Como disciplina optativa.
- d) Em eventos acadêmicos ou cursos específicos.
- e) Não sei.

**18- Quais ações sustentáveis você considera mais importantes para o curso de gastronomia implementar (escolha 2 opções)**

- a) Existência de grupos de pesquisa interdisciplinares voltados para a temática sustentabilidade.
- b) Vistas técnicas dos estudantes a empresas e atividades relacionadas à sustentabilidade e preservação do meio ambiente.
- c) Utilização das práticas sustentáveis nas aulas de laboratório (cozinhas).
- d) Organização de eventos sobre os temas ambientais.
- e) Aumentar o número de debates relacionados ao tema nas matérias gerais.

**19- Existem coletores de resíduos adequados de lixo reciclável e orgânico nos laboratórios (cozinhas práticas)?**

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Sim, mas tenho dúvida da real eficácia dessa ação.
- d) Desconheço o processo de separação de resíduo.

**20- Com relação ao lixo, quais ações sustentáveis você considera mais importantes para a gastronomia implementar?**

- a) A coleta seletiva dos resíduos recicláveis.
- b) Descarte adequado dos resíduos líquidos poluentes.
- c) Parceria com a cooperativa local de catadores de materiais recicláveis.
- d) Compostagem do lixo orgânico e utilização em áreas verde e hortas.
- e) Utilização e reutilização adequada dos alimentos que não passaram pela triagem técnica.
- f) Considero todas as ações importantes.

